

**PÁG 59**

**EDUCAÇÃO PERMANENTE  
EM TEMPOS DE PANDEMIA  
E A ATUAÇÃO DO CRESS-MG**

**PÁG 27**

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL  
EM TEMPOS DE CRISE DO  
CAPITALISMO ESTRUTURAL:**

**PÁG 49**

**O LUGAR DO SERVIÇO SOCIAL  
NA LUTA ANTIRRACISTA E AS  
POSSIBILIDADES E LIMITES DO  
TRABALHO DA/O ASSISTENTE  
SOCIAL NO ATENDIMENTO À  
POPULAÇÃO NEGRA**



# AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO em TEMPOS DE PANDEMIA

**OS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA**

## REVISTA CONEXÃO GERAES

12 EDIÇÃO. DEZEMBRO DE 2020  
BELO HORIZONTE-MG.

Coordenação: Comissão de Comunicação  
Projeto gráfico e diagramação: Dayane Reis  
Textos e revisão: Marcela Viana  
Assessoria de comunicação:  
Dayane Reis e Marcela Viana

### **Comissão de Comunicação:**

Amanda Freitas Souza, Angelita Rangel,  
Dayane Reis, Deivid T. da Silva Palmezo-  
ni, Leonardo Koury Martins, Luana Braga,  
Marcela Viana, Raquel de Freitas Sena e  
Warles Rodrigues Almeida

ISSN: 2358-839X

### **REALIZAÇÃO**

Conselho Regional de Serviço  
Social de Minas Gerais



## GESTÃO “UNIDADE NA LUTA PARA RESISTIR E AVANÇAR” (2020-2023)

### **SEDE**

#### **DIRETORIA**

Presidenta: Julia Maria Muniz Restori  
Vice-presidente: José Ribeiro Gomes  
1ª Secretária: Francielly Ferreira Caetano  
2º Secretário: Cláudio H. Miranda Horst  
1º Tesoureiro: Leonardo Koury Martins  
2ª Tesoureira: Daniella Lopes Coelho

#### **CONSELHO FISCAL**

Presidenta: Angelita Rangel Ferreira  
1ª Vogal: Paulo César Lourenço da Silva  
2º Vogal: Débora Nunes Abreu

#### **SUPLENTE**

Fábio Cândido Borges  
Gláucia de Fátima Batista  
Mauri de Carvalho Braga  
Aline Vicente Jubim da Silva  
Luciana Barroso Rosmaninho  
Thaise Seixas Peixoto Carvalho  
Marcelo Armando Rodrigues  
Fabiana Nascimento Marques

#### **SECCIONAL JUIZ DE FORA**

Coordenadora: Geiza Taianara da Silva  
Tesoureiro: Luiz Carlos de Souza Junior  
Secretária: Francinelly Aparecida Mattoso  
1ª Suplente: Raquel de Freitas Sena  
2ª Suplente: Nicole C. Oliveira Silva

#### **SECCIONAL MONTES CLAROS**

Coordenadora: Noêmia de Fátima S. Lopes  
Tesoureira: Michele Amanda G. Vieira  
Secretária: Mauricéa R. de Oliveira  
1º Suplente: Leonardo da Silva Prates  
2ª Suplente: Maryene Mesquita Mota  
3ª Suplente: Amanda Freitas Souza

#### **SECCIONAL UBERLÂNDIA**

Coordenadora: Yasmine Soares Ferreira  
Tesoureiro: Rodrigo Valadares  
Secretário: Renato Mateus de Santana  
1ª Suplente: Priscila Sampaio da Silva  
2ª Suplente: Kelly A. de Oliveira Ruino  
3ª Suplente: Warles Rodrigues Almeida



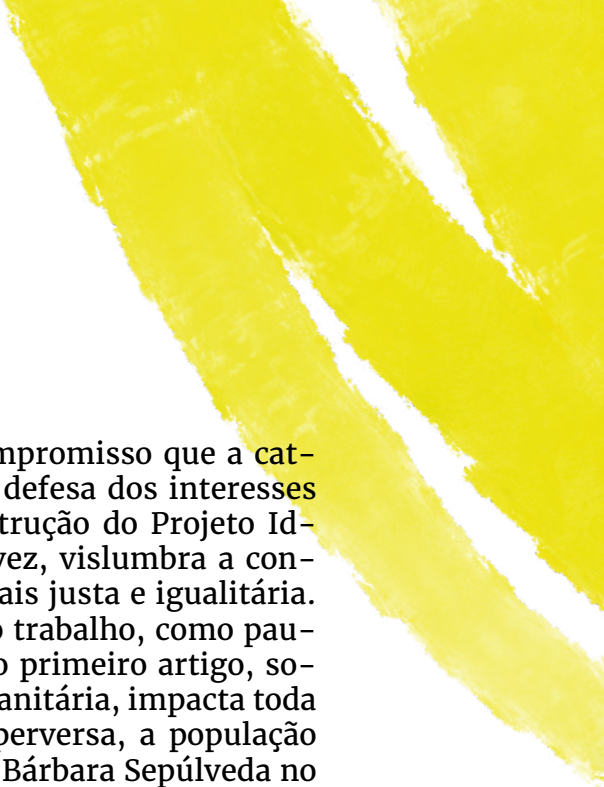
# APRESENTAÇÃO

A Revista Conexão Geraes, em seu nono ano e sua 13ª edição, tem como proposta dialogar com a categoria de assistentes sociais de Minas Gerais e de todo o país sobre os desafios colocados para o trabalho e a formação profissional nesta conjuntura tão adversa, frente ao aumento das mazelas provocadas pelo capitalismo e em meio à pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19).

Não por acaso, o Serviço Social, profissão regulamentada através da Lei Federal nº 8.662/93, se torna uma das profissões mais atuantes neste momento. Uma parcela significativa das e dos assistentes sociais trabalham nos serviços essenciais, como as políticas de Saúde e de Assistência Social e em diversos serviços públicos que além da responsabilidade estatal acumulam em seu processo de constituição, interfaces com as demandas da classe trabalhadora.

Portanto, estas políticas, ainda que estruturadas na Seguridade Social Brasileira, passam, a todo instante, pela ação de austeridade orçamentária e administrativa. Através de Medidas Provisórias, Decretos e Portarias, os atuais governos e o legislativo buscam implementar a privatização do que hoje é público e criando estratégias para a ampliação de seus lucros, a exemplo do Ensino Remoto Emergencial (ERE), como abordado pela professora Fabrícia Maciel no quarto artigo desta revista. O Estado Neoliberal ronda a cidadania no país.

Neste panorama, o Conjunto CFESS-CRESS, assim como as demais entidades que representam a profissão, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), convidam constantemente profissionais e estudantes de Serviço Social a se posicionarem contrárias e contrários aos desmontes que vêm ocorrendo, mesmo porque a precarização também alcança a formação em Serviço Social, conforme trazido pela professora Suênya Almeida, no terceiro artigo desta edição.



A adoção desta posição demonstra o compromisso que a categoria tem com a luta de classes e com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, afirmada na construção do Projeto Ideopolítico do Serviço Social que, por sua vez, vislumbra a construção de uma outra ordem societária, mais justa e igualitária. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, como pautado pela professora Noêmia de Fátima no primeiro artigo, sobretudo em meio a uma crise estrutural e sanitária, impacta toda a classe trabalhadora, e, de forma mais perversa, a população negra, como demonstrado pela professora Bárbara Sepúlveda no quinto artigo.

Nesta edição, temas como o ensino remoto emergencial, o enfrentamento ao racismo, as lutas sociais, a formação profissional entre outros estão concatenados com os desafios postos à categoria. Os textos são frutos do estudo e acúmulo de colegas que partem do alinhamento necessário para tratar as dimensões da profissão em sua circularidade. O fazer profissional, a compreensão ética, o estudo e a pesquisa, nesta conjuntura, estão sendo arduamente atacados e, por isso, precisamos estar atentos, atentos e fortes.

É hora de resistir, lutar e avançar, como nos assegura o professor Juliano Zancanelo no segundo artigo desta revista. Uma das respostas dadas pelo CRESS-MG diante da conjuntura intensificada pela crise pandêmica aparece no sexto artigo, de autoria da diretora da Seccional Uberlândia, Yasmine Ferreira, que trata do investimento na educação permanente da categoria por meio do curso “Práxis e Serviço Social”.

Poetizando Vladimir Ulianov, revolucionário comunista, político e teórico político russo mais conhecido como Lênin: “nas noites mais escuras, se mostram mais brilhantes as estrelas.” Aprendemos, a partir da teoria crítica, que cabe à classe trabalhadora o questionamento e a resistência, sem temor.

Os enfrentamentos cotidianos e as tensões devem nos servir de análise e nos possibilitar articulações para que, enquanto movimento, possamos vislumbrar, até mesmo em meio a uma pandemia, um horizonte mais promissor e de conquistas, a exemplo da regularização do Serviço Social na Educação, e na insistente tarefa cotidiana de construir uma sociedade como pensava Rosa Luxemburgo, onde sejamos “socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

Gestão Unidade na Luta Para Resistir e Avançar (2020–2023)

# sumário

- PÁG 06** AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA
- PÁG 17** A POTENCIALIDADE CRÍTICO-PROGRESSISTA NA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS
- PÁG 27** FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITALISMO ESTRUTURAL: IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA E DO ASSISTENTE SOCIAL
- PÁG 37** ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, A EDUCAÇÃO REMOTA EMERGENCIAL COMO RESPOSTA AO DISTANCIAMENTO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL
- PÁG 49** O LUGAR DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA E AS POSSIBILIDADES E LIMITES DO TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NEGRA
- PÁG 59** EDUCAÇÃO PERMANENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA E A ATUAÇÃO DO CRESS-MG





# AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA

<sup>1</sup>Noêmia de Fátima Silva Lopes

*Todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradando-o à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo do seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformando seu tempo de vida em tempo de trabalho (MARX, 2013, p. 720).*

<sup>1</sup>Mestra pela Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG). Especialista em Políticas Públicas e Organização do Trabalho e Graduada em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Caratinga (FIC). Atualmente é Professora do Departamento de Política e Ciências Sociais na área Fundamentos do Trabalho, Ética e Direitos Humanos do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Coordena os Projetos de Pesquisa: “Trabalho e Serviço Social” e “As Transformações no Mundo do Trabalho: tendências atuais, novos desafios para o Serviço Social”. Integra os Grupos de Estudos e Pesquisas: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Serviço Social) do curso de Serviço Social (Gepss) e Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Capital do Departamento de Política e Ciências Sociais da Unimontes (GEPT). Atualmente, é diretora da Seccional Montes Claros do CRESS-MG para o triênio 2020-2023, compondo as Comissões de Orientação e Fiscalização e Trabalho e Formação Profissional.

## Introdução

Analisar as transformações do mundo do trabalho não é uma atividade simples, mas, no atual contexto, torna-se um desafio ainda maior quando o cenário se constitui em meio à crise estrutural do capitalismo contemporâneo, em suas bases sanitária, política e econômica.

Nesse sentido, a proposta deste estudo se direciona pela teoria social crítica e busca compreender a realidade social vivenciada pela classe trabalhadora que, para além das contradições históricas, sofre com os impactos originários da pandemia. Com efeito, assume-se o risco de a leitora ou leitor entrever-se com lacunas e fragilidades teórico-metodológicas, por se tratar de uma atividade de análise densa, complexa e “recente” contudo, necessária neste momento.

Ciente de que a trajetória da classe trabalhadora sempre foi marcada pela luta de classes no modo de produção capitalista, como afirma Marx (2012), torna-se crucial pensar sobre os elementos envolvidos nesta relação de conflito permanente entre trabalho e capital. Tal configuração de organização societária vem se exacerbando e produzindo diferentes realidades no seio social, as quais têm evidenciado barbáries nas mais diversas formas e faces das relações sociais. Trata-se de uma conjunção de elementos que constitui um cenário emergencial, devastador, jamais vivenciado por qualquer uma das gerações humanas que hoje habita o planeta.

Nesta direção, cumpre observar que existem bem mais incertezas, perguntas sem respostas ou sem alternativas possíveis no sistema econômico capitalista. Este panorama desafia profundamente o Serviço Social e toda a classe trabalhadora. Por isso, a busca incessante em responder a questões e provocações presentes no cotidiano pandêmico, nos instiga a problematizar, mesmo que brevemente, o desenvolvimento e o contexto do capitalismo, hoje, e a categoria trabalho, apropriada enquanto centralidade da vida social.

## O trabalho e suas transformações no modo de produção capitalista

De acordo com Marx (2012), o trabalho representa um processo no qual o ser humano interage com a natureza, colocando a força de seu corpo em ação, no intuito de apropriar-se dos recursos e satisfazer suas necessidades de sobrevivência, enquanto fundamento ontológico do ser social. É neste processo de apropriação da dimensão de totalidade que se institui a diferenciabilidade do ser social em face de outros seres irracionais da natureza, que agem instintivamente.

Para o autor acima citado, o trabalho é obra da cooperação entre os seres humanos, seu processo é constituído de uma atividade adequada a um fim, do objeto e dos meios. Deste modo, o resultado final é condição de existência de apropriação pelo trabalho vivo de todo este processo, já que a mulher e o homem são seres de ideações, capazes de retirar a matéria-prima da inércia, transformando-a e se transformando respectivamente (MARX, 2012).

Nos termos de Lukács, o “trabalho é um ato consciente, e portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios” (LUKÁCS, 2004, p. 45). Nesse sentido, é preciso considerar que “Os meios de trabalho não são só medidas do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas, também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 2012. p. 214).

A partir do momento<sup>2</sup> em que a realidade e seu cotidiano são apreendidas como campo de mediações, torna-se possível acompanhar o real movimento do objeto, o qual se encontra inserido em uma totalidade extremamente complexa.

A perspectiva social histórico-crítica, através do método marxiano, enquanto uma das concepções teórico-metodológica do Serviço Social, permite analisar, de forma dialética, a dinâmica concreta da vida em sociedade e suas relações. Um estudo

<sup>2</sup>Ver Mediação e Serviço Social, de Reinaldo Nobre Pontes (2016).

desta natureza incide em uma análise do trabalho consubstanciado a partir da práxis e da mediação<sup>3</sup>. Nesta direção, atua em uma busca permanente de aproximação da essência do ser humano genérico, sustentada nos argumentos e na análise do trabalho ontológico, enquanto centralidade da vida social.

Quando o trabalho não é reconhecido como fundante do ser social e deixa de ser central na vida e em suas relações, estas mesmas relações sociais são reificadas, transmutadas, e o trabalho perde esta centralidade social, dando lugar de destaque para algo distinto na vida contemporânea. Este lugar passa, então, a ser ocupado e apropriado pelo capital.

O trabalho humano como atividade prática material, pela qual trabalhadora e trabalhador transformam a natureza (MARX, 2012) e que se mostra no modo de produção capitalista como atividade alienada, com a criação de um objeto a partir do qual o sujeito não se reconhece e que se apresenta para ele como algo alheio e independente, se volta contra o próprio operário (Vazquez, 2007).

quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor do crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletário e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva, acompanha pois, o aumento das potências da riqueza. Mas, quanto maior for esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo dos trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio do seu trabalho (MARX, 2013, p. 719).

O autor citado, reitera que no capitalismo, o trabalho é fonte de alienação, pois a trabalhadora e o trabalhador, na condição de mercadoria, ao venderem sua força de trabalho<sup>4</sup>, produzem riqueza na mesma intensidade em que trabalham. Nesse passo, tornam-se ainda mais empobrecidos, constituindo uma mercadoria mais barata.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), a relação social entre os seres humanos apresenta-se na forma reificada, resultado do controle do capital sobre o trabalho. Ao longo de todo o desenvolvimento do processo de trabalho no capitalismo, a classe trabalhadora perde o controle sobre o processo produtivo e sobre o seu próprio trabalho. De toda forma estará contribuindo com a ampliação das relações sociais, que é também uma reprodução dos antagonismos de classe que tendem a se aprofundar (IAMAMOTO, 2014, p. 69).

Com o desenvolvimento histórico do capitalismo, marcado pela revolução industrial no século XIX e impulsionado pela reestruturação produtiva no século XX, o modelo sujeitou trabalhadoras e trabalhadores à sua dependência e subserviência, configuradas pela intensificação e extensão da jornada de trabalho (MARX, 2012). Mesmo diante das tensões das relações sociais entre capitalistas e a classe trabalhadora, o trabalho alienado permanece como centralidade nas estratégias de sobrevivência deste modo de produção. Desde então, o capitalismo tem se reinventado para ampliar o processo de exploração e acumulação, características constituintes deste modelo desde a sua gênese. Novas morfologias e metamorfoses permanentes no mundo do trabalho, conforme alerta Antunes (2011) têm se potencializado na sociedade capitalista no início do século XX e adquirido outras formas, principalmente a partir da década de 1970 – sempre em uma relação intrínseca com a busca desenfreada por mais lucros.

A partir de um processo de busca de modos de organização do trabalho da produção industrial, utilizado pelas indústrias durante a Segunda Revolução Industrial, o *fordismo/taylorismo* marcou o advento desta fase, configurando o distanciamento de um sistema rígido para o avanço de um sistema de produção flexível, que foi se constituindo gradualmente. Com a falência desses sistemas e a crise do *Welfare State*, foi consagrada uma fase de crise estrutural do capital, que implicou em impactos devastadores no mundo do trabalho.

<sup>3</sup>Entendida enquanto categoria ontológica e reflexiva.

<sup>4</sup>Força de trabalho aqui reconhecida como o “complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso” (MARX, 2013, p. 242).



Desse modo, o fordismo/taylorismo, enquanto uma nova forma de organização da produção, deu início a um outro modelo que assumiu, naquele cenário, um sistema de produção industrial de tecnologia mais inovador: o toyotismo que apresenta, desde então, novas formas de obter grande produtividade com menor custo, com estratégia gerencial de produção mais rápida e acessível, além da manutenção de empresas cada vez mais enxutas e flexíveis (PINTO, 2007). Com isso, a reestruturação produtiva no século XX foi sendo planejada em seus ínfimos detalhes, transformando a vida das e dos trabalhadores com um único fim: trabalhar para ampliar paulatinamente a acumulação do capital para a classe burguesa.

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe que vive do trabalho, sofreu a mais aguda crise deste século. Que atingiu não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2011, p. 23).

Para o autor, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela se converte num esforço penoso, que aprisiona os indivíduos. Se, por um lado, necessita-se do trabalho humano e de seu potencial emancipador, é fundamental a recusa do trabalho que explora, aliena, desumaniza e escraviza o ser humano genérico em todas as suas dimensões. Ainda, vivencia-se a desregulamentação, a flexibilização e a terceirização, derivadas de uma lógica societal, em que o capital se vale da força de trabalho humana, enquanto parcela imprescindível para a sua reprodução e formas de transformações contemporâneas no mundo do trabalho.

Sob a ótica da reestruturação produtiva e da ideologia neoliberal, o capitalismo apresenta implicações e impactos para a vida da classe trabalhadora como a apropriação da mais-valia absoluta, extraída de quem trabalha, bem como a diminuição e a precarização do trabalho vivo (ANTUNES, 2013). Esta é a agenda também seguida pelos atuais governos, os quais têm cumprido literalmente o compromisso assumido historicamente com o capitalismo.

Essa relação se expressa a partir da observação dos fatos evidenciados na atual conjuntura brasileira, por exemplo, apesar de se dar em âmbito mundial. Aqui se destacam a desregulamentação da economia, as ameaças à instabilidade de quem trabalha no serviço público, o avanço da política de privatização de grandes e potentes estatais, as contrarreformas e a desregulamentação das legislações de proteção social, que vem se tornando rotina da agenda do Estado. Vale ressaltar a ocorrência das incoerentes e injustas reformas trabalhistas, previdenciária, ambiental e administrativa, além da criminalização dos movimentos sociais e de classes, e um constrangedor declínio intelectual político.

Por conseguinte, verifica-se a impossibilidade do capitalismo, estabelecido enquanto modelo hegemônico de sociedade, garantir condições dignas para a maior parte da população, considerando que a sociedade do capital se pauta pelos interesses vinculados à acumulação e à concentração de riqueza, e não às necessidades elementares da dignidade humana.

A vida contemporânea e a fase do capitalismo financeiro em que vivemos têm sido marcadas pelo aprofundamento das desigualdades sociais e pela intensa exploração das forças de trabalho pela sua espoliação. Os dados verificados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2020) confirmam o crescimento significativo do desemprego. Com isso, a informalidade já atinge cerca de 40% da força de trabalho no Brasil (IBGE, 2020), fazendo com que o aumento exponencial do desemprego e a perda de direitos se apresentem como expressivos retrocessos vivenciados por trabalhadoras e trabalhadores, ao lado da crise de emergência da saúde pública.

O desmonte de todos os serviços públicos, a corrupção institucional, o abandono e a criminalização da população que vive na extrema pobreza nas periferias, quilombos e comunidades indígenas, aumentam os conflitos permanentes e violências de toda natureza. É por isso que podemos considerar a ocorrência de instauração da barbárie em nossa sociedade.

Como não poderia ser diferente, e somado a esse quadro, a crise sanitária causada pelo novo coronavírus (Covid-19), vem intensificar ainda mais o caos, aprofundando as lutas e os desafios enfrentados pela classe trabalhadora, que tem feito um esforço desumano em continuar produzindo para o capital e, ao mesmo tempo, manter-se viva.

## Os impactos para a classe trabalhadora da pandemia causada pela SARS-COV-2

Diante da pandemia mundial causada pela SARS-COV-2, o novo vírus da Covid-19, e de uma era digital globalizada<sup>5</sup>, o capitalismo não mais consegue camuflar sua face nebulosa. O Brasil, além de se alinhar aos interesses do capitalismo, direcionado pelos princípios ultra neoliberais e de forma descomedida, vem subtraindo direitos e precarizando sobremaneira as condições de trabalho da classe trabalhadora. Essa realidade é agravada no país por um governo negacionista, autoritário, à frente de um estado defensor do mercado e da política econômica internacional, em detrimento da defesa da vida do seu povo e de tudo que ela representa em suas dimensões e essência.

O Estado brasileiro, neste momento, parece não se constranger diante do seu país e do mundo com a morte de milhares de pessoas, as quais não tiveram acesso ou atendimento da política de saúde para salvar a própria vida. Milhares delas lutaram incansavelmente e, ainda assim, perderam a batalha contra a Covid-19, vítimas também de um Sistema Único de Saúde pública (SUS) escamoteado criminosamente muito antes da pandemia, com a implementação da Emenda Constitucional 95 de 2016<sup>6</sup>. Nem mesmo velar e enterrar os corpos de seus entes queridos, conforme os costumes locais, foi possível<sup>7</sup>, dadas as circunstâncias de contaminação. Dentre outros desafios está também o de conseguir lidar com a dor e a sensação de que histórias foram interrompidas antes do tempo, a dificuldade de viver o luto e superar a ausência do último adeus. Entretanto, a pandemia tem sido vivenciada de forma muito diferente entre as classes.

A pandemia tem cor, etnia e classe social, porque atinge majoritariamente trabalhadores e trabalhadores dos segmentos mais estigmatizados, que em geral se configura pela população negra deste país. Para Antunes (2020), é necessário analisar estas relações entre o capital e os distintos setores da classe trabalhadora, em sua

diversidade de gênero, sexo, raça e etnia. Os efeitos da crise trazem calamidades globais e, em países como no Brasil, o impacto da crise para a classe trabalhadora é abundantemente perverso. Parte significativa das pessoas com quadros graves da doença ou complicações que levaram ao óbito era da classe trabalhadora, pessoas inativas, idosas, aposentadas, ou pacientes com doenças crônicas, além das trabalhadoras que permanecem trabalhando na linha de frente, atuando no enfrentamento da Covid-19, nas principais políticas sociais públicas deste país. Em destaque, está quem atuava nas instituições de atendimento de saúde, urgência e emergência, segurança, educação, previdência, assistência social, ou aquelas e aqueles cujo direito de manter o isolamento social foi retirado, pois precisavam trabalhar para garantir a própria sobrevivência.

Assim se reconstroem as relações de trabalho no capitalismo que, para Marx (2012), são assentadas na exploração e intensificação, em várias dimensões dos processos de trabalho, com salários mais rebaixados e com poder de compra cada vez mais reduzido. No contexto nacional de desemprego, próximo dos 14%, de acordo com PNAD (2020), com milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, algumas questões se levantam: quais são as classes sociais que podem cumprir o isolamento na pandemia? Qual classe tem trabalhado para manter a economia funcionando? Onde trabalham e em quais condições?

Nesta história, entre um discurso neoliberal e outro, direitos são esvaziados, espaços de trabalho precarizados e os sujeitos culpabilizados pela sua condição de pobreza e “incapacidade” de superar a sua própria realidade de “crise”.

Como se não bastasse tudo isso, o discurso conservador e neoliberal vem se corporificando nas narrativas recentes sobre a realidade da classe trabalhadora: “Ela pode mudar a própria realidade, ser a dona do seu próprio negócio. Ela é uma empreendedora, agora não é empregada, se tornou um colaboradora da empresa, uma parceira e deve vestir a camisa da empresa”, ou seja, “pequenas empresas, grandes negócios”<sup>8</sup>.

<sup>5</sup>Mais moderno, tecnológico e globalizado, contudo, o acesso a este desenvolvimento é para uma minoria bilionária, que detém a maior parte da riqueza socialmente produzida no Brasil e no mundo, apropriada pelo capital financeiro internacional e privado.

<sup>6</sup>Emenda Constitucional Nº 95 de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html> Acesso em 05 de out. de 2020.

<sup>7</sup>Valor cultural simbólico importante da cultura ocidental.

<sup>8</sup>Expressões veiculadas nas propagandas sobre empreendedorismo do

Desde modo, este período pandêmico tem sido uma grande oportunidade (para o capitalismo evidentemente) para a implementação de teletrabalho, trabalho remoto, home office, trabalho por aplicativos ou o chamado “empreendedorismo”, cujas realidades são apresentadas como alternativas viáveis ao trabalho no momento de crise, contudo, levam a caminhos tortuosos de precarização para a classe trabalhadora.

Com essas novas “tendências” e “alternativas” tem se materializado condições de trabalho instáveis e inseguras, muitas das vezes sem vínculos formais, com perfil exaustivo, sem fim, nem horário; trabalhos que adentram, invadem e se apropriam do espaço doméstico e privado, a exemplo das professoras e professores, para produção da exploração pelo capitalista com o apoio do Estado, o qual permanece sendo o comitê executivo da burguesia (NETTO, 2011).

A era digital neste tempo de pandemia é fomentada, alinhada à produção e ao mercado da tecnologia supervalorizada, porém, amplia as desigualdades e os desafios entre as populações mais vulneráveis, as quais continuam sem condições de acesso e uso das novas tecnologias, apesar de participarem de sua produção. Atualmente, o acesso e as habilidades tecnológicas foram impostas como condição de sobrevivência nos atuais ramos de atividades trabalhistas, extirpando milhões de pessoas que poderiam estar aptas a assumirem postos de trabalho, porém, são simplesmente excluídas do mercado, alargando ainda mais o exército industrial de reserva e os índices de desemprego ou subemprego no país, como mostram os dados do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE (2020).

A evolução tecnológica da informação e comunicação, aliada a estratégias empresariais, gestaram essa “nova” forma de trabalho flexível, o qual produz uma radicalização do processo de exploração da força de trabalho. Quem estava, ou entrou e permaneceu nos seus espaços de trabalho, principalmente desde o início de 2020, com a pandemia, tem cedido às imposições dos setores público/privado e “permitido” que seus patrões se apropriem do espaço

doméstico, que antes era de descanso, de convívio familiar, e que agora se tornou também lugar de produção para a empresa onde trabalha. “Contudo, como já vimos, esta forma de sociabilidade é necessariamente contraditória. Pois, de um lado se encontram em termo de raiz – os interesses do capital, e do outro os do trabalho” (TONET, 2012, p 18).

As exigências de produtividade e os altos níveis de alcance de metas aumentaram, junto com o grave quadro de doenças psíquicas e físicas por causa da pressão das mais diversas ordens e pelo excesso e extensão do tempo de trabalho, alterando para pior as condições e a qualidade de vida da trabalhadora e do trabalhador. Vale destacar a intensificação do trabalho e da vida das mulheres na pandemia, pois, ainda em condições desiguais de remuneração e condições objetivas de vida, elas são tensionadas, principalmente as mães que possuem filhas e filhos em idade escolar, pois, neste período, além de local de trabalho, a casa também vira sala de aula.

De forma irresponsável, o Estado expõe e coloca em risco a vida de crianças, jovens e adultas e adultos que trabalham, nega a profunda desigualdade social e as próprias características decorrentes da pandemia e ainda apresenta como principal alternativa à educação a distância, o ensino excepcional e remoto. Apresenta-se um falso retorno à normalidade, além de falsas soluções (completamente inviáveis e inexecutáveis) para a continuidade das atividades no Ensino Fundamental, Médio e Superior, ignorando as contradições sociais e as questões objetivas e subjetivas do cotidiano da vida de professoras e professores, demais trabalhadoras da educação, estudantes e familiares. Sabe-se que os desafios estão para além do acesso à tecnologia (OLIVEIRA, 2020), que já é um imenso problema, limitador e excludente, mas não é o único e nem o mais grave.

Nesse cenário, perambula e subsiste também a grande massa “sobrante” e sem trabalho, que recebeu o auxílio emergencial do governo federal<sup>9</sup> de R\$ 600, alterado a partir do mês de outubro deste ano para o valor de R\$ 300. Muitas pessoas nem conseguiram acessar o benefício, pois não

<sup>9</sup>Dos já insuficientes R\$ 600, agora para ínfimos R\$ 300 anunciados pelo Governo Federal neste segundo semestre de 2020. Publicada no Diário Oficial da União em 03/20/2020 a Medida Provisória (MP) 1.000/2020 que prorroga o auxílio emergencial até dezembro no valor de R\$ 300. Vale lembrar que nem todas as parcelas de R\$ 600 foram pagas com regularidade à população beneficiada e que este valor constitui-se retorno da e do contribuinte, e não esmola.



possuem documentos, não têm aparelhos celulares ou computadores para acessarem o aplicativo disponibilizado, ou nem mesmo tiveram acesso à informação sobre a concessão do direito. Esta realidade mostra que parte expressiva dessa população, que se encontra na extrema pobreza, teve seus direitos furtados, se constituindo uma população vítima de desumanidade e violência institucionalizada.

Diante da frágil democracia, de uma cidadania distante e ausente, de um país assombrado pelos fantasmas do obscurantismo, do autoritarismo, da negação da razão, do conservadorismo da ultra direita e das ideias fascistas que avançam por todos os espaços e a todo momento neste país, a ideia de morte segue sendo vendida como destino “natural” em muitos discursos políticos.

Presenciar esta fase histórica tem sido devastador e, ao mesmo tempo, repugnante. A sensação de impotência tem tomado conta de todas e todos. A crise capitalista antecede a pandemia, mas, na atual conjuntura, ela escancara e desnuda as mazelas e a contradição entre capital e trabalho (ANTUNES, 2020), além de, indiscutivelmente, revelar o oportunismo do capital diante de uma tragédia anunciada<sup>10</sup>.

Com isso, as dimensões da crueldade, os impactos e os prejuízos para a classe trabalhadora são impossíveis de serem mensurados. Os estragos da política de extermínio em curso, exposta pela pandemia, ainda são desconhecidos em sua totalidade. Do mesmo modo, mais uma vez no ciclo da história do capitalismo, este sistema econômico privilegia a classe burguesa, precariza e elimina a vida da classe-que-vive-do-trabalho de “suas próprias condições de sobrevivência ultraprecárias” (ANTUNES, 2020, p. 19), além das populações invisíveis e tidas como perigosas, que formam a camada mais vulnerável, degradada e considerada desprezível da sociedade, constituindo, assim, o lumpemproletariado propriamente dito (MARX, 2013, p. 719).

O lucro acima da vida é hoje a principal expressão da luta de classe em tempos de pandemia. Observa-se a violência institucionalizada, a criminalização e o abandono de

jovens, pobres, negras e negros, quilombolas, povos indígenas, mulheres, LGBTQI+, dentre outras populações tidas como minorias sociais. Resultado de uma sociedade racista, classista, sexista, machista, patriarcal, homofóbica, portanto, uma sociedade piorada e mantida viva apenas para produzir, sob a superexploração e a cultura da acumulação capitalista.

## **A direção do Serviço Social diante das transformações no mundo do trabalho**

Em uma busca permanente por compreender esta realidade em movimento, pode-se observar quão ameaçadora ela se apresenta para o Serviço Social. De acordo com Iamamoto (2005), nadamos na contracorrente, uma vez que o objeto de trabalho do Serviço Social se insere na contradição entre capital e trabalho. Esta profissão possui direção e princípios éticos fundamentais de acordo com o Código de Ética da e do Assistente Social de 1993.

Contudo, o Serviço Social, a partir de seus princípios éticos e direção crítica, se mantém firme na defesa de um projeto de sociedade que reconheça o ser social em sua genericidade humana (BARROCO, 2012). Sociedade em que o trabalho seja realizado para satisfazer as necessidades de todas e todos, sem distinção de qualquer natureza e que não seja instrumento de exploração e expropriação da vida.

As exigências atuais desafiam o mundo do trabalho e, conseqüentemente, o Serviço Social. Ao conhecer e se apropriar do contexto sócio-histórico e político da profissão, seus objetivos, objeto, princípios, defesas e bandeiras de lutas, é importante destacar que não é possível dimensionar os desafios do trabalho da e do assistente social. Contudo, a busca por compreender suas origens, e como se constitui a dinâmica da sociedade capitalista em todos os seus aspectos complexos, contribui na construção de estratégias para o seu enfrentamento.

<sup>10</sup> Como podemos confirmar em dados publicados pelo Jornal Estadão, do dia 27 de agosto de 2020: “bilionários brasileiros aumentam em 34 bilhões de dólares o patrimônio durante a pandemia”.

Na concepção de Iamamoto (2005), é preciso descortinar a realidade, este campo enredado, que é também um campo de mediações. Por esta razão, a relevância da postura consciente, crítico-dialética, concomitantemente ao conhecimento sobre a própria profissão e suas dimensões, direciona o trabalho e a intervenção direta nesta mesma realidade, que exige bem mais do Serviço Social (YASBEK, 2009).

Assim, torna-se uma exigência de sobrevivência da profissão se reconhecer enquanto classe e classe para si, além de analisar, discutir e aprofundar sobre a pandemia e seus impactos no mundo do trabalho, mergulhar nessa realidade concreta e intervir com o objetivo de transformá-la, e, em nenhuma hipótese, torna-se possível de forma isolada, individualizada.

É fato que as organizações coletivas se encontram muito mais próximas da realidade de classe em si, e, por isso, há uma necessidade da transição desta condição da classe para si, de uma elevação da consciência coletiva, capaz de modificar a realidade da classe trabalhadora (MONTANO; DURIGUETTO, 2011). Logo, podemos avançar nesta direção se fortalecermos as nossas entidades coletivas e nos somarmos aos movimentos sociais, sindicatos e organizações de classe, à luta maior de toda a classe trabalhadora. Diante deste momento vivenciado por esta classe, ressaltamos a importância do fortalecimento das entidades que nos representam: Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO<sup>11</sup>.

Sem o intuito de dimensionar, pois, seria improvável, mas buscando direcionar, quando nos deparamos com todo arcabouço teórico metodológico, ético, político e técnico operativo do Serviço Social, compreendemos a dimensão do trabalho nesta realidade, assim como seus desafios e também suas possibilidades. Certamente, tornará possível evidenciar as correlações de forças, o contexto e a conjuntura sócio-política e econômica, quem são os atores sociais que devem seguir conosco e que se somam na luta, e quais é preciso contradizer e abandonar, ou, muitas vezes, denunciar.

De tal modo que fazemos esta travessia, sentindo a necessidade de compreender profundamente a realidade concreta e toda a dinâmica da vida social. Em uma fase histórica em que lutar pela vida e pela garantia da própria subsistência se configura enquanto um movimento de resistência, torna-se imprescindível a consciência coletiva e o entendimento dos princípios os quais jamais podemos abrir mão, mesmo em tempos de barbárie.

O projeto ético e político do Serviço Social dá o tom desta direção, se alinhando ao projeto de emancipação humana, que possui como centralidade ética a liberdade, a democracia e a defesa intransigente dos direitos humanos e da classe trabalhadora. Os pilares definidos pela categoria são preconizados nos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993.

<sup>11</sup> Conjunto dos Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino Pesquisa do Serviço Social (ABPEPSS) e Executiva Nacional dos Estudantes do Serviço Social (ENESSO)

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL. CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 2012 p. 23-24).

Mesmo diante de todos os desafios contemporâneos, agravados com a pandemia e a contradição entre capital/trabalho, estes são os valores que fundamentam o nosso trabalho e a luta coletiva, por uma nova sociedade construída a partir de uma direção do projeto ético e político, que é um projeto profissional alinhado a um projeto societário. Ou seja, estamos diante de uma luta muito maior e ainda mais exigente, que é a luta anticapitalista e anti-imperialista.

## **Algumas considerações, mas é preciso continuar...**

Neste universo, buscou-se abordar questões contemporâneas da realidade social vivenciada pela classe trabalhadora, que, para além das contradições sócio-históricas, sofre com os impactos do capital sucedidos pela pandemia.

O trabalho no capitalismo e suas implicações para a classe trabalhadora, consequentemente, para a profissão de Serviço Social, se intensificaram neste momento presente com a crise sanitária e expressa uma das mais cruéis faces do capitalismo: o acirramento das desigualdades impostas por um modelo que possui política e cultura ideológica fundadas nos princípios neoliberais e conservadores. O que assistimos com a pandemia é o extermínio de milhões de seres humanos porque “a economia não pode parar”. A política de morte predomina, apesar de a classe trabalhadora ser a grande maioria da população mundial que trabalha e produz a riqueza, concentrada nas mãos de poucos que ditam as regras sob a égide do capital.

A precarização das condições de trabalho interfere diretamente na reprodução da vida social da classe trabalhadora no capitalismo. Na atual fase deste sistema, em que a reestruturação produtiva e o neoliberalismo foram estratégias para a ampliação dos lucros, o trabalho assume uma configuração específica, de modo a continuar atendendo à acumulação capitalista.

Um dos grandes desafios a ser enfrentado é o alcance da organização consciente da nossa própria classe, que se encontra desgastada, sem esperanças, heterogênea, polarizada, e, com a pandemia, totalmente fragilizada, sem condições objetivas de enfrentamento da realidade posta, pois, o momento exige luta para manter a vida.

O Estado apenas reforça os impactos da pandemia para a classe trabalhadora, os quais se materializam no desemprego estrutural, nas medidas de ajustamento fiscal, na desregulamentação das leis trabalhistas, no sucateamento das políticas sociais, na privatização das estatais e na tentativa do capital de elevar a taxa de mais-valia. Esta é apenas uma das dimensões e possibilidades de análise dos impactos deste processo para a classe trabalhadora.

Realidade que aguça a situação da classe trabalhadora, afeta a consciência, a subjetividade e suas representações, inclusive as coletivas, como é o caso das entidades profissionais, dos sindicatos e movimentos sociais de classe. O trabalho é central na produção e reprodução da vida social, apesar das inúmeras formas e estratégias de precarização das condições de trabalho das trabalhadoras e trabalhadores. Desta forma, a configuração atual tem garantido a centralidade do trabalho no capitalismo, portanto, para criação e expropriação de mais valor. Uma das dimensões vivenciadas pela classe trabalhadora são os direitos retirados, que divide a classe, uma vez que suas vidas são ameaçadas, postas à prova. Com isso, esta situação agrava o atual contexto, limitando, distorcendo ou impedindo o pensar coletivo.

Nesse sentido, a superação desta forma de organização política e econômica denominada capitalismo, só poderá se concretizar a partir do momento em que trabalhadoras e trabalhadores se reconhecerem enquanto classe e compreenderem que o capitalismo só existe porque esta mesma classe o sustenta.

No entanto, a consciência de classe e a luta política pela superação do trabalho alienado tem uma longa jornada pela frente. Esta é a distância entre a realidade absoluta e o que se idealiza de uma sociedade construída em um sistema que reconheça o ser humano em sua essência e em sua dimensão de totalidade. Contudo, qualquer posição política que se oponha à ideologia posta na atualidade,

possivelmente não se efetivará de forma simples e rápida, pois trata-se de projetos de sociedade em disputa.

Mas, se “eles combinaram de nos matar, e nós combinamos de não morrer” (EVARISTO, 2014, p.107), torna-se inadiável a construção coletiva de estratégias que sejam capazes de mover as estruturas deste sistema opressor, que se não superado, continuará explorando e exterminando todos os povos do mundo. Por isso, não há dúvidas, proletárias e proletários de todos os países, uni-vos (MARX, 2008, p. 66)!



## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências:** informalidade, infoproletariado, (i) materialidade e valor. São Paulo: Boitempo, 2013.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Acesso em 20 de jun. de 2020.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico metodológica. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 29 de jun. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua divulgação especial: medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil**. 1º trimestre de 2020. 15 maio 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/ADM02/Downloads/pnadc\\_202001\\_trimestre\\_novos\\_indicadores%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/ADM02/Downloads/pnadc_202001_trimestre_novos_indicadores%20(3).pdf). Acesso em 15 de set. 2020.

LUKACS, G. **As Bases Ontológicas da Atividade Humana**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. In: *Temas de Ciências Humanas* nº 4. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. **História e Consciência de Classe:** Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boi tempo, 2013.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2014.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social**. 2009. In: Ana Elizabete MOTA; BRAVO, Maria Inês de Souza; UCHÔA, Vera Nogueira; MARSIGLIA Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene (org.). *Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional*. Brasília: Cortez, 2009. p. 161–196.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** Crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** Crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Frederico. **O manifesto Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** Rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boi tempo, 2011.

MONTAÑO. Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Joana. **Em meio à rotina de aulas remotas, professores relatam ansiedade e sobrecarga de trabalho**. El País, São Paulo, 21 maio 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-21/em-meio-a-rotina-de-aulas-remotas-professores-relatam-ansiedade-sobrecarga-de-trabalho.html>. Acesso em: 01 de out. 2020.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**. São Paulo: expressão popular, 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social:** Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2ª edição. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VAZQUEZ. Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEFESS e ABEPSS, 2009.

# A POTENCIALIDADE CRÍTICO-PROGRESSISTA NA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

<sup>1</sup>Juliano Zancanelo Rezende

## Introdução

Em tempo obscurantista como o que estamos vivendo, com a radicalização dos mais perversos ataques às conquistas históricas da classe trabalhadora, barbarizando-se cada vez mais a banalização da vida, a exploração do trabalho e a naturalização dos discursos baseados no ódio de classe, de gênero, de raça/etnia, e que tentam eliminar qualquer forma de expressão das sexualidades que não se enquadram no padrão heteronormativo, monossexista e patriarcal compulsório, compreendemos como urgente-

mente necessário (re)ativar o debate sobre as formas de politização e publicização dos conflitos sociais. Ou seja, sobre os meios capazes de escancarar para a arena pública o intenso agravamento das expressões da questão social e das relações de dominação – aqui nos referimos aos movimentos sociais da classe trabalhadora e suas lutas, formas de organização, mobilização, resistência e enfrentamento.

Não podemos isolar o Serviço Social nesse contexto societário marcado pelo forte reacionarismo. Se a profissão já caminhava com dificuldade para travar com in-

tensidade a discussão sobre a sua relação elementar com os movimentos e lutas sociais, agora temos o dever histórico de estimular e aprofundar esse debate.

Nesse sentido, nosso sucinto trabalho busca resgatar brevemente a relação do Serviço Social brasileiro com os movimentos sociais e lutas populares no curso da história profissional. A partir de nossas notas, resgatamos desde a gênese da profissão no país até os dias atuais algumas mediações que conectam historicamente o Serviço Social com os sujeitos coletivos da classe trabalhadora

---

<sup>1</sup> Assistente social, professor substituto do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestrando em Serviço Social pelo PPGSS/UFJF. E-mail: julianozancanelo@gmail.com.

– os movimentos sociais. Dentre essas mediações históricas, destacamos a questão social e sua determinação econômico-política como o elo fundante entre a profissão e as lutas sociais.

Sobre nossa proposta de resgatar, mesmo que de forma sucinta, essa relação da profissão com os movimentos sociais no Brasil – considerando seu dilema de distanciamentos e aproximações – acreditamos ser prudente o olhar atento para o que já se processou na história, e ainda está se processando, para que possamos refinar nossas ações do agora. Afinal, “na história do Serviço Social, o amanhã deve contar mais que o ontem – este não podemos modificá-lo, mas aquele pode ser transformado pelo que fizermos hoje” (NETTO, 2016, p. 72).

## Breves notas sobre a relação histórica do Serviço Social com os movimentos sociais no Brasil

Para posicionarmos precisamente o debate da relação histórica do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais, explicitamos aqui sua mediação fundamental: a questão social e sua determinação econômico-política. O que denominamos como questão social, pela ótica do marxismo, é senão a resultante do conflito histórico entre capital e trabalho na sociedade burguesa. É na base econômica de produção desta sociabilidade que a questão social se estrutura historicamente enquanto produto do modo de produção que acumula de forma privada as riquezas socialmente produzidas, explora violentamente o trabalho alheio e, conseqüente, gera cada vez mais as desigualdades sociais – estas, então, como refrações da questão social. Por isso, conforme Iamamoto (2001), a questão social se funda

na lei geral da acumulação capitalista<sup>2</sup>, sendo sua determinação econômica que produz, por exemplo, a pauperização – seja absoluta ou relativa – como manifestação do conflito histórico entre as classes fundamentais dessa sociabilidade.

E como o capital é uma determinada relação social<sup>3</sup> de produção, a questão social como inerente ao capitalismo possui sua determinação política ancorada nos conflitos entre as classes sociais, expressos político e publicamente por meio das lutas sociais enquanto nítida refração da luta de classes. Ou seja, a questão social, expressa por suas diversas refrações de desigualdades sociais, possui nas lutas sociais – constitutivas da luta de classes – sua determinação política<sup>4</sup>. Essas lutas sociais, como formas de denúncia pública e política das desigualdades sociais e de reivindicação perante o Estado<sup>5</sup> e o patronato, compõem o espaço político da luta de classes. Portanto, as lutas sociais constituídas pelos movimentos sociais e suas mobilizações representam a dimensão política da questão social – esta com sua explicação *fundante* no modo de produção capitalista.

Por sua vez, os movimentos sociais<sup>6</sup>, localizados no âmbito político-organizativo da classe trabalhadora, possuem composição heterogênea e diversificada dada a complexidade das expressões de desigualdades, como: a pauperização e a fome enquanto produto desta sociabilidade; a precarização das condições de trabalho (explorado); o desemprego estrutural; a existência dos sem teto e dos sem terra; o sucateamento de serviços sociais, políticas sociais e políticas públicas; as opressões machistas e LGBTfóbicas; o racismo estrutural; a exclusão intencional da participação cívico-política das camadas subalternas etc. Enfim, desigualdades sociais, econômicas e políticas que corporificam as reivindicações das organizações coletivas das diversas frações da classe trabalhadora

<sup>2</sup>MARX, Karl. Capítulo 23 – A lei geral da acumulação capitalista. In: O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. – 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p.689-784.

<sup>3</sup>“(…) as relações sociais, de acordo com as quais os indivíduos produzem, as relações de produção alteram-se, transformam-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade as relações de produção formam o que se chama relações sociais: a sociedade, e particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distintivo particular (...) O Capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação de produção da sociedade burguesa.” (MARX, 1975, p.69 apud IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.36).

<sup>4</sup>De maneira alguma, concebemos aqui os fundamentos político e econômico da questão social como separados, fragmentados e desconexos. Compreendemos estes a partir de uma determinação dialética.

<sup>5</sup>Estado este que expressa/representa os interesses da classe dominante – atuando como “comitê central da burguesia”, como nos elucida Marx e Engels desde a publicação do Manifesto do Partido Comunista em 1848.

<sup>6</sup>Tanto pelo objetivo do presente texto como pela limitação das páginas de um artigo, aqui, não nos cabe desenvolver teoricamente acerca dos níveis de organização e consciência que determinam prática e politicamente os movimentos sociais. Para saber mais, consulte Duriguetto e Montañó (2011).

e, que, ao mesmo tempo em que compõem a base de justificação dos processos de reivindicação e mobilização dos movimentos sociais, também constituem a base das demandas profissionais para o Serviço Social.

A partir dos constructos de Yamamoto e Carvalho (2014), sabemos que o Serviço Social, enquanto uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e inscrita sob o estatuto do assalariamento, possui como base de sua justificação a questão social, sendo requisitado para atuar junto à reprodução das relações sociais. Por isso, e pelo breve exposto acima, afirmamos a relação ineliminável da profissão com os movimentos e lutas sociais – estes com a tarefa histórica de tornarem públicas e políticas as expressões da questão social e de toda relação de dominação. Sendo a *qualidade de tal relação* – entre a profissão e os movimentos sociais – condicionada pelos complexos determinantes que incidem sobre a constituição do Serviço Social no bojo de suas dimensões<sup>7</sup>.

Portanto, ao longo do percurso histórico da profissão no Brasil, dada as modificações de sua própria direção social, podemos perceber alterações na qualidade da relação entre o Serviço Social e os movimentos e lutas sociais. Essa qualidade podendo ser caracterizada, por exemplo, sob base de submissão, invisibilização, criminalização, disputa e coerção implícita, ou sob o seio de uma perspectiva crítico-progressista, de parceria, de potencialização e de autonomia dos movimentos sociais. Ou seja, a depender do polo a ser potencializado na “balança” da contradição entre capital e trabalho que a qualidade dessa relação será determinada – crítico-progressista, conservadora ou até mesmo reacionária.

Nesse sentido, cabe-nos resgatar, brevemente, a qualidade de tal relação na história do Serviço Social brasileiro. Ainda referenciados na majestosa produção de Yamamoto e Carvalho (2014), reafirmamos que as primeiras décadas de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil são

marcadas por um cariz fortemente conservador e de não ligação direta com as formas de organização, mobilização e resistência da classe trabalhadora. Pelo contrário, o Serviço Social, em sua gênese, ligado ao pensamento doutrinário<sup>8</sup> confessional e envolvido por frações das classes dominantes, intervia material e ideologicamente na vida da classe subalternizada de modo a enquadrar as trabalhadoras e trabalhadores nas relações sociais vigentes. Ou seja, desempenhava sua atuação balizada pelo ajustamento social e moral. Assim, a orientação conservadora *tradicional* que dá a tônica sobre a profissão em suas primeiras décadas determina uma não identificação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais das classes subalternas, por mais que a profissão vai intervir nas expressões da questão social permeadas pelos conflitos de classes.

Em um contexto<sup>9</sup> de protagonismo operário nas lutas sociais, o Serviço Social, sob a direção da Igreja, assumirá uma ação doutrinária de ajustamento social e moral das camadas subalternas no sentido de impedir e prevenir influências progressistas nos movimentos da classe trabalhadora, com objetivo de viabilização da “harmonia social” e da conciliação de classes. Como exemplo, Yamamoto e Carvalho (2014) citam que o Serviço Social por meio do movimento católico conservador disputava base social no proletariado com as Ligas Operárias e sindicatos, atuando no plano do consenso disciplinador. Enquanto, ao mesmo tempo, o Estado por meio da repressão coercitiva tratava de combater os levantes e organizações da classe trabalhadora.

Mais adiante, sob o aspecto do desenvolvimento<sup>10</sup>, o Estado reconhecia o “desenvolvimento comunitário” como estratégia de adequação social à ordem vigente, pois eram necessárias novas maneiras de consenso social para além da coerção – no escopo da viabilização da modernização capitalista. É para atuar nas tensões sociais que o Estado irá demandar do Serviço Social, agora, enquanto uma profissão tecnicamente<sup>11</sup> qualificada, a

<sup>7</sup>Que se diz respeito à formação acadêmico-profissional, o âmbito político-organizativo, jurídico-normativo e as dimensões do exercício profissional – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

<sup>8</sup>“Esse pensamento doutrinário, que tem sua fonte na doutrina social da Igreja, vai encontrar no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (século XVII) o tomismo e o neotomismo (retomado no final do século XIX do pensamento tomista de Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier da Bélgica tendo em vista “aplicá-lo” às necessidades de nosso tempo), bases para a formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros.” (YAZBEK, 2018, p.52)

<sup>9</sup>Aqui nos referimos, principalmente, às décadas de 1930 e 1940. Ver: (MATTOS, 2009, p.61-76).

<sup>10</sup>Ver em: (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.358-364).

<sup>11</sup>Conforme os grifos de Yamamoto e Carvalho (2014), mesmo com o processo de institucionalização que a profissão se insere, o pensamento conservador ainda se faz presente na prática do Serviço Social. A ampliação da intervenção profissional para espaços institucionais mediados pelo Estado, requer um alargamento do instrumental técnico do Serviço Social, o qual é feito mediante a permanência da perspectiva de ajustamento social dos indivíduos. Transita-se processualmente da influência do pensamento conservador franco-belga em seus primórdios, para o conservadorismo norte-americano de bases positivista.

intervenção em comunidades pela via da “ação social”. Dessa forma, o desenvolvimento do trabalho do Serviço Social em comunidades é estimulado pelo Estado enquanto mecanismo de integração social, ou seja, como estratégia de inserção das camadas populares ao projeto de modernização conservadora do capital.

Dado esse cenário, era colocado para o Serviço Social o cumprimento da função de executar técnicas e programas relacionados ao Desenvolvimento de Comunidade (DC)<sup>12</sup> no Brasil. Sob esse aspecto, a profissão atuou junto às problemáticas da realidade brasileira a partir do desenvolvimento de ações em territórios comunitários para responder às requisições do Estado<sup>13</sup>. Enquanto técnica utilizada para o trabalho junto às comunidades, as e os assistentes sociais lançavam mão de metodologias educativas de DC para organizar as necessidades comunitárias.

Conforme Netto (2015), mesmo que o suporte teórico-metodológico peculiar do Desenvolvimento de Comunidade se mostrasse como acrítico e não apresentasse pressupostos de contestação ao tradicionalismo da profissão, “ele abria uma fenda num horizonte de preocupações basicamente microssociais” (NETTO, 2015, p.180). Ou seja, algumas experiências mediadas pela intervenção profissional de assistentes sociais a partir das técnicas do DC oportunizavam reflexões no bojo da coletividade, mesmo que no plano limitado da percepção da realidade de maneira superficial, aparente e imediata.

Ao mesmo tempo em que as experiências de DC foram se processando, movimentos sociais também foram se desenvolvendo em meio à conjuntura brasileira – destacando-se o auge desses movimentos sociais no período de início da década de 1960. O amadurecimento reivindicatório e organizativo desses sujeitos coletivos caminhou para um horizonte tático-estratégico comum: as reformas de base<sup>14</sup>.

Neste período de pujança da luta de classes no país, com o protagonismo político de movimentos sociais rurais, urbanos, estudantis e de sindicatos, o agir da esquerda brasileira junto às camadas subalternas era desafiado a experimentar um inovador e crítico contato mobilizador de massas. Perspectivas de maior destaque no trabalho de base junto aos setores populares e subalternos foram<sup>15</sup>: a concepção de organização política e luta social defendida pelo Movimento Católico progressista, conhecido como *esquerda católica*; e a linha do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – este mais envolvido com o movimento operário e sem influência significativa para segmentos progressistas do Serviço Social.

A mediação fundamental – dentre outros determinantes<sup>16</sup> – para as primeiras vinculações do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora foi, sem sombras de dúvida, a militância católica de esquerda exercida por sujeitos profissionais e estudantes de Serviço Social em meio ao acirramento da luta de classes.

[...] vale registrar que a “esquerda cristã” tem forte influência sobre os Assistentes Sociais deste período, seja por meio das escolas e do movimento estudantil. O rompimento de parcela do meio profissional com a tradição conservadora da instituição partirá, essencialmente, do interior do próprio movimento católico. É importante ressaltar que o momento em que o meio profissional começa a ampliar-se – ampliação essa que ocorre diante de uma demanda objetiva do aparelho do Estado e das empresas – coincide com a intensificação da radicalização política que caracteriza o colapso final do populismo. A partir de várias frentes, o meio profissional passa a ser pressionado a posicionar-se mais concretamente em face do debate que atravessa a sociedade, podendo ser sintetizado naquele momento na questão das “Reformas de base”, entre transformações estruturais da sociedade e a perspectiva da modernização, da aceitação da função “civilizatória” do capital estrangeiro, etc. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 361)

<sup>12</sup>Segundo Ammann (2009), no clima da chamada Guerra Fria o Desenvolvimento de Comunidade é institucionalizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) logo após a Segunda Guerra Mundial, sob a justificativa da necessidade de preservação da ordem social tendo em vista as possibilidades de avanço do que denominavam como “regimes e ideologias consagradas como não democráticas” (AMMANN, 2009, p.29) – referindo-se ao “comunismo”.

<sup>13</sup> Estado este que expressa/representa os interesses da classe dominante – atuando como “comitê executivo da burguesia”, como nos elucida Marx e Engels desde a publicação do Manifesto do Partido Comunista em 1848.

<sup>14</sup> Ver em: NETTO, José Paulo. Pequena história da Ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014. p.33-74.

<sup>15</sup> Ver: (SCHWARZ, 2005 apud MORAES, 2014, p.26).

<sup>16</sup> Ver: (NETTO, 2015); e (DURIGUETTO e MARRO, 2016).



Aqui destacamos o primordial papel das juventudes católicas para esse envolvimento, como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), e posteriormente, a Ação Popular (AP)<sup>17</sup>. No seio das movimentações populares, a militância católica colaborou decisivamente para a organização de experiências de mobilização popular entorno tanto das reivindicações objetivas das condições de vida dos estratos sociais populares e subalternos como também foi fundamental – a partir da educação popular sob orientação da Pedagogia do Oprimido<sup>18</sup> – no desenvolvimento de processos educativos que provocaram reflexões progressistas sobre a realidade social nos setores explorados e oprimidos.

Segundo Ammann (2009), foi nesse contexto de maior participação dos movimentos sociais na arena política do país – com forte mediação da militância da esquerda católica – que experiências de Desenvolvimento de Comunidade de caráter heterodoxo se gestaram<sup>19</sup> no Serviço Social. Diferentemente da perspectiva “clássica” de DC – nomeada por Ammann (2009) como ortodoxa – as experiências de DC heterodoxo eram desenvolvidas em articulação com sujeitos coletivos da classe trabalhadora nos territórios em que eram executados os programas de Desenvolvimento de Comunidade. A heterodoxia deste “tipo” de DC era fundamentada na compreensão da existência dos antagonismos de classes na sociedade e, por isso, o trabalho desenvolvido junto às comunidades estava alicerçado na necessidade de colaborar para o processo reflexivo-crítico dos sujeitos de modo a subsidiar movimentos de transformação da realidade para além das mudanças superfi-

ciais e aparentes – mesmo que essas “transformações” da realidade se referiam à defesa de um desenvolvimento nacional de caráter democrático-popular.

No entanto, o desenvolvimento dessas experiências concretas de aproximação de segmentos do Serviço Social com as lutas sociais e movimentos da classe trabalhadora – seja através de experiências residuais de DC heterodoxo, ou pela via da militância católica de esquerda e do movimento estudantil – foram brutalmente interrompidas e reprimidas devido a instauração do golpe civil militar de 1964<sup>20</sup> no país. (NETTO, 2015)

Diante do regime ditatorial instaurado, as experiências populares sofreram forte repressão por serem observadas como potencialidades de subversão à ordem. Diversos movimentos sociais perderam o direito de existir legalmente e lideranças populares foram politicamente perseguidas, presas, torturadas e mortas. Os grupos da esquerda católica tiveram o desenvolvimento de seus trabalhos junto aos territórios comunitários interrompidos, pois a intervenção política de tais sujeitos coletivos – referenciada na educação de base – contrariava a promoção da “harmonia social” e os anseios para a modernização capitalista.

Nessa conjuntura, o desenvolvimento das aproximações do Serviço Social com as lutas sociais e movimentos populares não pôde ser processado – sendo este adiado para anos depois. No entanto, algumas e alguns profissionais e estudantes se mantiveram nas trincheiras de luta contra a autocracia burguesa, mas sem essa posição combativa e corajosa impactar de imediato, naquele tempo, no âmbito da profissão<sup>21</sup>.

<sup>17</sup> [...] a Ação Popular (AP) nasce de um Congresso em Salvador, em 1961, como um espaço efetivo da JUC para dar sequência prática ao seu ideal histórico. No seu documento de base, os estudantes definem a Ação Popular como: a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu em resposta ao desafio lançado pela realidade de nosso país. (PINHEIRO, 2010, p.25 apud MORAES, 2014, p.27)

<sup>18</sup> A Pedagogia do Oprimido se expressa como uma metodologia educativa desenvolvida pelo grande educador Paulo Freire, enquanto alternativa à ideologia dominante. Essa metodologia serviu como base para os processos de educação popular no Brasil. Sobre essa construção pedagógica Freire (1987, p.23) enfatiza que, “a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com sua transformação; o segundo, em que transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação”.

<sup>19</sup> Vale ressaltar que assim como foram residuais as experiências de DC heterodoxo, relatos de tais experiências no sentido de como se processaram metodologicamente também são, infelizmente, pouquíssimos. E, em nosso olhar, é um debate histórico ainda a ser explorado pelo Serviço Social.

<sup>20</sup> “[...] entendemos que as lutas sociais então registradas não colocavam em xeque, imediatamente, a ordem capitalista: colocavam em xeque a modalidade específica que, em termos econômicos-sociais e políticos, o desenvolvimento do capitalismo tomara no país. É bastante provável que tais lutas, se originassem um reordenamento econômico-social e político efetivamente mais democrático, e desembocassem num quadro revolucionário. Os estrategistas das classes dominantes tiveram consciência dessa provável evolução e, por isto, sintonizados com a contrarrevolução preventiva em escala mundial, trataram de abortá-la com o golpe de abril.” (NETTO, 2014, p. 77)

<sup>21</sup> Como sujeitos históricos do Serviço Social que combateram a ditadura civil militar e, por isso, sofreram perseguição, e em alguns casos até a tortura, citamos os exemplos de gigantes como: Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes; Ana Maria Ramos Estevão; Ana Maria Tereza Fróes Batalha; Candida Moreira Magalhães; Iza Guerra Labelle; Joaquina Barata Teixeira; José Paulo Netto; Maria Beatriz Costa Abramides; Maria Lúcia de Souza; Maria Rosângela Batistoni; Marilda Villela Iamamoto; Mariléia Venâncio Porfírio; Rosalina de Santa Cruz; Rute Gusmão Pereira de Azevedo; Vicente de Paula Faleiros. (In: CFESS. Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura: Depoimentos. Brasília-DF, 2017)

A Ditadura Militar modificou substantivamente o cenário em que ele vinha se desenrolando, com a neutralização dos protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado, e, assim, cortou-lhes os efetivos suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico e progressista ao Serviço Social “tradicional”. Neste sentido, [...] as vertentes que, no “processo” do Desenvolvimento de Comunidade, revelaram-se compatíveis com os limites da autocracia burguesa encontrariam um campo aberto para o seu florescimento. (NETTO, 2015, p.184-185)

No entanto, ainda em meio à autocracia burguesa, houve significativos momentos de estreita relação de segmentos da profissão com movimentos e lutas populares, quais foram fundamentais para, posteriormente, o florescimento intenso de uma vertente crítica<sup>22</sup> no interior da profissão. Destacamos a grandiosa experiência do conhecido Método BH<sup>23</sup>, que ocorreu na primeira metade da década de 1970. Essa experiência, de maior visibilidade histórica dentre as outras, expressou uma reaproximação de segmentos da profissão com a vida comunitária e com as formas de organização popular, que possibilitaram ao Serviço Social – juntamente com outros determinantes<sup>25</sup> – o reflorescimento da articulação com os processos de politização da questão social através da mobilização das camadas populares.

Aquelas lutas sociais que se expressavam enquanto síntese nas reformas de base durante os primeiros anos da década de 1960, e que foram interrompidas pela ditadura, ressurgem a partir da segunda metade da década de 1970 com novas características dada as alterações da realidade – não como propostas iguais àquelas reformas de base, mas como lutas sociais por condições de vida e trabalho e contra os desmandos e degradações sociais promovidas pela autocracia burguesa. Nesse contexto de ambiência político-social forte, marcado pelo estouro do *Novo Sindicalismo*<sup>26</sup>, o processo de reorganização político-sindical<sup>27</sup> das e dos assistentes sociais brasileiros estabelece um vínculo mais fortalecido entre segmentos da categoria profissional e os movimentos sociais da classe trabalhadora. Entre o final da década de 1970 e os anos de 1980, dentre as bandeiras de lutas e pautas de reivindicação que os segmentos progressistas do Serviço Social construíram em articulação com os movimentos populares – mediados principalmente pela organização político-sindical da categoria – estavam:

a- Pela reforma sanitária e Implantação do SUS (Sistema Único de Saúde); b- Pela reforma urbana e por políticas habitacionais e ambientais, pela concessão do direito de uso nas favelas, pela implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, no direito à habitação, à terra e à cidade; c- Pelo transporte coletivo, de qualidade, subsidiado pelo Estado; d- Pelo ensino público, laico, gratuito, socialmente referenciado, universal; e- Pelas creches diretas como direito das crianças, das mulheres e homens trabalhadores e pela organização da mulher trabalhadora; f- Por políticas sociais públicas específicas para mulheres, portadores de necessidades especiais, criança e adolescentes, população em situação de rua, negros, indígenas, idosos, pelo direito à livre orientação sexual (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.95).

No que tange à dimensão político-organizativa do Serviço Social, no bojo do Novo Sindicalismo no Brasil, as e os assistentes sociais operaram uma caminhada de reorganização do movimento sindical da categoria através da reativação e criação de entidades sindicais e pré-sindicais. Segundo Abramides e Cabral (1995), esse movimento político-organizativo da categoria profissional se expressou na criação de uma entidade nacional a qual teve a árdua

<sup>22</sup> Aqui nos referimos à vertente “intenção de ruptura com o conservadorismo” – nomeada por Netto (2015).

<sup>23</sup> Ver: (NETTO, 2015, p.334)

<sup>24</sup> “Não afirmamos que nem a formulação belo-horizontina foi a única, nem que a ela não se seguiram intentos da perspectiva da intenção de ruptura (por exemplo, a experiência realizada por assistentes sociais vinculados à Universidade do Maranhão, da comunidade do Boqueirão, no final da década de 1970). À falta de um levantamento mínimo das várias iniciativas da linha da ruptura [...]” (NETTO, 2015, 335)

<sup>25</sup> Ver: (NETTO, 2015, 314-382) Ver: (NETTO, 2015, p.334)

<sup>26</sup> Ver: (ANTUNES, Ricardo L.C. – O que é sindicalismo, Ed. Abril S. A. Cultural, São Paulo, 1985).

<sup>27</sup> Ver mais em: Abramides e Cabral (1995);

tarefa de aglutinar e direcionar, de maneira coletivizada, as lutas de assistentes sociais no âmbito sindical, prezando tanto por questões corporativas como reivindicações referentes à salário e condições de trabalho, quanto a questões amplas do movimento sindical geral das trabalhadoras e trabalhadores. A criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas)<sup>28</sup> foi fundamental para a articulação sindical da categoria, desde algumas lutas específicas como a reivindicação pelo salário mínimo profissional (SMP)<sup>29</sup> – uma espécie de piso salarial para a categoria – como também foi decisiva para a intervenção de setores progressistas da categoria no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, batizado de “Congresso da Virada”<sup>30</sup> por sua relevância política para com a negação do conservadorismo no Serviço Social brasileiro.

A Ceneas atuou enquanto organismo aglutinador e direcionador do movimento sindical de assistentes sociais entre o período de 1979 a 1983. No seu ano de extinção foi criada enquanto “entidade substituta” a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (Anas), a qual imersa na perspectiva do sindicalismo combativo e autônomo se filia à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1985. A partir de 1989, o movimento sindical do Serviço Social iniciou um amplo debate com a categoria sobre a possibilidade de adesão à estrutura sindical proposta pela CUT, a qual era a organização por ramo de atividade econômica e não mais por categoria profissional. Compreendendo a necessidade de construção de um sindicalismo classista e que unificasse as lutas, as e os assistentes sociais decidiram por se incorporarem à nova estrutura sindical proposta. E, no ano de 1994, a Anas foi extinta para que o processo de reorganização sindical por ramo de atividade pudesse acontecer.<sup>31</sup> (ABRAMIDES e CABRAL, 1995)

Conforme Duriguetto e Marro (2016), todo o acúmulo político alcançado por segmentos do Serviço Social, até então, inseridos na efervescência político-social das décadas de 1970 e 1980, e articulados com as lutas sociais das camadas populares e subalternizadas, possibilitou disputas no interior da profissão que se refletiram na conquista das direções das entidades representativas<sup>32</sup> da categoria profissional por parte dos setores progressistas e críticos. Também, todo esse contexto de articulação com os movimentos sociais da classe trabalhadora, compôs o chão necessário<sup>33</sup> para o desenvolvimento e fortalecimento de uma perspectiva crítica no interior do Serviço Social brasileiro.

As determinações sócio-históricas, suas mediações e rebatimentos na viragem profissional para a defesa dos interesses das classes subalternas produziram, ao longo da década de 1980, o aprofundamento do debate em torno do componente ideopolítico do Serviço Social – colocado de forma germinal no processo de Reconceitualização latino-americano. Este debate, desenvolvido por segmentos da categoria, centrou-se em propostas de intervenção orientadas por um compromisso com os setores populares, considerando como espaço de intervenção profissional as instituições estatais, empresas privadas e os movimentos sociais. (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p.104)

A partir dos anos de 1990 no Brasil, é sentido com intensidade os reflexos do processo da reestruturação produtiva do capital<sup>34</sup>, com a grande precarização e flexibilização das relações

<sup>28</sup> Criada em 1979, em São Paulo, no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, segundo Abramides e Cabral (1995).

<sup>29</sup> Que não chegou a ser conquistado, mas foi uma significativa bandeira de luta que movimentou o movimento sindical da categoria profissional no período.

<sup>30</sup> “III Congresso como um episódio de significação histórica para o Serviço Social no Brasil. Depois dele – e não por acaso – o Serviço Social, neste país, nunca mais foi o mesmo. Mas cabe aduzir, ainda, a sua grande lição: a sua realização demonstra, como numa conjuntura favorável, uma vanguarda de assistentes sociais sintonizada com as tendências mais substantivas da realidade, capaz de superar suas diferenças adjetivas para lutar por um objetivo essencial e estabelecer alianças, inclusive externas à categoria – pode efetivamente transformar representações e práticas mais que consagradas da sua profissão.” (NETTO, 2009, p.35)

<sup>31</sup> A partir, principalmente, dos anos 2000, é fundada a Federação Nacional de Assistentes Sociais (Fenas), com o objetivo de reorganização sindical da categoria através de sindicatos específicos de assistentes sociais. No entanto, essa movimentação, até os dias atuais, não conquistou a legitimidade necessária e acabou se isolando do âmbito geral da categoria profissional. O que se mantém atualmente, sendo defendido pelos segmentos críticos do Serviço Social, é a organização sindical por ramo de atividade econômica.

<sup>32</sup> Foi através de disputas pela direção dos conselhos profissionais que as entidades sindicais e demais segmentos progressistas conseguiram imprimir um direcionamento político crítico aos conselhos, que até então estavam sob a direção conservadora. (ABRAMIDES e CABRAL, 1995)

<sup>33</sup> Consideramos também como outras mediações que estão relacionadas entre si: “a reinserção da classe operária no cenário político nacional na segunda metade dos anos 1970, o que repôs a dinâmica política da luta de classes a partir do universo fabril e catalisou as demandas econômico-sociais dos movimentos sociais, também emergentes neste período, nos processos de alavancagem da derruição do regime autocrático burguês; e a recorrência à teoria marxiana e à tradição marxista, superando a remissão a manuais simplificadores do marxismo por meio de uma crítica voltada para a superação dos influxos teóricos mecanicistas, economicistas e, em termos políticos, o combate às posturas voluntaristas, basistas e messiânicas; a dimensão sócio-ocupacional; a consolidação acadêmica e político-organizativa da profissão. (NETTO, 2009, p.25 apud DURIGUETTO e MARRO, 2016, p.101)

<sup>34</sup> Ver em: (HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2000. p.115-184.)

de trabalho e produção, financeirização do capital, desemprego estrutural e implementação das contrarreformas do Estado a partir das políticas de cunho neoliberal. Nesse contexto, assim como diz Antunes (1999), reflete-se para a classe trabalhadora a caracterização de maior heterogeneidade de classe em sua composição diversa. E, também, se demanda um gerenciamento do trabalho referenciado na polivalência da trabalhadora e trabalhador e na precarização das condições de trabalho.

Nesse caminho, de acordo com Duriguetto (2014), ocorre uma generalização do neoliberalismo que se expressa no desmonte do Estado via redução de sua intervenção e regulação econômica e social, com viés privatizante. Como os investimentos em políticas sociais são reduzidos drasticamente, haja vista o processo de precarização, privatização, focalização, seletividade e descentralização da política social, aprofundam-se as expressões da questão social – em um contexto de desresponsabilização do Estado e de moralização da questão social, assim como nos lembra Iamamoto (2015).

Em meio a esse cenário, Duriguetto (2014) nos aponta que essas novas determinações das relações sociais impactam nos processos de organização, mobilização e resistência dos movimentos sociais da classe trabalhadora. Em uma perspectiva de dessolidarização de classe, haja vista a propagação exacerbada dos valores neoliberais como o individualismo e a competição, as lutas sociais tendem a se dirigir para um caminho de “lutas econômico-corporativas setoriais, particulares ou locais e, em algumas experiências, o rechaço a partidos e sindicatos chega também a significar uma rejeição a qualquer relação com o Estado e com a ideia de luta pelo poder” (DURIGUETTO, 2014, p.181-182).

A partir deste cenário apresentado e chegando até os dias atuais, no que se diz respeito ao Serviço Social e sua relação com os movimentos e lutas sociais configura-se um distanciamento<sup>35</sup> – seja no âmbito da produção acadêmico-científica ou da intervenção profissional. Diante disso, “consta-

ta-se, a partir da década de 1990, uma quase oculta produção teórica da profissão sobre as organizações, movimentos e lutas sociais, bem como sistematização/relatos de experiências da intervenção profissional [...]” (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p.109).

No âmbito político-organizativo da categoria profissional, ao oposto da baixíssima militância sindical das e dos assistentes sociais, as entidades representativas como o Conjunto CFESS<sup>36</sup>-CRESS, a ABEPSS<sup>37</sup> e a ENESSO, mesmo com todas as limitações, demonstram permanente articulação com as organizações da classe trabalhadora em seus eventos, campanhas, documentos e nas bandeiras de lutas que essas entidades ajudam a construir. Vide exemplo do último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido na cidade de Brasília (DF), que em sua programação oficial tivemos o prazer de celebrar os 40 anos do “Congresso da Virada” – relevante destacar a mesa / ato político a qual contou com ampla participação de diversas lideranças de movimentos sociais da classe trabalhadora, fazendo alusão à mesa da “virada”. No entanto, essa articulação com os movimentos sociais ainda se encontra extremamente residual nos outros âmbitos da profissão.

Se o salto político-organizativo da classe trabalhadora nas décadas de 1970 e 1980 se expressou, progressivamente, para o Serviço Social como um dos alicerces de construção do atual Projeto Ético e Político hegemônico que aponta a direção social de nossa profissão, o fortalecimento permanente deste projeto profissional, “vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p.24), depende tanto da elevação do nível de organização e mobilização da classe trabalhadora – o que independe do Serviço Social –, como da vontade massiva das e dos agentes dessa profissão. O que pressupõe uma maior vinculação com os movimentos sociais da classe trabalhadora, mas não somente, pois senão estaríamos caindo no equívoco dos determinismos.

<sup>35</sup> Ver: (DURIGUETTO, 2014, p.182-188)

<sup>36</sup> Recordamos que, recentemente, no último ENPES (2018), que aconteceu na cidade de Vitória-ES, foi lançado no Colóquio do GTP de “Movimentos Sociais e Serviço Social” o CFESS Manifesta – “O trabalho de Assistentes Sociais junto aos Movimentos Sociais”.

<sup>37</sup> Vale ressaltar a relevância do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Movimentos Sociais e Serviço Social”, para organização e articulação acadêmico-profissional em relação às pesquisas e produções teóricas que versem sobre a relação da profissão com os movimentos e lutas sociais.

## Considerações finais

Se, atualmente, a direção social do Serviço Social brasileiro, a formação e a produção acadêmica e a intervenção profissional são orientadas hegemonicamente pela perspectiva crítica, isso se deve ao esforço do campo progressista da categoria que, ao longo da história, se mostrou articulado com os meios de politização e publicização das expressões da questão social, ou seja, com os movimentos sociais e seus processos organizativos e de mobilização. Assim como afirma Netto (2015), compreendemos que é nos primeiros anos da década de 1960 que se constituíram os fundamentos sociais e políticos para a vertente “intenção de ruptura com o conservadorismo” no Serviço Social, impulsionada para seu desenvolvimento a partir das décadas de 1970 e de 1980. Ou seja, foram os primeiros contatos de segmentos da profissão com as lutas sociais e organizações coletivas da classe trabalhadora que inicialmente possibilitaram – junto de outros determinantes<sup>38</sup> – o florescimento mais adiante na história da profissão de uma vertente crítica capaz de disputar e conquistar hegemonia da direção social da profissão.

Atualmente, mesmo com um crescimento reacionário na conjuntura, algumas investidas do capital se defrontam com a resistência dos setores populares, como exemplo das lutas por moradia, por reforma agrária, por serviços públicos universais e de qualidade, por livre expressão das sexualidades, pela igualdade de gênero, pelo combate ao racismo, dentre outras pautas de lutas. Esses conflitos acabam se expressando em base real para as demandas profissionais, pois se constituem enquanto refração da questão social. Nesse sentido, como as tentativas de supressão e subordinação da dimensão intelectual da profissão se acentuam cada vez mais<sup>39</sup>, a alternativa que Iamamoto (2006) apud Duriguetto (2014) nos aponta é um melhor investimento na dimensão *ideopolítica* da ação profissional, atuando para além do plano material-assistencial, podendo “promover nos sujeitos reflexões que lhes

proporcionem mudanças da forma de pensar, de sentir e de viver das quais podem resultar processos coletivos de resistência e de luta” (DURIGUETTO, 2014, p.183).

Nesse sentido, devemos reassumir as lições históricas da relação entre a profissão e os movimentos populares, adaptando-as ao atual contexto histórico e sob o entendimento dos limites de uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e, portanto, no estatuto do assalariamento. Por isso, é importante fortalecer os espaços de organização política da categoria, incluindo a *organização sindical por ramo de atividade econômica*, como também – no âmbito do exercício profissional – é necessário retomar, com intensidade, o trabalho pedagógico junto às camadas subalternas, compreender a dimensão socioeducativa<sup>40</sup> da profissão e potencializar as experiências de relação com os sujeitos coletivos organizados da classe trabalhadora, enquanto reafirmação de uma posição crítica e combativa frente às tentativas de avanço do conservadorismo.

Assim como já afirmamos acima, a condição primeira para o fortalecimento da relação ativa da profissão com os movimentos e lutas sociais, é o próprio fortalecimento da dimensão político-organizativa do conjunto da classe trabalhadora na direção de um efetivo ascenso social de massas para um maior tensionamento na luta de classes. No entanto, somente isso não basta. Precisamos, cotidianamente, adensar nossa *vontade coletiva* expressa no projeto ético e político hegemônico. E mesmo com a conjuntura reacionária que vivenciamos, podemos alçar alternativas coletivas, junto de nossas entidades representativas, que potencializem as lutas por direitos e democracia, não deixando-se mistificar pelas limitações da emancipação política. Ao mesmo tempo, e sabendo das limitações de uma profissão, podemos auxiliar na construção de uma contra-hegemonia, materializando nosso posicionamento político em ações concretas, por exemplo, de coletivização de demandas aparentemente individuais, tendo como ferramenta privilegiada a nossa dimensão sociopedagógica. Assim, sabemos que temos

<sup>38</sup> Ver: (NETTO, 2015)

<sup>39</sup> Essas tentativas de supressão da dimensão intelectual da profissão se expressam devido ao processo de precarização e flexibilização das relações e condições de trabalho do profissional – este inscrito no estatuto do assalariamento – tendendo assim a impelir para o Serviço Social um caminho de tecnificação a-crítica e a-política. O que também acaba acontecendo no âmbito da formação acadêmico-profissional devido à mercantilização da educação e o avanço da perversa modalidade de ensino a distância.

<sup>40</sup> Ver: (ABREU, 2016).



pela frente uma árdua tarefa transpassada por diversas mediações e contradições. Mas o que não podemos perder de vista é o horizonte da emancipação humana e a potencialidade insurgente dos movimentos sociais como uma das mediações para tal.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. e CABRAL, Maria do Socorro. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social** – Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978–1988. São Paulo, Cortez, 1995.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2016

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. – 11 ed. – São Paulo: Cortez, 2009

ANTUNES, Ricardo L.C. – **O que é sindicalismo**, Ed. Abril S. A. Cultural, São Paulo, 1985. 95 p.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 101–111.

BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 10<sup>a</sup>. ed. rev. e atual. – Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2012.

CFESS. **Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura**: Depoimentos. In: CFESS; Brasília-DF, 2017.

DURIGUETTO, Maria Lucia e MARRO, Katia. **Serviço Social, lutas e movimentos sociais**: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. Cortez, São Paulo, 2016, p. 97–118.

DURIGUETTO, Maria Lucia. **Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990**: desafios e perspectivas. In: Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p. 177–194.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 17<sup>a</sup>.ed. – 1987.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2000. p.115–184.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **A questão social no capitalismo**. In:Temporalis. Brasília: ABEPSS, Grafline, ano.2 n.3, 2001. p.09–32

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 9<sup>a</sup>.ed. 2015.

\_\_\_\_\_. e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41.ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

MORAES, Mays Vieira de. **Diálogos sobre educação popular e Serviço Social no Brasil**: a perspectiva crítica no século XX. PPGSS – Escola de Serviço Social / UFRJ. Rio de Janeiro – RJ, 2014.

NETTO, José Paulo. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In: CFESS (Org.). 30 anos do Congresso da Virada. Brasília, CFESS, 2009. p. 15–42.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez. 17.ed. 2015.

\_\_\_\_\_. **Para uma história nova do Serviço Social no Brasil**. In: Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p.49–76.

\_\_\_\_\_. **Pequena história da ditadura brasileira (1964–1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social**. In: Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas-SP: Papel Social, 2018. p.47–84.

# FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITALISMO ESTRUTURAL: IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA E DO ASSISTENTE SOCIAL

Suênya Thatiane Souza de Almeida<sup>1</sup>

## Serviço Social: perspectiva histórica

A partir de uma perspectiva histórica, a gênese do Serviço Social deve ser entendida como o resultado de um processo sócio-histórico, condensado nas lutas que envolvem as classes básicas ligadas à fase monopolista do capitalismo. Neste modo, para compreender o surgimento do Serviço Social é necessário analisar um universo que engloba atores sociais e instituições que constituem: a classe burguesa, o Estado, a classe trabalhadora, a igreja etc. (TINTI, 2015).

É fato que as ações de cunho social antecedem a formalização do Serviço Social enquanto categoria profissional inserida na divisão sociotécnica do trabalho. A origem do Serviço Social como profissão tem marca na relação capital x trabalho produzida por ações de exploração e acumulação capitalista. É uma profissão que nasce como projeto de manutenção da hegemonia do poder burguês, como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, com caráter filantrópico e de controle social, assim:

O Serviço Social já surge, portanto, no cenário histórico com uma identidade atribuída, que expressava uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas – repressoras e controlistas – e dos mecanismos e estratégias produzidas pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista. (MARTINELLI, 2009, p.57).

O Serviço Social vem se firmar como profissão no Brasil, sob influência da Igreja, que com seus costumes, leis, tradições e normatividades imprimiam papel de contenção às ações estatais, delimitando-as. Assim, a intervenção do Estado na questão social foi legitimada em função de servir ao bem comum.

No período de 1945, o Serviço Social brasileiro, sob influências do pensamento norte-americano, utiliza um método próprio para sua atuação: caso, grupo e comunidade. Deu-se ênfase na família com concepções funcionalistas que trabalhava no sentido de organizar as mesmas sob uma ótica de “moralizá-las” de acordo com o que a sociedade da época julgava ser o “certo”.

Em 1947, surge o primeiro Código de Ética da e do Assistente Social que mesmo com todo o discurso conservador que trazia em sua síntese, representava um grande avanço e conquista para a categoria. Na sequência, vieram os Códigos de 1965, 1975, 1986, sendo este último, um marco histórico para a categoria profissional, tendo em vista que o mesmo reconhece a relevância dos “Direitos Humanos e Sociais”, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

<sup>1</sup>Assistente social; mestra e doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/SP) com doutorado sanduíche em Lisboa/Portugal; coordenadora e docente do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Unihorizontes; pesquisadora dos temas: Formação Profissional e Estágio Supervisionado; membra da Comissão de Trabalho e Formação Profissional e da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRESS-MG; pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS) da Unesp/SP.

Como processo evolutivo da categoria profissional, há em 1993, o aperfeiçoamento do Código de Ética (em atual vigência), que sedimenta a legitimidade da profissão frente às demandas emergentes da “questão social”. (CFESS, 1993). No que tange à formação profissional da e do assistente social, no início da década de 1990, para Netto (1995), percebe-se que esta já se apresenta relativamente madura, do ponto de vista acadêmico, pois a graduação e a pós-graduação encontravam-se em processo de legitimação e consolidação em diversas instituições de ensino espalhadas pelo país. O número de publicações aumentou significativamente e existia o diálogo interdisciplinar.

Além de tudo isto, os Conselhos Regionais e o Federal de Serviço Social encontravam-se mais dinâmicos e com representatividade significativamente mais ampla. Um marco importante da década de 1990 é a aprovação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, em 1996, em atual vigência.

A proposta aprovada em 1996 está estruturada a partir de três núcleos temáticos, que articulam o conjunto de conhecimentos e habilidades necessárias à qualificação profissional dos assistentes sociais na atualidade. São os três núcleos temáticos: núcleo de fundamentos teóricos, metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (IAMAMOTTO, 2007, p.436).

Sendo assim, nota-se que os anos 1990 foram marcados por grandes transformações no contexto social e econômico, que ocasionaram em mudanças no mundo do trabalho e com isto uma consequente alteração no exercício profissional da e do assistente social. O desafio é fazer com que a formação no atual contexto dê um “salto de qualidade”, primando por uma formação qualificada e contínua, conforme aponta Iamamoto (1998).

## Alterações no mundo do trabalho

No contexto atual, verifica-se as alterações substantivas no mundo do trabalho relativas à tecnologia, organização e relações de produção afetam a realidade da classe trabalhadora, beneficiária central das políticas sociais, que por sua vez, são espaços de intervenção das e dos assistentes sociais. Observa-se grandes mudanças nas diretrizes de Estados nacionais – que vão desde uma perspectiva de “bem-estar social” para uma orientação neoliberal. isto é, na agência beneficiante ou o fornecedor de serviços, e se, finalmente, as políticas sociais moldam mediações entre o Estado, trabalhadoras e trabalhadores e que se comportam como instrumentos do primeiro, então, é possível afirmar que, consequentemente, as políticas sociais, no atual contexto neoliberal, global e produtivo, estão substancialmente alteradas em suas orientações e em sua funcionalidade (MENEZES, 2010).

Essa crítica é lançada no quadro em que mesmo com as adversidades, a profissão de Serviço Social teve uma ampliação nos últimos dez anos, com a inserção de novos campos de atuação, porém, a profissão não passou inerte quanto à precarização do trabalho. Segundo Netto (2000), esta ou este profissional, do setor público ou privado, começa a sofrer alterações em suas bases contratuais e nas suas relações de trabalho. Argumenta ainda o autor:

É com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de trabalho [...] [e o assistente social] tornando-se vendedor de sua força de trabalho. [...] Não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas. (NETTO, 1992, p. 69, grifo do autor).

Assim, é possível dizer que o Serviço Social começa a viver um processo de “liberalização” profissional. Consequentemente, assistentes sociais são cada vez mais contratadas como “proprietárias individuais” de serviços prestados. Esse fenômeno nos assegura a concepção de que esta profissional é, essencialmente, uma trabalhadora, dada à co-participação, juntamente com todas e todos que vendem seu trabalho. Esta é a tendência da terceirização, que vem ao encontro com o processo de “uberização”<sup>2</sup> das profissões, ou seja, “uma nova forma de gestão, organização e controle do trabalho que se afirma como tendência global no mundo do trabalho” (ABÍLIO, 2020, p.2).

Em consonância com as ideias de Abílio, 2020, nota-se:

(...) a uberização do trabalho aprofunda desigualdades ao passo que dissemina a precarização por dentro do emprego. Isto é, repete-se a cadeia de vulnerabilidade e desigualdade social, mas têm-se perdas de garantias e direitos mesmo entre aqueles que tinham algum nível de proteção social. A precarização e a informalização, típicas da uberização, são espelhadas em um “movimento global” de eliminação de direitos, garantias e segurança, aspectos que estavam ligados diretamente ao emprego e ao mercado formal de trabalho (...). (UCHOA-DE-OLIVEIRA, 2020, p.3).

Estes apontamentos reforçam o entendimento do impacto das mudanças do mundo do trabalho, que afetam diretamente a intervenção profissional da e do assistente social, uma vez que é classe trabalhadora inserida na divisão social e técnica do trabalho (CARVALHO; IAMAMOTO, 1992).

Isso resulta no agravamento da questão social, que assume proporções de desastre social. Nesse contexto, a questão social torna-se objeto de ações filantrópicas e caritativas, bens e serviços tornam-se objetos de consumo privado, e políticas sociais universais são substituídas por “programas direcionados ao combate à pobreza”, como podemos observar nesse cenário de pandemia da Covid-19, o “insignificante” auxílio emergencial adotado pelo governo. É fato que, não se pode negar que, tendo em vista o cenário nefasto e de devastação que se apresentou, o referido auxílio ganha contornos de suavização dos impactos reais na vida daquelas e daqueles que estão descobertos pela curta capa da Política de Seguridade Social (PRAUN, 2020, p. 3).

Entretanto, não se pode atribuir, única e exclusivamente, a culpa pela precarização do trabalho, perdas dos direitos trabalhistas e dos direitos sociais tão somente à novo coronavírus, uma vez que esse fato no Brasil já era recorrente e cada vez mais latente, diante das políticas neoliberais que contribuem para a manutenção da ordem social vigente, pautada no capitalismo “selvagem”.

A expansão da(s) direita(s) no cenário nacional e internacional, o crescimento do conservadorismo de traços fascistas e a intensa precarização das condições de trabalho e de vida são expressões concretas da atual fase de acumulação do capitalismo internacional, que não podem ser creditadas à pandemia causada pelo novo coronavírus. (YASBEK et al, 2020).

A trajetória do Serviço Social é um afluente do desenvolvimento histórico da sociedade e do Estado no Brasil, na expansão monopolista, sob a égide do capital financeiro, impulsionado pelas condições criadas pela ditadura militar e sua crise em 1960-1970. O processo de luta contra a arbitrariedade e em defesa do Estado de Direito se torna visível na cena política atual, voltada para o conservadorismo e com a “usurpação” de direitos sociais antes conquistados. Este processo determina essencialmente o horizonte da categoria profissional, exigindo novas respostas para garantir sua própria contemporaneidade, isto é, sua conciliação com a história atual. Nesse período, desencadeou-se um extenso processo de renovação crítica da profissão (PIANA, 2009).

<sup>2</sup>Trata-se do fenômeno da Uberização das relações de trabalho, através da qual, há uma exploração da mão de obra, por parte de poucas e grandes empresas que concentram o mercado mundial dos aplicativos e plataformas digitais, que tem como principal característica, a ausência de qualquer tipo de responsabilidade ou obrigação em relação aos “parceiros cadastrados”, como são chamados os prestadores de serviços. Isto porque deixam claro que têm como objeto, a prestação de serviços de tecnologia, contratados pelos “parceiros”.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/justica/a-uberizacao-das-relacoes-de-trabalho/> . Carta Capital, Agosto de 2020. Acesso em 13/09/2020.

Observações sobre as mudanças no mundo do trabalho atingem não só a situação dos sujeitos profissionalmente, mas também geram grandes mudanças em sua condição de classe trabalhadora assalariada; assim como há as questões relacionadas às variações macro-estruturais substantivas, tanto políticas, econômicas quanto sociais, conhecidas sob o nome de globalização (ANTUNES, 2009).

O projeto de formação profissional preconizado pelas diretrizes curriculares e os elementos e os desafios para a sua efetivação

Não é possível se analisar o processo de formação profissional de forma desagregada da semântica capitalista (YAZBEK, 2014), em que o indivíduo por muitas vezes se coloca em um terreno árduo e perigoso de atuação, no eixo do “centro” da balança que se configura e se materializa na desigual luta entre capital e sua relação com o trabalho, considerando que o Serviço Social encontra-se nas relações sociais norteadas pelo capitalismo e nas transformações a ele inerente.

A formação da e do assistente social é de cunho humanista, comprometido com valores que dignificam e respeitam as pessoas em suas diferenças e potencialidades, sem discriminação de qualquer natureza, tendo construído como projeto ético e político profissional referendado em seu Código de Ética Profissional, o compromisso com a Liberdade, a Justiça e a Democracia. Entretanto, conforme aponta Netto (2009), a referida formação apresenta caráter dicotômico uma vez que encontra-se inserida de forma visceral à divisão sociotécnica do trabalho, atrelada ao modelo de produção e reprodução capitalista que cria mecanismos de coibição da autonomia profissional que por ora se insere no mercado de trabalho para responder às demandas impostas pelas lacunas criadas pela questão social e suas múltiplas vertentes.

Um grande desafio para quebrar com a realidade subalterna e subalternizante do Serviço Social é a incorporação de novas demandas decorrentes de questões sociais emergentes. Assim, estes novos desafios precisam de alternativas originais de intervenção e da adoção de estudos rigorosos e críticos, levando a categoria a apreender esses fenômenos, pesquisar, discutir e debater (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

A partir das décadas de 1980 e 1990, houve uma ruptura com o empirismo e o utilitarismo no tratamento da produção teórica, que se propagou fortemente no passado profissional. Registaram-se progressos, também, do ecletismo em lidar com teorias para a busca de uma convivência plural de ideias no mundo profissional, o que não elimina a luta pela hegemonia. As diretrizes para formação profissional, na década de 1990, passam a se configurar por um triplo desafio (IAMAMOTO, 2010, p.76):

- a) alcançar, incorporando subsídios acumulados no nível de análise da situação e relações de poder institucional, atribuindo uma atenção mais específica para o desenvolvimento de propostas de trabalho e estratégias de intervenção; b) unir a discussão dos fundamentos teórico-metodológicos – que devem ser aprofundados – à investigação de situações históricas específicas que são objeto de ação profissional; c) coordenar a análise de políticas sociais públicas que condensam estratégias de estados e ações do governo contra as tensões presentes na sociedade civil com o conhecimento de assuntos sociais, ou seja, as condições de vida, trabalho, cultura e as lutas cotidianas das classes subalternas em suas relações com grupos ou segmentos dominantes, todos baseados na história do presente. Essas questões são reabastecidas na agenda contemporânea.

De acordo com Iamamoto (2014), as diretrizes sofreram fortes descaracterizações em relação “à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social” (IAMAMOTO, 2014, p. 616). Antes das alterações propostas no perfil do bacharel em Serviço Social, constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, texto que foi subtraído e substituído por “utilização dos recursos da informática”. Em relação às competências e habilidades profissionais, é retirado da redação original o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira: apreensão crítica dos

processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país.

As mudanças feitas pelo Ministério da Educação (MEC) no texto original apontam um direcionamento da profissão para a lógica mercantil conforme orientado pelos Organismos Internacionais. Fato é que essas alterações no documento original da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) geraram uma grande resistência política que tem se firmado por intermédio de estratégias, seja por meio das próprias instituições e docentes, seja no âmbito das avaliações dos cursos, realizada por docentes e consultores, os quais priorizam as Diretrizes da ABEPSS em detrimento das Diretrizes do MEC.

Em relação ao projeto ético e político da e do assistente social brasileiro, é importante lembrar que ele inclui, tanto no âmbito da educação quanto no exercício profissional, a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

[...] no quadro das transformações sociais típicas do capitalismo tardio, das demandas do mercado de trabalho e da cultura profissional, é levantada a necessidade de desenvolver respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e aquelas com maior legitimidade (do ponto de vista sócio-político), às questões que se enquadram em sua esfera de intervenção institucional. Assim, indicou que “as possibilidades objetivas de expansão e enriquecimento do espaço profissional [...] só se converterão em ganhos profissionais [...] se o Serviço Social puder antecipá-los”. Ele também indica que essas possibilidades tendem a ser permeadas por tensões e conflitos na definição de papéis e atribuições com outras categorias sócio profissionais (NETTO, 1996, p. 124).

Ortiz (2010) reafirma que o processo de formação acadêmica deve perpassar por todas as temáticas que englobam a atuação profissional, e subsidiar um embasamento que possibilite a correlação com a práxis, que já não pode mais ser tecnicista, tradicional e operacionalizada. Deve-se eviden-

ciar o modo estratégico de atuação que tenha como foco principal a emancipação da população usuária através dos mecanismos existentes, pautados na ética e nos fundamentos da profissão.

O Serviço Social atua de forma direta com as políticas e os direitos sociais, e para que haja profissionais capazes de compreender a lógica do mercado e enxergar além das possibilidades já apresentadas, depende de uma formação que proporcione a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos para apreensão crítica do processo histórico da realidade social e o real papel do Serviço Social na contemporaneidade.

## **O Estágio Supervisionado enquanto parte central da formação profissional da e do assistente social**

Torna-se necessário conhecer e problematizar o estágio supervisionado no ensino superior, compreendendo-o vinculado aos princípios da educação. O estágio supervisionado tem um significativo papel no processo de formação profissional, pois representa essencialmente à e ao estudante uma possibilidade de aproximação da realidade cotidiana dos indivíduos sociais, associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos que orientam o exercício profissional da e do assistente social.

O estágio supervisionado é um espaço que capacita à acadêmica e ao acadêmico a uma postura crítica e reflexiva, constituindo um momento único para a formação profissional. Ele proporciona à e ao estudante a inserção na prática profissional, possibilitando entrar em contato com uma realidade concreta e contraditória. Constitui um espaço de extrema importância para capacitar os discentes na intervenção social.

Forti & Guerra (2010) destacam que uma forma discutida e apontada na categoria do Serviço Social é o paradoxo entre a teoria e a prática. A prática entende-se que é a transformação do conhecimento em ação. Não se trata de uma construção individual, mas coletiva, que se dá na reciprocidade entre assistente social e a população usuária, e nesta



relação emerge a práxis, ou seja, uma prática crítica, histórica e consciente. A teoria não se põe em movimento sozinha. Ela alimenta a prática, que, por sua vez, pode mudar a teoria, e dessa forma, uma se funda na outra.

E é neste meio que se configura o estágio, pois as instituições nada mais são que ambiente contraditório de reprodução dessas relações, e tendem a defender os interesses dos grupos dominantes, ou seja, os seus próprios interesses (ORTIZ, 2010). De acordo com a Política Nacional de Estágio (PNE),

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS, 2010, p. 11).

Almeida (2013) ressalta que visando minimizar o processo de desqualificação profissional, o Conjunto CFESS-CRESS e a ABEPSS pensaram em instrumentos que pudessem normatizar e regulamentar o estágio supervisionado em Serviço Social. É a expressão da preocupação da categoria em reforçar o estágio como um componente curricular fundamental à formação profissional, sendo, portanto, um momento a ser entendido como preponderante para identidade profissional da e do discente, merecendo destaque nas discussões atuais nos vários eventos do Serviço Social que buscam refletir e debater a formação, visando o comprometimento e competência no desenvolvimento das habilidades e ações profissionais acerca do estágio supervisionado.

Diante da importância do estágio na formação profissional da e do assistente social, a ABEPSS lançou uma nota para a suspensão dos estágios supervisionados durante a pandemia, a fim de contribuir com as possibilidades de isolamento social no combate e proteção ao novo coronavírus, quando este

continua sendo realizado presencialmente. Estabelece, ainda, a suspensão dos estágios remotos uma vez que essa prática coloca em risco uma formação qualificada, descaracterizando a “práxis profissional” sem o devido acompanhamento sistematizado entre os sujeitos envolvidos nesse processo (ABEPSS, 2020, p. 2).

Reiteramos assim, a necessidade da Supervisão Direta envolvendo os três sujeitos do processo de Supervisão: Supervisor/a Acadêmico/a, Estagiário/a e Supervisor/a de Campo e reafirmamos o Estágio Supervisionado, como um componente definido nas Diretrizes Curriculares e vinculado às medidas tomadas nas Universidades e respectivas Instituições que ofertam campo de estágio. Logo, a suspensão desta atividade não está dissociada das mesmas, sob pena de desconfigurar seu propósito, qualidade e significado profissional. (ABEPSS, 2020, p. 3).

Buriolla (2001) é assertiva ao contribuir afirmando que o estágio é essencial à formação profissional enquanto este proporcione aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes na instituição campo apoiados na supervisão como processo dinâmico e criativo, tendo em vista sempre possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

Torna-se perceptível que é necessário o trabalho coletivo e integrado da tríade: supervisão de campo, supervisão acadêmica e estagiária ou estagiário, numa perspectiva afirmativa de desenvolvimento do processo de estágio e formação profissional da ou do estudante. Entre outros aspectos, deve-se ressaltar a importância desse trabalho conjunto na graduação em Serviço Social, pois através do envolvimento desses sujeitos no processo de estágio, poder-se-á contribuir para uma formação integrada, possibilitando à estagiária e ao estagiário a superação da dicotomia entre a teoria e a prática profissional.

## Cenário do ensino superior no Brasil: mercantilização, precarização e sucateamento profissional

Nas últimas décadas, o Brasil adotou os preceitos neoliberais que constituem a “reforma do Estado” em uma gestão embasada na lógica comercial e de negócios para a universidade brasileira, incentivando a privatização, formando o que está sendo nomeado como “Universidade Operacional” ou “Resultados e Serviços”. Essa concepção de universidade é consistente com as recomendações de organizações internacionais e é impulsionada pela revolução científica baseada na microeletrônica, com avanços nos campos da física, química, microbiologia, entre outros: a ciência e a tecnologia tornaram-se a força produtiva por excelência. As descobertas científicas e seu uso na produção tornaram-se o meio de obter lucros excedentes, como exemplo a “desenfreada” disputa mundial em busca da vacina para a Covid-19, o que justifica a orientação de submeter a universidade a interesses comerciais (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

O capital não se apropria apenas dos resultados da pesquisa, mas também pretende interferir no direcionamento da própria pesquisa, rebatendo no mundo acadêmico. A universidade torna-se um centro de produção de ciência e tecnologia filtrada pelos interesses do grande capital, em troca de subsídios e financiamentos concedidos. O grande desafio, entretanto, é preservar a universidade pública, lutando para integrar ensino, pesquisa e extensão, garantindo a sua liberdade educativa, científica e administrativa para produzir e disseminar conhecimento e perceber a sua crítica. (ALMEIDA, 2019).

Ações deveriam defender a universidade pública, mas na contramão, observa-se uma mercantilização dificilmente reversível da vida universitária liderada pelas instituições governamentais e por uma rede de gerentes de negócios, assalariados blindados na “universidade paralela” da extensão universitária e de empresas próprias ou participadas. Apregoam a necessidade da criação de um currículo alinhado aos critérios econômicos de negócios, para alcançar a eficiência técnica (benefício de curto prazo) em detrimento

to da eficiência social (rentabilidade social a médio e longo prazo) (PIANA, 2009).

O ensino superior é uma mercadoria cujo preço e quantidade são determinados pelo mercado através da adequação da oferta e demanda de estudos universitários ou, por outro lado, é um direito social incorporado em um bem público cuja provisão e garantias correspondem ao Estado. (DAHMER PEREIRA, 2007).

É necessário, portanto, aprofundar a reflexão sobre o financiamento do ensino superior que atua como um catalisador em transformações cruciais para nossas instituições de ensino superior. Há uma tendência de pensar a universidade como sendo uma prestadora de serviços, em que determinado curso pode ser destinado a um segmento social. A e o estudante é visto como um consumidor e o conhecimento, neste quadro, passa por um processo de coisificação sendo tratado como uma mercadoria (SPOLANDER et al, 2015).

A precarização das condições de trabalho das e dos assistentes sociais juntamente com o cenário atual de assistencialização das políticas sociais impõe grandes desafios para o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Outro agravante encontra-se no âmbito da formação profissional, com a mercantilização do ensino superior, a proliferação de cursos de Serviço Social, principalmente em instituições privadas e EADs. As entidades organizativas da profissão empenham-se na manutenção desta direção que encontra sustentação no aparato jurídico-político da profissão. Vejamos a afirmação de Guerra:

A crise atual do capital, com suas novas e antigas determinações, impõe metamorfoses ao mundo do trabalho, o que exige um perfil de profissional funcional a essa etapa do capitalismo. Parto da hipótese de que as atuais configurações do ensino respondem às exigências da atual fase do capitalismo e se orienta pelas demandas do mercado de trabalho. Nesta direção, a formação profissional tem um duplo desafio: desvelar e enfrentar a crise do capital e nela as diversas formas de precarização das relações e condições de trabalho, flexibilização dos direitos e focalização das políticas sociais, que, como parte da mesma racionalidade, se expressam e condicionam exercício e formação profissionais (GUERRA, 2010, p.715).

Instituições de ensino superior, especialmente universidades públicas, estão passando por um momento histórico singular que cria tanta incerteza quanto expectativas. Em tal seara, os problemas surgem num contexto de rápidas mudanças tecnológicas, geopolíticas e econômicas no processo de globalização, que afeta diretamente as universidades; não só os seus métodos e recursos educacionais, mas também as grandes mudanças de mentalidade que estão propensas às modificações de valores de segurança e crescimento econômico. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Essa situação, nota-se atualmente que, em virtude do novo coronavírus, o ensino remoto na educação, em especial, nas instituições privadas que se apropriaram do momento de pandemia para “sucatear” ainda mais o ensino superior com demissão em massa de professoras e professores, redução dos salários e suspensão dos contratos. Com isso, nota-se a incorporação de aulas remotas, a “invasão” do espaço domiciliar, salas virtuais lotadas, cerceando e constrangendo a participação ativa das e dos discentes, intensificando o trabalho excedente de professoras e professores, produzindo a mais valia<sup>3</sup> relativa, potencializando os lucros das instituições, como aponta Marx (1996). O aprendizado torna-se fragilizado e de forma superficial, acarretando às e aos docentes e discentes exaustão, esgotamento mental e adoecimento.

Contudo, não se pode desconsiderar e nem pormenorizar o empenho e comprometimento do corpo docente ao tentar “minimamente” passar de forma qualificada, mesmo com todos os “entraves” para tal, o conteúdo a ser ministrado. Nessa encruzilhada, há uma série de variantes que devem ser observadas, como: o restrito acesso digital que acentua e evidencia as desigualdades sociais estruturais presentes na sociedade; estranhamento por parte de alguns docentes com as plataformas digitais que se tornaram inevitáveis para se manterem inseridos na divisão social e técnica do trabalho, tendo em vista que são assalariados e, com poucas possibilidades de resistência a esse “novo normal” (PRAUN, 2020).

## Considerações finais

A profissão de Serviço Social adentra ao século XXI com perspectivas de redefinições no campo de atuação, ou seja, a profissão como um todo redefine-se para atuar ativamente na definição do apoio ao emprego funcional. Com efeito, o Serviço Social pode e deve tornar-se o sujeito determinante de tal processo: através da definição de um Regulamento Profissional, de um Código de Ética; pela organização de eventos para debates teóricos-políticos, nos quais são discutidos o significado político da prática profissional, em que é gerado o desenvolvimento substancial de conhecimentos sobre a realidade e que resulta em colocar a profissão em termos de igualdade acadêmica e status funcional com outras disciplinas sociais. (FALEIROS, 2014).

Exigências contemporâneas levam as e os assistentes sociais a se alinharem ao desenvolvimento no nível político acadêmico (teórico e prático) a nível profissional para realizar sua tarefa com uma maior concorrência levando as demandas mais fortes colocadas pelas respostas da sociedade. A e o profissional deixam a inércia, assumindo um papel cívico e intelectual mais preponderante, conforme Netto (2000). A categoria passa a desempenhar um papel transcendente em relatar à opinião pública e aos órgãos competentes, as mudanças sofridas pelas políticas sociais e pelos serviços prestados pelas organizações.

Nessa nova realidade, cujas práticas profissionais ainda trazem práticas tradicionais, encontra-se a mais forte possibilidade de alterar substantivamente a função social e a imagem que o Serviço Social traz como herança desde o seu surgimento. Com essa preocupação, Netto propõe “distinguir intervenções profissionais dirigidas a situações imediatas daquelas que estão abertas a fenômenos emergentes” (NETTO, 2000, p.

<sup>3</sup> A mais valia representa a disparidade entre o salário pago e o valor produzido pelo trabalho. Dessa maneira, ela pode ser entendida como o trabalho não pago, ou seja, são horas que o trabalhador cumpre/valor que ele gera pelos quais ele não é remunerado.  
Fonte: MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

## Referências

- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio**. Ano 2010.
- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **As Diretrizes Curriculares e o projeto de Formação Profissional do Serviço Social**. Brasília, 2012.
- \_\_\_\_\_. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Nota Da Associação Brasileira De Ensino e Pesquisa em Serviço Social Referente ao Estágio Supervisionado no Período de Isolamento Social para o combate ao novo Coronavírus (Covid-19)**. Brasília, 2020.
- ABILIO, Ludmila Costhek. **Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado**. Psicoperspectivas, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. Disponível em <[https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso)>. acessado em 20 oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>.
- ALMEIDA, S. T. Suênya. **Os desafios e possibilidades do estágio supervisionado: contribuição da supervisão acadêmica qualificada voltada para a práxis social**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – CAMPUS FRANCA/SP, (2013).
- \_\_\_\_\_, S. T. Suênya. **Formação Profissional do/a Assistente Social em tempos de crise do capital e seus rebatimentos: um estudo aproximativo das realidades Brasil e Portugal**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – CAMPUS FRANCA/SP. (2019).
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BURIOLLA, Marta Alice Feiten.. **O estágio supervisionado**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. 1993.
- DAHMER PEREIRA, D. **Educação e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2007.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2014, n.120, pp.706-722. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.006>.
- GUERRA, Yolanda. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.
- FORTI, Valéria & GUERRA, Yolanda. **Na prática a teoria é outra?** In: Serviço Social: Temas, Textos e Contexto. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, M. V. **Servicio Social y División del Trabajo**. 2ª ed, São Paulo, Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional: São Paulo: Cortez, 2010.
- \_\_\_\_\_. **A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: Identidade e alienação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MENEZES, Franciane Cristina de. **O Serviço Social e a “responsabilidade social das empresas”**: o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 103, p. 503-531, Sept. 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282010000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000300006&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 Outubro 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000300006>.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Social Policy and Social Work: the challenges of professional intervention.** Rev. katálysis, Florianópolis, v. 16, n. spe, p. 61-71, 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802013000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300005&lng=en&nrm=iso)>. access on 6 de Outubro 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802013000300005>.

NETTO, J.P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social E Serviço Social.** – Brasília: UnB, Cead, 2000. P.93-110

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Transformações societárias e Serviço Social.** Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

\_\_\_\_\_. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social E Serviço Social.** – Brasília: UnB, Cead, 2000. P.93-110.

\_\_\_\_\_. **Para uma história nova do serviço social no Brasil.** In: SILVA, Maria Liduina Oliveira (Org.). Serviço social no Brasil: históricas de resistência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 49-76.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

ORTIZ, Fátima Grave. **Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social.** In: Serviço Social: Temas, Textos e Contexto. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online].** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

PRATES, Jane C et al. **Estudo sobre as competências requisitadas ao assistente social para inserção profissional no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre.** Relatório de pesquisa enviado ao CNPq. Porto Alegre, 2012.

PRAUN, Luci. **A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho.** Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00297129, 2020. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462020000300306&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300306&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 Oct. 2020. Epub Aug 21, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00297>.

SPOLANDER, Gary; ENGELBRECHT, Lambert; SANSEFACON, Annie Pullen. **Social work and macro-economic neoliberalism: beyond the social justice rhetoric,** European Journal of Social Work. 2015. DOI: 10.1080/13691457.2015.1066761

TINTI, ÉC. **Formação profissional em Serviço Social no Brasil e trabalho profissional.** In: Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 7596. ISBN 978-85-7983-655-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

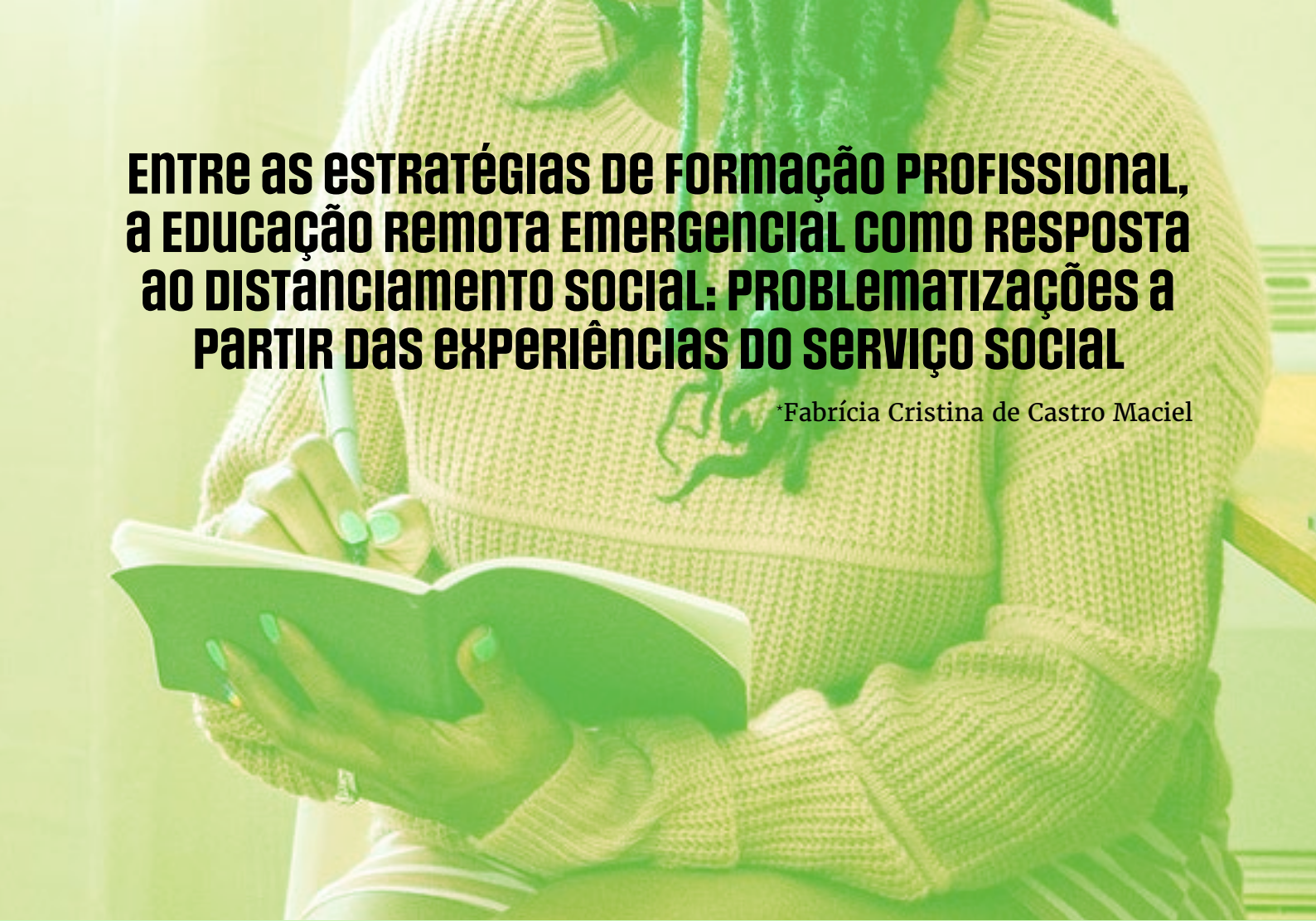
UCHOA-DE-OLIVEIRA, Flávia Manuela. **Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia.** Rev. bras. saúde ocup., São Paulo, v. 45, e22, 2020. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-76572020000101501&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572020000101501&lng=en&nrm=iso)>. access on 25 Oct. 2020. Epub July 13, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000012520>.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área de saúde.** São Paulo: Cortez, 2002.

YAZBEK, M. C. **A dimensão política do trabalho do assistente social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014

\_\_\_\_\_; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel. **Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 138, p. 207-213, ago. 2020. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282020000200207&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000200207&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 13 out. 2020. Epub 29-Maio-2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.209>.





# **ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, a EDUCAÇÃO REMOTA EMERGENCIAL COMO RESPOSTA AO DISTANCIAMENTO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL**

\*Fabrícia Cristina de Castro Maciel

Neste artigo<sup>1</sup>, apresentamos uma breve análise quanto à educação formal superior e suas estratégias de ensino, considerando o contexto da pandemia causada pela Covid-19 e que assola as populações de forma global, mais visivelmente desde 2020. Procuramos apontar alguns elementos necessários à compreensão do processo de formação profissional em Serviço Social no Brasil, a partir das especificidades de um país de economia dependente, que já vinha ampliando seu sistema de ensino superior por meio da utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), tendo o setor privado como protagonista desta tendência.

Ao refletirmos sobre a educação e os sistemas de ensino superior, a considerar a necessidade de distanciamento social em função da Covid-19, veio-me a expressão de Chico Buarque, na letra da música Gota d'água – “pode ser a gota d'água” – em meio a tragédia que já se anunciava neste campo.

A pandemia viria a configurar a paradoxal “gota” que faltava para a ampliação e consolidação da estratégia do ensino a distância por meio do uso das TDICs. Enquanto fenômeno global que se impôs às sociedades e governos, registros de respostas políticas e técnicas se distinguiam nas diversas regiões do globo, dadas as perspectivas político-ideológicas; as condições econômicas e de urbanização; sócio-ambientais e climáticas dos países. Fato é que o modelo de formação coletiva presencial, estruturado em espaços públicos ou privados, encontra-se em questionamento desde março de 2020.

O tempo histórico exige, portanto, uma urgente, profunda e continuada análise sobre a educação formal, expressa nos sistemas de ensino, como constitutiva de ampla verificação do sistema político-institucional que compõe os processos e espaços de formação mais geral<sup>2</sup> instaurados nas sociedades. Amparados no entendimento de que

\*Fabrícia Cristina de Castro Maciel, assistente social, doutora em Serviço Social e mestre em Administração Pública-Gestão Social.

<sup>1</sup> Este artigo possui partes da tese de doutoramento da autora – MACIEL, Fabrícia Cristina de Castro. A formação profissional em Serviço Social por meio do Ensino a Distância: uma análise histórico-crítica a partir da realidade Mineira. 2020. 291f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

<sup>2</sup> Estes podem ser observados na família, nos movimentos sociais, nos sindicatos, nas organizações sociais, coletivos, partidos políticos, redes sociais e midiáticas, demais espaços coletivos de trocas e compartilhamentos de conteúdos.



o Estado tem papel crucial na reprodução da sociabilidade burguesa fundada no e pelo modo de produção capitalista, tem-se a educação como um dos meios fundamentais de dominação/internalização ideológica, assumindo a função de um instrumento essencial para alcançar e consolidar a hegemonia de uma determinada classe no poder. Para Marx e Engels, o Estado de classe está intimamente ligado ao ensino de classe e, deste modo, negam-se a “[...] reconhecer a educação como um fato estritamente escolar e considerar a atividade escolar como um fenômeno autossuficiente e independente” (MARX; ENGELS, 2011, p. 20).

Diante dessa ressalva, faz essencial à problematização quanto à política e aos sistemas educacionais na contemporaneidade, tendo como referência as premissas estabelecidas pelo Estado de configuração neoliberal (a partir anos de 1980, inicialmente na Inglaterra e nos EUA) e a expansão de acumulação do capital (sob o manto da mundialização), em que se desdobram os processos de reestruturação produtiva; reorganização dos modelos de gestão do Estado e seus ajustes econômicos ferozes; as readequações perversas das políticas sociais, que nos países de economias dependentes provocam efeitos devastadores na classe trabalhadora. Além destes aspectos, o neoliberalismo estrutura-se, fundamentalmente, na lógica do culto ao individualismo, à meritocracia, à ideia de que tudo se vende no mercado, inclusive a educação. Nesta perspectiva, as sociedades e os Estados, sejam em economias centrais ou periféricas/dependentes, sucumbem aos interesses do capitalismo, que passa por crises cíclicas e estruturais de acumulação de capital e riqueza.

Em respostas às crises econômicas, o Estado realiza reformas (ou contrarreformas), orientado por paradigmas distintos, consideradas as necessidades do mercado em cada tempo histórico e as forças políticas e econômicas em jogo. Por sua vez, o aparato estatal também mobiliza mecanismos, como os sistemas de ensino, com a finalidade de criar consensos, manutenção da ordem e dominação ideopolítica de produção

e reprodução social da vida. Nos termos de Osorio (2019), o capitalismo necessita do Estado para sua reprodução e expansão por razões econômicas e políticas, a saber para a: manutenção da “ordem” e da “paz social” dentro das fronteiras estabelecidas, que subsume o trabalho às condições impostas pelo capital; garantia da segurança nacional frente a insegurança internacional; criação de uma plataforma de força com base “nacional” para tarefas de expansão – colonial, neocolonial, imperialista – dos Estados centrais para as periferias; formulação e ampliação de políticas de proteção aos capitais “locais” frente a concorrência dos capitais externos; necessidade de demandar e criar um mercado para as indústrias e setores de ponta; e como instância de força de capitais nacionais que operam mundialmente para alcançar objetivos de investimento e/ou apropriação das matérias primas e abertura de mercados mundial (OSORIO, 2019, p. 175).

Nesta esteira, as contrarreformas<sup>3</sup> são levadas a cabo pelo Estado, diminuindo o seu papel e compromisso social, bem como cumprindo a função de viabilizar, ‘veladamente’, a subsunção e superexploração da classe trabalhadora pelo sistema do capital. Nos últimos anos, observamos no Brasil um conjunto de contrarreformas que extorquiram os parques diretos da classe trabalhadora, desconsiderando lutas históricas em defesa do trabalho e da dignidade humana. A política educacional também foi marcada por contrarreformas desde meados dos anos de 1990, cuja a lógica da mercadorização faz-se presente, com destaque para o ensino superior, conforme podemos elucidar, inclusive, por meio das informações dos Censos de Educação Superior (CES) elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Tais informações contribuirão para ampliar nossas análises quanto ao processo de mercantilização, flexibilização e precarização da formação superior no Brasil e mais especificamente da formação em Serviço Social.

<sup>3</sup>Registra-se que no Brasil, Bresser Pereira foi o idealizador das contrarreformas implementadas na década de 1990, conduzindo o Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. Ao longo destes tempos até os atuais, vêm sendo conduzidas tantas outras contrarreformas impostas à classe trabalhadora, como a Trabalhista de 2017 e a Previdenciária de 2019.

## O que os dados nos informam sobre a tendência da formação superior na última década no Brasil

Conforme pesquisa elaborada pela autora em tese de doutoramento, ao analisarmos os dados estatísticos do último Censo da Educação Superior (CES) divulgado por meio do Inep em 2019, em 2018, 88,2% das instituições de ensino superior estão no setor privado. O CES (2018), que faz uma distinção entre vagas ofertadas pelas instituições; ingressantes (pessoas aptas a matricular-se); matriculados; concluintes, demonstra-se que a elevação no número de ingressantes e matriculados em 2018 foi sustentado pelo significativo aumento nos cursos na modalidade a distância, compensando a queda registrada nos cursos presenciais. Em geral, a rede privada mantém-se em expansão no que diz respeito ao número de ingressantes, sendo que neste mesmo ano, já contava com 83,1% destes. Segundo a mesma fonte, o número de matrículas nas Instituições de Ensino Superior privadas têm uma participação de 75,4% (6.373.274) no total de matrículas de graduação, e a rede pública participa com 24,6% (2.077.481). Entre 2008 e 2018, o número de ingressos variou positivamente (10,6%) nos cursos de graduação presencial e triplicou (196,6%) nos cursos a distância. Neste mesmo período, a rede privada cresceu 59,3%; e a rede pública aumentou 7,9%. Entre as modalidades presencial e EaD, a rede privada ofertou 93,8% do total de vagas em cursos de graduação em 2018 e a rede pública teve uma participação de 6,2% no total de vagas oferecidas.

O CES (MEC/INEP, 2018, p. 22) identifica que o número de matrículas na modalidade a distância segue um contínuo crescente, atingindo mais de 2 milhões em 2018, o que já representa uma participação de 24,3% do total de matrículas de graduação no país. Em 2018, caiu o número de matrículas nos cursos tecnológicos presenciais e aumentou nos cursos a distância. Ainda, entre 2008 e 2018 as matrículas na graduação a distância aumentaram 182,5%, enquanto no ensino presencial cresceu 25,9%. Podemos perce-

ber que o Estado tem, não somente delegado ao mercado a atribuição da formação superior, mas também incentivado este processo através de regulamentações, incentivos fiscais e repasses de recursos, registra-se, diante das pressões dos grupos empresariais da educação. Portanto, retomamos a uma afirmação de Osorio (2019): “O Estado capitalista não expressa apenas uma correlação de forças na qual predominam os interesses das classes dominantes. É, antes de mais nada, uma relação social que cria força e modifica essas correlações em favor dos que dominam” (OSORIO, 2019, p. 51). Assim, os números do CES (MEC/INEP, 2018) evidenciam que a participação no número de matrículas em cursos de graduação a distância na rede privada perfaz o total de 91,6% e na rede pública, 8,4%.

No período de 2008 a 2018, a variação percentual do número de concluintes em cursos de graduação é maior na rede privada, com 49,0%; enquanto na pública esse crescimento foi de 32,3%. 20,5% das e dos estudantes que concluíram os cursos de graduação em 2018 são da rede pública; 78,5% dos concluintes são da rede privada. Em 2018, o número de concluintes em cursos de graduação presenciais teve aumento de 4,5% em relação a 2017. E na modalidade a distância, as e os concluintes aumentaram em 8,6% no mesmo período, sendo que estes dados corroboram com nossa premissa de mercantilização do ensino superior, com ênfase na modalidade de formação a distância. Engendra-se a lógica da educação instrumental, flexibilizada, aligeirada, que disponibiliza um contingente de trabalhadoras trabalhadores para assumir um projeto de frações da burguesia nacional associada aos interesses imperialistas. Por outro lado, demonstra a ampliação do ingresso ao ensino superior, com alterações significativas de extensão do acesso para jovens da classe trabalhadora mais explorada. “Trata-se de uma grande mudança nos mecanismos de poder que operacionalizam a reprodução das classes sociais no Brasil” (LEHER, 2019, p. 80).

Ao tratarmos os dados comparados (2008–2018)<sup>4</sup> quanto à evolução dos números de Instituições de Ensino Superior (IES) públi-

<sup>4</sup> Conforme apresentado anteriormente, em 2008 o total de IES era de 2.252, sendo 10,48% públicas e 89,52% privadas. Em 2018, do total de 2.537, 11,8% são públicas e 88,2% privadas

cas e privadas, identificamos que houve um contínuo no processo de mercantilização do ensino superior, com o estímulo das políticas governamentais. No entanto, há que se destacar que, nestes dez anos, também ocorreu um crescimento de 21,07% das instituições públicas e 11,23% das IES privadas, considerando as informações do CES (MEC/INEP, 2018). Conforme destaca Leher (2019), no período neoliberal desenvolvimentista houve aumento efetivo dos gastos educacionais no Brasil, no entanto, por não ter sido institucionalizado, passou a ser revertido com facilidade a partir de 2015. Ao tratar dos gastos da União com a política educacional, constata-se que a partir de 2008 o crescimento foi pouco ambicioso, em termos do PIB (passando de 1,1% em 2008 para 1,3% em 2015), ou seja, de R\$61,5 bilhões em 2008 para R\$130,1 bilhões em 2014, ocorrendo uma inflexão a partir de 2015. Entretanto, ressalta-se que o período entre 2008 e 2012 pode ser considerado como expansivo de gastos, em que os investimentos passaram de 10% para 18% do orçamento primário do MEC; em 2018 retomaram ao patamar de 2002 correspondente a 4%.

Outro aspecto fundamental a se ter em vista diz respeito ao processo de financeirização que vem ocorrendo no sistema de educação superior no Brasil. Conforme apresentamos anteriormente, a partir de 2005, com o reordenamento da regulamentação constitucional, o setor privado mercantil passa a se beneficiar com recursos governamentais, mais especificamente com o Fies e o ProUni. Explica-nos Leher (2019) que o Estado, através do fundo público, remunera duplamente as corporações que atuam no campo da educação, garantindo sua lucratividade e amplificando o processo da mercantilização atual. Assim, demonstra:

O Fies é operacionalizado pelo processo de emissão e recompra de títulos públicos (CFT-E) emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O próprio Fies, além de subsidiar a financeirização, está, ele mesmo, nela inserido (capital fictício). O agente operador (FNDE) repassa às instituições de ensino superior títulos (CFT-E) correspondentes às matrículas vendidas ao Fies, títulos que inicialmente devem ser utilizados pelas mantenedoras no pagamento de débitos de caráter previdenciário ou de tributos federais. O FNDE, por sua vez, repassa à STN recursos financeiros equivalentes ao valor dos títulos emitidos. E o ProUni concede isenções tributárias às corporações educacionais (e não apenas às ditas sem fins lucrativos). [...] A adesão ao ProUni acaba sendo muito vantajosa para as empresas que recebem duas vezes: primeiro, porque não pagam diversos tributos; segundo, pois, como quase não possuem tributos a pagar, podem “vender” com correção monetária os seus CFT-E (LEHER, 2019, p. 171-172).

Nesta direção, o autor supracitado constata que ao tomar a concentração da oferta educacional entre os anos de 2010 e 2014 no segmento da Educação a Distância, observa-se que os doze maiores grupos passaram de 44,4% para 66,2% do mercado. Este dado contribui para desvelar que a financeirização da educação forja a monopolização da oferta do ensino superior. Entendemos como ponto central a dinâmica criada pelos grupos de poder para influenciar o parlamento no sentido de garantir legitimidade jurídica para seus interesses e investimentos.

Por seu turno, o contexto fica mais dramático em função da mais grave crise sanitária, social e econômica da atualidade, sendo que os governos assumiram propostas distintas para seu enfrentamento. O que observamos no Brasil, país de economia dependente<sup>5</sup>, de dimensões territoriais continentais e disparidades regionais assentadas em diversos aspectos, foi a ausência, por parte principalmente do governo federal, de medidas que preservassem a população de uma catástrofe de milhões de vidas perdidas. Diante deste complexo cenário, o setor privado de educação pressionou o Estado por medidas urgentes para a manutenção das aulas, nitidamente marcada pela necessidade de minimizar os efeitos da crise econômica que viria com a pandemia e a diminuição dos lucros dos grandes conglomerados empresariais.

<sup>5</sup> Essa dependência econômica acentuou-se pelo projeto político ultraneoliberal levado a cabo por Guedes e Bolsonaro.

## A conjuntura política e econômica e os agravantes da pandemia para o sistema de ensino superior

O papel histórico do Estado brasileiro na condução e expansão do sistema de ensino superior, desde sua gênese até os dias atuais, tem reforçado uma perspectiva elitista e dual, discriminante da classe trabalhadora, priorizando uma formação que tem como centralidade a preparação para o mercado, em detrimento das múltiplas funções que deveriam prover, desde a formação humanística até a consciência política para o alcance de uma nova sociabilidade.

No contexto<sup>6</sup> de instabilidade institucional burguesa, política e econômica; de retirada dos escassos direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo dos anos; de uso das tecnologias digitais para alcançar o poder através das fake news; de apologias e ações deliberadamente fascistas (que se comprovam nas declarações do então candidato a presidência), em 2018 assume o poder nacional o bloco de direita reacionária. A expressão do modo de governar do bloco que encontra-se no poder, utilizando o aparato estatal para implementar um conjunto de medidas que afetam sobremaneira a classe trabalhadora é baseada em princípios *ultraconservadores e ultraneoliberais*. A linha de ação do atual governo no campo da educação pauta-se nos cortes orçamentários<sup>7</sup>, deflagrados já na gestão Temer, em que se propôs o bloqueio de 30% do orçamento global das Universidades Federais. Na atual gestão, cria-se o programa destinado ao Ensino Superior denominado Future-se. Este programa procura o ‘fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das Universidades e institutos federais’, por meio de ações desenvolvidas em

parcerias com organizações sociais. De acordo com Leher (2019), a ideia principal deste programa é a de refuncionalização das instituições de ensino como organizações de serviços (utilitarista) para realizarem o seu autofinanciamento, desobrigando a União de custear as instituições públicas sob sua responsabilidade. Esta iniciativa sinaliza para a conversão das Universidades em agências do sistema de acumulação do capital. *“Para isso, propugna contratos de gestão com Organização Social financiada a partir de fundos de investimentos negociados na Bolsa de Valores, erodindo os preceitos constitucionais e, em particular, a autonomia universitária”* (LEHER, 2019, p. 33). Além disso, outros exemplos de iniciativas destinadas à educação<sup>8</sup>, já no primeiro ano do atual governo, demonstram a que vieram, ferindo diversos princípios da gestão pública, criando condições para a privatização do sistema de ensino e incentivando projetos educacionais reacionários. Vejamos exemplos: Decreto no 9.794, de 15/05/2019, que estabelece a necessidade de análise, pelo governo, dos nomes a serem nomeados para os cargos de direção das universidades federais, instituindo o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas; Decreto no 9.754, de 11/04/2019, que extingue cargos efetivos, prejudicando áreas administrativas das universidades; Decreto no 9.756, também de 11/04/2019, que institui portal único “gov.br” com o objetivo de unificar os portais e canais digitais dos órgãos públicos, que pode representar perda de autonomia para as universidades. Outras medidas agravam ainda mais este cenário de “reinvenção” da educação brasileira, a saber: a retomada dos projetos de militarização de escolas secundaristas e da Escola sem Partido<sup>9</sup>; a proposta para a educação básica que dispõe sobre o exercício do direito à educação familiar; o incentivo ao empreendedorismo no trabalho educativo e ao mercado empresarial por meio

<sup>6</sup> É necessário apontar aqui que o ‘Golpe parlamentar institucional midiático’ de 2016 e as diversas medidas e regulamentações tomadas pelo governo de Michel Temer fomentaram as bases para a atual gestão ultraliberal.

<sup>7</sup> Ver a Emenda Constitucional n.º 95/2016.

<sup>8</sup> Vale lembrar que em 2017 foi aprovada a Lei n.º 13.145, que institui a reforma do ensino médio, com ênfase na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em detrimento dos componentes curriculares até então obrigatórios, pela redução curricular da formação básica geral de 2.400 para 1.800 horas, pela desregulamentação que permite ofertar parte do Ensino a Distância e pela contratação de profissionais sem licenciatura, abrindo precedentes para a privatização (CORTI, 2019, p. 52).

<sup>9</sup> Escola sem Partido avança num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e da eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. Uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde. O que propugna o Escola sem Partido não liquida somente a função docente, no que a define substantivamente e que não se reduz a ensinar o que está em manuais ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores. A função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar. Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos. A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores (FRIGOTTO, 2017, p. 31). Ressalta-se que o Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento, concluiu em 21/08 uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei Alagoana nº 7800/16, inspirada no movimento Escola Sem Partido.

da ampliação exponencial de oferta privada das vagas de ensino superior. Enfim, a alteridade que vem se construindo para a educação brasileira demonstra que “[...] *para os ultraliberais a educação é antes um insumo econômico e, depois, pode ser uma oportunidade de negócios, para os ultrarreacionários é uma estratégia de dominação política*” (CARA, 2019, p. 30).

Nesta direção, entendemos que as estratégias do bloco no poder perpassam basicamente pela ampliação do controle material e político da educação e do trabalho educacional; internalização do processo educativo como responsabilidade do setor privado, criando bases para a relação mercantil e a subsunção completa ao capital – e ao capital financeiro e especulativo; promoção do autoritarismo, coibindo a apropriação da cultura de forma livre e emancipada. Tudo isso reflete de forma imediata no papel e função das ações pedagógicas, que carregam seus conteúdos, mas também as formas sociais que esses assumem, considerando a dinâmica em que se estrutura o capital – mais especificamente da classe dominante – impondo a naturalização da formação subsumida à reprodução da divisão social e internacional do trabalho.

Soma-se a este cenário as alterações na organização dos processos de educação formal impostas pela pandemia, diante da necessidade de “manter a rotina do ensino” e criar condições para que os negócios no campo da educação mantivessem suas atividades em patamares “normais”, respaldadas por resposta imediata do governo federal, no sentido de garantir o funcionamento do sistema educacional. Deste modo, de forma atabalhoada em nossa análise, o Ministério da Educação, sob a gestão de Abraham Weintraub, definiu uma medida publicada em portaria nº 343<sup>10</sup>, no dia 18 de março de 2020, que teria por finalidade “[...] amenizar os prejuízos causados pela pandemia do novo coronavírus [...]” (LIMA, 2020). O Artigo 1º da citada portaria define “[...] em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de

que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017”. Um destaque apontado por Lima (2020) referente a tal portaria explícita, no mínimo, a flexibilização das regras quanto ao processo de ensino-aprendizagem, em favor das instituições de ensino, a saber: “[...] será de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização”.

Já no Art. 2º da Portaria dispõe sobre – “Alternativamente à autorização de que trata o art. 1º, as instituições de educação superior poderão suspender as atividades acadêmicas presenciais pelo mesmo prazo.” De fato, entendemos que a suspensão das atividades poderia contribuir como uma possibilidade imediata para a reorganização, construção coletiva e direcionamento de propostas quanto ao ensino e seus processos metodológicos, de aprendizagem e avaliação, bem como, adaptação e adequação da comunidade acadêmica à drástica realidade imposta pelo coronavírus. Acresce-se que sem amparo material e proteção social, uma parcela significativa das e dos estudantes do ensino público e privado viram-se impossibilitados de continuar os cursos, ou permanecerem neles em condições adequadas à uma formação competente e crítica. No entanto, a “urgência” do sistema do capital atravessa o sistema educacional e antecipa-se para a manutenção da formação, com ações e alternativas excludentes de parcela significativa das e dos discentes.

Observa-se a ausência de regulamentação ou recomendação das autoridades da educação que exigissem das IES um diagnóstico e ações frente à realidade das e dos profissionais da educação e estudantes, que garantissem um suporte para a migração e permanência no modelo remoto síncrono de formação, até que se tenha as condições de retorno ao ensino presencial. A partir de pesquisas realizadas por entidades sobre o campo da educação<sup>11</sup> e noticiários jornalísticos, identificamos que as condições objeti-

<sup>10</sup> Primeira Portaria apresentada pelo governo sobre o tema em 17 de março de 2020, seguida da Portaria nº 345 de 19 de março de 2020; e da Portaria nº 473 de 12 de maio de 2020, posteriormente, todas substituídas pela Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 que estende a autorização de substituição das disciplinas presenciais por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais até 31 de dezembro de 2020.

<sup>11</sup> Exemplos de informações sobre o tema são apresentados sem crítica quanto a situação que se coloca para a comunidade acadêmica, mas servem de referência para análise. Vejam através: <https://abmes.org.br/arquivos/pesquisas/4aonda-coronavirus-28072020.pdf>; <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/pandemia-pode-tirar-484-mil-alunos-do-ensino-superior-no-pais-projeta-sindicato-de-mantenedoras.shtml>

vas e subjetivas, principalmente das e dos discentes, ficaram comprometidas para se manterem nos cursos neste ano letivo, seja pela falta de capacidade financeira que atingiu parcela significativa da classe trabalhadora; dificuldade de acesso às redes e equipamentos compatíveis com os programas e ferramentas utilizadas pelas IES; ambiência necessária aos estudos nas residências; dificuldades quanto à modalidade de ensino utilizando as TDICs. Por sua vez, também é fundamental a atenção para os processos de adaptação de metodologias de ensino e aprendizagem; a definição de instrumentos disponíveis para avaliações; a adequação quanto às habilidades e competências exigidas nas formações, principalmente quanto às atividades práticas indispensáveis a determinados conteúdos.

## **Algumas distinções entre o “clássico ensino a distância” (EaD) e a Educação Remota Emergencial (ERE)**

O sistema de ensino superior que se organizou para a viragem, a partir de março de 2020, do formato presencial ao modelo de Ensino Remoto Emergencial (ERE), expressa distinções que devem ser tratadas para alargarmos o debate sobre as questões e necessidades concretas que perpassam o desenvolvimento da formação nos cursos do ensino superior. Frente à necessidade de distanciamento social imposto pelo novo coronavírus, foram criadas portarias governamentais já citadas anteriormente (343; 345; 374, na sequência, e em vigor 544 de 16 de junho de 2020), tal como ações e reações do setor público e do setor privado de ensino superior em função de suas prioridades e interesses imediatos.

A considerar a lógica de acumulação de capital que impera no setor mercantil, os grupos educacionais do setor privado procuraram ser ágeis no processo de oferta de aulas por meio do sistema remoto, em substituição ao sistema presencial vigente antes da pandemia. Sabe-se que as empresas educacionais estruturaram esquemas e estratégias diversas que tiveram a intenção inicial de garantir a permanência das e dos estudantes matriculados nos cursos. Por sua

vez, no setor público, tendo as universidades “autonomia relativa”, bem como uma cultura reivindicativa e questionadora de sua comunidade acadêmica, seja encadeada pelo corpo docente (e suas entidades representativas) e a resistência discente, em grande medida, tomou rumos de forma mais cautelosa diante do modelo remoto, procurando examinar as possibilidades de continuidade das atividades, mesmo que isso tenha se apresentado de formas distintas entre elas.

No cenário mais geral, dimensões econômicas, sociais, operacionais e técnicas, e até logísticas se tornaram preocupações expressas pela comunidade acadêmica frente à realidade experimentada na pandemia. Por um lado, alguns elementos objetivos (materiais como salário, alimentação, equipamento etc) e subjetivos (simplificados aqui sob os aspectos psicológicos, de adaptabilidade, aderência e afinidade) apresentados por discentes, docentes e coordenadores de cursos que atuavam no ensino presencial, podem ser elencadas, tais como: necessidade de diminuição dos valores das mensalidades; falta de estrutura e capacidade de acesso à equipamentos, ferramentas e livros; dificuldade de compartilhamento, socialização de experiência e realização das atividades práticas/laboratoriais; condições inadequadas da internet; inadaptação ao método remoto e as metodologia de ensino; dentre outros. Por outro lado, algumas estratégias relacionadas a tais aspectos foram construídas, neste primeiro semestre do ano de 2020, em grande parte pelas IES privadas, com a finalidade de minimizar os efeitos econômicos para as empresas, em função de uma possível retirada das e dos estudantes das escolas, e como uma forma de apresentar eficiência frente aos consumidores e, mais especificamente, aos investidores. Procurou-se estabelecer um “novo normal” nas relações sociais e nas relações de ensino e aprendizagem em condições extremamente adversas e inusitadas, sem medir as implicações para o processo de formação. Sob o verniz de estarem preparados com TDICs; do discurso da inclusão e democratização do ensino; da urgência em responder à crise econômica diante das imposições da pandemia, deixamos de questionar o que realmente sustenta os processos educativos na contemporaneidade.

Assim, a princípio, a recente experiência nos mostrou que o modelo de ERE carac-



terizou-se basicamente pela organização de aulas síncronas, que utilizou da organização e planejamento previamente estabelecido nos programas das disciplinas presenciais, tendo os mesmos cronogramas e horários de aulas estabelecidos, as mesmas turmas e número de estudantes por professoras e professores e cargas horárias. A migração do modelo presencial para a modalidade remota síncrona recorreu às plataformas e sistemas já existentes, sem que houvesse significativas alterações estruturadas de apoio aos corpos docentes e discentes. Portanto, tal modelo ERE difere-se do “clássico ensino a distância” (EaD), conforme apontaremos a seguir. Antes, há que se deixar explicitado que a estratégia de formação superior por meio do uso das TDICs vem sendo uma tendência construída ao longo dos anos, que ganha relevância e novas dimensões a partir da revolução cibernética, e coloca em evidência algumas questões cruciais para a compreensão coletiva do dilema que nos apresenta o momento atual.

Mill e Fidalgo (2012) afirmam que do ponto de vista da dimensão pedagógica formal, em linhas gerais e independente da modalidade de ensino, cabe às e aos docentes planejar, elaborar e preparar as aulas; acompanhar suas alunas e alunos; avaliá-los e formalizar o rendimento junto à administração acadêmica. Ainda que a docência virtual seja constituída pelas mesmas etapas da docência presencial, há uma distinção em relação ao que caracteriza suas atividades e como constitui-se o processo de trabalho destes profissionais. O que consideram comum nas análises e estudos realizados sobre o tema, é “[...] que o trabalho docente tem sido precarizado, tomado como classe operária em franco processo de proletarização” (MILL; FIDALGO, 2012, p. 68). Estes autores nos apresentam duas categorias que diferem a docência nas modalidades presencial e a distância. Primeira: que no EaD deve existir uma “equipe polidocente” (ou docência coletiva) em que pelo menos uma ou um profissional (professor-autor ou professora-autora) seja responsável pela elaboração dos materiais didáticos da disciplina e outro grupo de profissionais acompanha a formação dos alunos, não sendo estes, necessariamente, docentes (mas atuam ativamente como se o fossem, após receber apoio e preparação de uma equipe multiprofissional). “É aconselhável, por exemplo, que

o professor-autor (elaborador dos materiais) participe também da fase de aplicação da disciplina, pois, desta forma, ele poderá melhorar seu material didático para as futuras refeitas da disciplina” (MILL; FIDALGO, 2012, p. 68). Segunda: no EaD, a docência deve ser permeada por uma espécie de “pedagogia da previsão”, uma vez que as disciplinas devem ser minuciosamente planejadas (principalmente material-didático e cronograma) antes do cadastro dos alunos para sua realização. “O professor responsável pela disciplina deve prever todos os detalhes da disciplina para que os tutores sigam suas orientações no acompanhamento dos alunos durante a realização das atividades propostas” (MILL; FIDALGO, 2012, p. 69).

Ao analisarmos a primeira categoria definida por Mill e Fidalgo (2012), remontamos ao modelo taylorista/fordista de organização do processo de trabalho em que uma das características é a divisão das atividades de produção entre quem planeja e quem executa, provocando uma fratura no desenvolvimento da atividade docente. Conforme aponta Antunes (2019), “A educação taylorista-fordista configurou-se, a partir do mundo da fábrica do automóvel, como uma educação puramente parcelar, hierarquizada e perpetuadora da nefasta divisão social entre trabalho intelectual e trabalho manual” (ANTUNES, 2019, p. 6). Portanto, mesmo que o EaD apresente uma proposta de “equipe polidocente” (ou docência coletiva), os processos de parcelamento e hierarquização da divisão social do trabalho encontram-se presentes no cotidiano deste tipo de formação. Destaca-se que as educadoras e educadores responsáveis por acompanhar as e os estudantes são genericamente “profissionais” que podem não ter uma formação específica e compatível com as exigências das disciplinas. Ao generalizar que estas e estes profissionais (denominados tutores ou outra qualificação que melhor prover ao contratante) são “apoiadores” da formação, sem designá-los como professores, cria-se a possibilidade para a diminuição dos custos institucionais, por meio de remunerações precárias. Mill e Fidalgo (2012) afirmam que para manter o rigor da qualidade do ensino, professoras-autoras de conteúdos deveriam ser as coordenadoras da disciplina (docente formadora), no acompanhamento de estudantes junto com o grupo de tutoras, no entanto, esta não é uma estratégia pedagógica

comumente adotada pelas gestões, uma vez que encarece os custos dos cursos.

A segunda categoria apresentada como “pedagogia da previsão” nos permite expor analiticamente alguns elementos indispensáveis ao caminho percorrido, sem esgotá-los. Compreendemos que o procedimento de planejamento das disciplinas é parte constitutiva e inalienável da profissão docente, no entanto, para uma ação pedagógica crítica e criativa é fundamental que se tenha condições favoráveis às possibilidades de revisão de percursos formativos; de alterações metodológicas, de processos e das avaliações; de amoldamento dos conteúdos sem perder de vista os objetivos das disciplinas e a essência dos seus fundamentos. Conhecer e ter em conta o perfil das e dos discentes e o contexto de onde vêm (ou seja, suas condições subjetivas e objetivas de vida) é elemento crucial ao planejamento das atividades que se dilui por trás de uma suposta imparcialidade das ferramentas tecnológicas. É fundamental considerarmos o processo de formação na sua dimensão transformadora e de potencialidade humana para a emancipação sócio-coletiva, que possa viabilizar um repertório de capacidades (“habilidades e competências”) não somente para responder às requisições objetivas do mundo do trabalho, mas que permita às e aos discentes se identificarem como indivíduos sociais (Ser Social) que realizam análises histórico-críticas sobre a realidade concreta e propõem respostas coletivas através de sua profissão (e não somente dela).

Diante das diferenciações apresentadas, o dilema da ERE se torna ainda mais complexo, uma vez que, tal como apontamos anteriormente, sua inevitável migração do modelo presencial foi realizada por significativa parcela das empresas de ensino de forma instantânea e arbitrária; sem uma preparação adequada ao uso das ferramentas, programas e sistemas; com escasso apoio às e aos docentes e condições de trabalho inadequadas e, acresce-se, nem todas e todos profissionais tinham equipamentos e ambiente que pudesse se transformar em “sala de aula” em suas residências; sobrecarga de trabalho imposta pela neces-

sidade de replanejamento das aulas, atividades e acompanhamento de desempenho do corpo discente. No que se refere às e aos discentes da classe trabalhadora, identificamos questões de ordem financeira e material relevantes para percebermos as condições de permanência nos estudos, como a perda de seus postos de trabalho (ou de seus familiares); a ausência das bolsas de estágio; a falta de equipamentos adequados para as aulas; dificuldade de ambiência de estudo em seus lares. No que diz respeito aos processos de ensino e aprendizagem na estratégia remota, também podemos destacar a defasagem metodológica e de suporte material didático; a dificuldade em acompanhar as aulas expositivas e a realização das atividades avaliativas; bem como na organização coletiva e a necessidade das relações afetivas. Em nosso horizonte de análise sobre a situação da ERE, mesmo que tais aspectos sejam tratados e sanados, ainda temos que problematizar sobre a dinâmica do sistema do capital frente aos processos de internalização de uma cultura de formação que tem como princípio a manutenção do status quo, ancorado em uma sociedade de classe de desiguais.

## A formação profissional em Serviço Social em meio a atual dinâmica societária

Ao tratar especificamente do Serviço Social, situamos que a natureza da profissão é de caráter interventivo, e necessariamente requer bases de fundamentação que permitam distanciarmos do senso comum, da aparência dos fenômenos, para compreendê-los em sua essência, desvelando assim as mediações que se colocam a partir das categorias singularidade, particularidade, universalidade. Portanto, a *dimensão investigativa*<sup>12</sup> é também fundante da construção da profissão e de seus processos de trabalho, bem como sua *função pedagógica coletiva* (ação educativa) na intenção de contribuir com a transformação social ou emancipação humana (a considerar seu Projeto Ético-Político Profissional).

<sup>12</sup> Yolanda Guerra, ao tratar desta dimensão da profissão afirma que “[...] a investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos” (GUERRA, 2010, p. 820).

Vale ressaltar, de acordo com Guerra (2009), que o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais. Por sua vez, aponta Paulo Netto (2010), há que se compreender que a pesquisa científica como campo de atuação profissional desta categoria vincula-se mais especificamente a um determinado espaço sócio-ocupacional (ou seja, no campo acadêmico), no entanto, [...] toda e toda assistente social, no seu campo de trabalho e intervenção, deve desenvolver uma atitude investigativa: o fato de não ser pesquisadora em tempo integral não a exime, quer de acompanhar os avanços dos conhecimentos pertinentes ao seu campo de trabalho, quer de procurar conhecer concretamente a realidade da sua área particular de trabalho. Este é o principal modo para qualificar o seu exercício profissional, qualificação que, como se sabe, é uma prescrição do nosso próprio Código de Ética (PAULO NETTO, 2009, p. 800). Portanto, a formação competente em Serviço Social deve ser encarada como um contínuo, desde os anos dedicados à graduação, mas também desenvolvida nos espaços de trabalho, podendo alargar-se com os cursos de pós-graduação stricto e lato-sensu.

Diante destas análises, ao *naturalizarmos* os modelos de gestão educacional embasados por objetivos mercantis e processos pedagógicos que têm na meritocracia e no individualismo seus princípios fundadores, nos aproximamos da barbárie<sup>13</sup>. Através dos arranjos institucionais e das matrizes curriculares que visam “facilitar/democratizar o ingresso” das e dos discentes nos cursos ofertados, penaliza-se a formação com projetos pedagógicos extremamente flexíveis e substancialmente frágeis; realizam o enxugamento de cargas horárias de disciplinas básicas para a formação competente e crítica; esvaziam conteúdos por meio de metodologias ativas de ensino-aprendizagem; submetem trabalhadoras e trabalhadores do campo da Educação a condições precárias de trabalho e salários; desqualificam a formação profissional e o patrimônio intelectual construído ao longo da existência da profissão. Desta forma, faz-se imprescindível problematizar sobre a formação

profissional paralelamente à necessidade de desmistificar a articulação entre as dinâmicas e estruturas do sistema produtivo e os mecanismos estatais (e privados) que emergem com o objetivo de responder às crises cíclicas do capital.

## Considerações

O capitalismo cruel que nos cerca determina o modo de organização e reprodução de nossas relações sociais e nos faz prisioneiras e prisioneiros de um sistema de educação excludente, opressor, precarizado, reprodutor de uma lógica perversa e desigual. Nos faz retomar Chico, em Gota d'água: “Já lhe dei meu corpo, minha alegria! Já estanquei meu sangue, quando fervia. Olha a voz que me resta, olha a veia que salta, olha a gota que falta para o desfecho da festa, por favor! Deixa em paz meu coração, que ele é um pote até aqui de mágoa. E qualquer desatenção, faça não, pode ser a gota d'água! Pode ser a gota d'água!”.

A pandemia expõe os limites deste sistema e explicita a necessidade de reconstruirmos novas bases de sociabilidade, inclusive referentes à lógica da educação e de seus sistemas de ensino. O ambiente regulatório que vem sendo criado pelo Estado para amparar o modelo remoto emergencial, tem a finalidade da oferta dos serviços educacionais, nos diversos níveis de formação, em seu feitiço neoliberal, o que fortalece e garante a acumulação de capital em detrimento deste direito a toda a população. Portanto, registra-se que na sociedade capitalista as estratégias do EaD, bem como do ERE (mesmo que indispensável em tempos de crise sanitária) trazem em sua origem aspectos que devem ser considerados em nossas análises: 1) o mundo das grandes corporações sempre utilizará todo e qualquer avanço tecnológico para manter e ampliar seus lucros; 2) a inclusão digital, nas condições necessárias ao acompanhamento de cursos on-line, ainda é um enorme desafio para grande parcela da classe trabalhadora no mundo; 3) a formação

<sup>13</sup> Essa barbárie é explicitada nos dados de pesquisas que circulam nos meios acadêmicos, nas próprias informações disponíveis nos sites do governo federal, através do Ministério da Educação, bem como nas reportagens de revistas e jornais que circulam em nosso cotidiano. Exemplos que podem ser apreciados: Revista Exame de dezembro de 2019, disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/menos-professores-mais-margem-transporta-que-muda-as-faculdades-privadas/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

por meio virtual ceifa inúmeras possibilidades de compartilhamentos e trocas que são parte fundamental na formação humana, intelectual e cultural das/os indivíduos sociais; 4) as estratégias digitais impostas como alternativa à continuidade da formação superior, têm alterado sobremaneira as configurações do mundo do trabalho e das relações sociais, com o agravante da superexploração do trabalho e do adoecimento de parcela significativa das/os profissionais do campo da educação.

Sim, também pode ser a gota d'água para virarmos este jogo, denunciando as fragilidades e incongruências desta estratégia de formação remota que se impõe! Identificando e desnudando suas falácias, seus “interesses escusos” e promessas milagrosas! E construindo alternativas que possam utilizar das tecnologias da informação e comunicação em favor da classe trabalhadora, em um movimento de contra-hegemonia à lógica de desqualificação e desapropriação da formação autônoma, crítica e de qualidade. Que esta gota nos alerte para a necessidade de uma contraposição ao massacre que vem se realizando às/aos docentes com uma carga de trabalho adoecedora. Que desperte no coletivo da comunidade acadêmica a indignação pelo processo de ampliação das disparidades em relação à qualidade da formação, do acesso e da permanência da classe trabalhadora na universidade.

Não há como mensurarmos, a curto e médio prazos, os diversos impactos da pandemia em termos da economia, nem sob os aspectos social e cultural. No entanto, sabemos que mudanças drásticas nas relações de trabalho e no campo da educação se assentarão, marcando o tempo e a geração acometida pela imposição de novos comportamentos e hábitos.

## Referências

ANTUNES, R. Da educação utilitária fordista à multifuncionalidade liofilizada. In: Das crises do capital às crises da Educação Superior no Brasil – novos e renovados desafios em perspectiva. 1.ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 5-17.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação no 9.394/96. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+proposta+do+Executivo+ao+Congresso+Nacional/3f4d496d-17c6-4a89-83e4-8ebc5bcc86de?version=1.1> Acesso em: 05 ago. 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional no 95, de 15 de dezembro de 2016. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm). Acesso em: 02 mar. 2018.

CARA, D. Contra a barbárie, o direito à educação. In: Educação contra a barbárie. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 25-31.

CORTI, A. P. Ensino médio: entre a deriva e o naufrágio. In: Educação contra a barbárie. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 47-52.

Dossiê do MUP. Não a substituição do ensino presencial na UFPE! Porque somos contra o Ensino Remoto Emergencial. Disponível em: [https://issuu.com/mupernambuco/docs/dossi\\_do\\_mup](https://issuu.com/mupernambuco/docs/dossi_do_mup) Acesso: 06 Set 2020.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In.: Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira Rio de Janeiro: UERJ, 2017, p. 17-34.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.807-826.

GUERRA, Y. A formação profissional em Serviço Social: polêmicas e desafios. In: Sociabilidade burguesa e Serviço Social. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2013, p. 235-254.

IAMAMOTO, M.V. **A Formação Acadêmico-profissional**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, out/dez. 2014, p. 609-639 Disponível em: 12 de jan. 2015.

IASI, M. **Cinco teses sobre a formação social brasileira** (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). São Paulo: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 136, set./dez. 2019, p. 417-438.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. 1.ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019a.

LIMA, L. **MEC autoriza ensino a distância em cursos presenciais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/86441-mec-autoriza-ensino-a-distancia-em-cursos-presenciais>. Acesso: 06 Set 2020.

MACIEL, F. C. C. **A formação profissional em Serviço Social por meio do Ensino a Distância: uma análise histórico-crítica a partir da realidade Mineira**. 2020. 291f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital** [tradução: Isa Tavares]. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MILL, D; FIDALGO, F. **O teletrabalho como categoria de análise da docência virtual: reflexões de base sobre o trabalho pedagógico a distância**. In: FIDALGO, F. [et.al], (orgs). Educação a Distância: tão longe, tão perto. Belo Horizonte: CEAD/UFGM, 2012, p. 53-87.

Ministério da Educação – MEC. **Portaria 345 de 19 de março de 2020**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=88631> Acesso em: 10 abril 2020.

Ministério da Educação – MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2018**. Acesso em: Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf)

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social: Um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 2ed. rev. e Ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 769-806.

PAULO NETTO, J. **Uma face contemporânea da barbárie**. 2010. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/unirio/cchs/ess/Members/fabiana.schmidt/politica-social-ii/uma-face-contemporanea-da-barbarie-netto-j.p/view>. Acesso em: 18 jan. 2020.



# O LUGAR DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA E AS POSSIBILIDADES E LIMITES DO TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NEGRA

Bárbara T. Sepúlveda<sup>1</sup>

## Introdução

O racismo se fundamenta na “ideia de raça, ou seja, na percepção ou crença numa hierarquia natural entre os seres humanos, baseada em suas características físicas, que, por sua vez, implicam nas morais e intelectuais” (SEPÚLVEDA; MARTINS, 2019, p.33).

Dessa hierarquização decorrem consequências tanto socioeconômicas quanto culturais, sendo que as primeiras estariam relacionadas a uma posição subalterna na estrutura social, enquanto que as segundas implicariam num tipo de tratamento constrangedor e/ou depreciativo. Umas e outras estando intimamente relacionadas, estruturando o privilégio prévio de grupos particulares, definidos conforme seus traços físicos (COSTA, 2004).

Ao falarmos do Brasil, consideramos ainda a especificidade de sua formação colonial, os efeitos da escravidão e a influência das concepções que prediziam a inferioridade das pessoas não brancas na constituição da nação. Tal configuração faz com que as relações de classe, por aqui, tenham a forte presença do componente racial. O racismo acaba, nesse sentido, assumindo papel fundamental como instrumento de criação e manutenção da dominação burguesa no país.

Somos uma sociedade racista, o que significa dizer que, por aqui, o fenótipo é critério para se definir o lugar que os grupos ocupam em nossa pirâmide social. Contudo, nosso racismo é interdito, facilmente negado e negligenciado, mesmo em análises bem intencionadas, no Serviço Social e fora dele, na prática cotidiana de inúmeras e inúmeros profissionais.

<sup>1</sup> Assistente social; professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); mestra em Desenvolvimento Social; doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); membra do Núcleo de Estudos Espaço Feminino (Nefe-Unimontes).



Ensinarão-nos que esse era o país da democracia racial e dessa forma, muito antes da afirmação da inviabilidade biológica da raça, por aqui já se negava sua pertinência. Optamos por silenciar sobre como a raça tem servido de matéria-prima para fabricar o excedente entre nós – nas palavras do filósofo Mbembe (2019, p. 73), “uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas”.

O antirracismo, como conjunto de conhecimentos e práticas aversas ao racismo, implica num compromisso ético e político em prol da humanização de negras e negros brasileiros. Compromisso que perpassa pelas esferas cultural, política e econômica.

No Serviço Social, o antirracismo encontra eco em nosso projeto político profissional, entre os princípios norteadores da profissão. Nesse sentido, há um movimento que demonstra uma crescente relevância da temática racial no interior da categoria. Contudo, há também a persistência do senso comum, reprodução de estereótipos e práticas institucionais eivadas de racismo no cotidiano profissional.

No intuito de fortalecer uma direção política antirracista entre as e os assistentes sociais, propomos uma reflexão sobre os fundamentos históricos do racismo, sua configuração no Brasil, os desafios e as possibilidades no trabalho da e do assistente social no atendimento à população negra. O artigo está dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. Trata-se de um trabalho bibliográfico, realizado a partir de livros, periódicos e artigos diversos.

## Sobre o racismo

O racismo se desenvolve e se expande enquanto ideologia no século XIX, mas as bases para o seu desenvolvimento são plantadas ainda no século XVIII. Antes disso, raça apenas designava uma idéia de descendência e linhagem (SEYFERTH, 2002).

Essa concepção é aos poucos substituída por outra, biológica, a partir do iluminismo, quando os ideais de universalidade e perfectibilidade acabaram por se contrapor a diversidade, diante da aproximação com o “novo mundo”<sup>2</sup>, passando a corresponder, na verdade, a um modelo no qual apenas o europeu se encaixava. Os povos do “novo mundo”, especialmente os negros, foram considerados sociedades primitivas, infantis.

No século XIX, vemos surgir uma tipologia, uma classificação, a partir da qual os caracteres físicos e biológicos passam a hierarquizar os grupos humanos, objetos de estudos a partir dos quais se chegavam, basicamente, as mesmas conclusões: a superioridade da raça branca, caucasiana ou ariana, e a inferioridade das demais.

O darwinismo social passa a adquirir centralidade no debate racial, quando conceitos como a sobrevivência dos mais aptos e hereditariedade, aplicados à humanidade, passam a circular nos meios científicos. Segundo Schwarcz (2010, p. 20), “esse saber sobre as raças implicou, por sua vez, um ‘ideal político’, um diagnóstico sobre a submissão ou possível eliminação das ‘raças inferiores’”.

Em Arendt (2000), vemos que antes do século XIX nem mesmo a escravidão engendrou ideologias racistas. Sabe-se que a prática de se escravizar é antiga, e não representava, necessariamente, a visão de um povo como superior e outro como inferior, essencialmente.

É sob o capitalismo, conforme Mbembe (2019), que o próprio conceito de escravo acaba por se fundir com o de negro, até um e outro se tornarem indissociáveis, para o que concorreu o racismo pretensiosamente científico. Sob esse ponto de vista, o negro é uma invenção capitalista. Há seu tempo, bastante necessário ao seu próprio desenvolvimento. Sem ele e sem a organização política – econômica que lhe dá materialidade – a escravidão, a própria indústria moderna não teria sido possível<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Andre (2007) nos fala como os negros foram considerados, entre todos os povos descobertos, os mais inferiores, “um fenômeno diferente”, a cor da sua pele, em especial, pedia explicação.

<sup>3</sup> Anderson (2019, p. 143) demonstra como esta também é uma conclusão a que chega Marx, ao resgatar uma carta que escrevera para um amigo russo, Pável V. Annienkov, onde o autor afirma quão crucial é a escravidão para as engrenagens do industrialismo no seu tempo, tanto quanto a maquinaria, o crédito, etc. Escreve Marx: “Sem a escravidão não haveria algodão, sem algodão não haveria a indústria moderna. Foi a escravidão que deu valor às colônias, foram as colônias que criaram o comércio mundial”.

Mas o aspecto científico no qual se transvestiu foi sempre algo secundário. Resulta, como afirma Arendt (2000), da necessidade de proporcionar argumentos coesos. A persuasão racista não seria possível sem que seu apelo correspondesse às “nossas experiências ou desejos, ou, dito de outra forma, às nossas necessidades imediatas” (ARENDT, 2000, p. 189).

Países como a Alemanha a teriam utilizado diante da inexistência de outras formas de pertencimento e identificação, necessários a formação do Estado-Nação, sendo recuperada pelo nazismo e dessa forma, aplicada a dominação e eliminação das chamadas raças inferiores. Na revolução francesa, uma divisão racial, em que se opunham uma elite aristocrática, que se acreditava de origem germânica, e uma plebe de origem escrava, gaulesa, foi essencial para a ascensão da burguesia. Também a dominação inglesa na Índia, e a política do apartheid na África do Sul, já no século XX, fincavam suas bases sobre o racismo (ARENDT, 2000).

Mas é também no século XX que o racismo de base meramente biológica assiste a sua derrocada gradual a partir da década de 1970, quando foi demonstrada a inviabilidade científica da ideia de raça. O conceito se torna objetivamente inoperante para explicar a diversidade humana (MUNANGA, 2005).

Contudo, a hierarquização promovida pelos pseudocientistas do séculos XIX causou um problema não reversível pela mera constatação da inoperacionalidade científica do conceito de raça. Como nos lembra Munanga (2005), essa ainda é uma realidade viva no imaginário e na representação coletiva das diversas populações, o que tem justificado o seu uso pelas ciências sociais, como categoria social de dominação e exclusão.

## Racismo no Brasil

A escravidão ainda vigorava no Brasil quando reverberou, por aqui, as primeiras reflexões racialistas vindas da Europa. Tendo em vista que os esforços dos cientistas europeus convergiam para a constatação de uma hierarquia natural entre os seres humanos, em que povos não brancos eram encarados como inferiores, o país se abria como um imenso laboratório.

A população negra passou a ser encarada como verdadeiro problema nacional, e as teorias que se implantaram no país no intuito de analisar e resolver tal problema se desenvolveram sob duas perspectivas diferentes: uma que predizia a inviabilidade da nação, pela grande presença de negras e negros e mistura racial, que teria comprometido grande parte da população; e outra que elegia a nossa miscigenação como redentora do mal negro, que por ser a raça mais fraca, diluiria no encontro com a raça branca, importada da Europa. Sendo a segunda mais bem recebida.

Conforme explicitado por Schwarcz (2005, p. 65), “o modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça”. Dessa forma, procurou-se adaptar positivamente as teorias racistas, negando a impossibilidade do progresso da nação. Era nossa forma de darwinismo social, na qual a miscigenação aparecia como forma de se alcançar um branqueamento evolutivo, em nome do que passamos a importar dos europeus e europeias.

Além da possibilidade de miscigenação, o branco importado oferecia outra vantagem: substituir a mão de obra negra, “naturalmente” inferior, incapaz. Em Moura (1989), vemos que o auge da campanha pelo branqueamento ocorre justamente no momento em que o trabalho escravo é descartado e substituído pelo assalariado. Momento em que se coloca toda a sorte de questionamentos em torno do futuro do país.

“O problema não era apenas importar-se mão de obra, mas sim membros de uma raça mais nobre, ou melhor, caucásica, branca, europeia e por todas essas qualidades, superior” (1989, p.80). Em plena expansão da economia cafeeira, entre os espaços que se abriam, o branco “superior” era o escolhido. Moura (1989) demonstra dessa forma, como na passagem do escravismo para o capitalismo no Brasil, o racismo foi determinante para a marginalização da população negra. Não houve simplesmente a ocupação de espaços vazios pela e pelo imigrante, mas a troca intencional de um trabalhador pelo outro, ao qual não foram dadas as condições de integração na nova fase de expansão.

Para a população negra, o branqueamento ainda assumirá o caráter de um dilema, tal qual observou Fanon (2008): branquear

ou desaparecer! Para existir, negras e negros no Brasil teriam que adotar todo um universo de comportamentos e valores tidos como brancos, repelindo, por seu turno, tudo o que fosse associado à negritude – a capoeira, o samba, a religião. Mas a bebedeira, a violência, o comportamento lascivo, também eram associados às pessoas negras, tidos e reproduzidos nos jornais da época como resultantes das suas características raciais (SCHWARCZ, 2010).

Bento (2002), nos seus estudos sobre branqueamento e branquitude, demonstra como o branqueamento no Brasil está relacionado a um processo de falsa projeção da pessoa branca sobre a pessoa negra (nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardiã dos privilégios) sendo que, nestas se via tudo o que era reprovável pela população branca e o que a assustava, incluindo-se uma maior liberdade sexual, misticismo, maior força física.

Segundo Arendt (2000), essas distinções naturais, próprias do racismo, produzem o estranho, o desejosamente eliminável, sendo que nações inteiras agiram no intuito de buscar uma homogeneidade étnica, muitas vezes por meio de genocídios.

Malquistos, indesejados, desumanizados, negros e negras no Brasil não serão considerados cidadãos, mesmo após a abolição legal da escravidão. Viviam na cidade, mas não progrediram com ela, permaneceram em uma espécie de congêrie social, espalhadas e espalhados pelo país, vivendo em condições insalubres e árduas, agravando em vez de corrigir o estado vivenciado no período da escravidão (IANNI, 1987). Restava-lhes a informalidade, a subserviência, o subemprego, os asilos e as prisões.

O racismo, como forma de padronização da vida social, estrutura nossa sociedade. Tem uma materialidade própria, mas sua sobrevivência se dá pela conexão que cria com aquilo que Almeida (2019) chama de Formas Sociais – Forma Mercantil; Forma Dinheiro; Forma Política. Invade nossas instituições e conforma nossas relações. É dessa maneira que seguimos reservando à população negra do país as piores posições entre todos os indicadores sociais.

Contudo, há um esforço para escamotear essa realidade. O discurso de uma democracia racial brasileira teria ganhado

corpo por volta da década de 30 do século XX, através de Gilberto Freyre. A proposta de Freyre (2002, p. 45), tal qual exposta no prefácio de “Casa Grande e Senzala”, é desvincular raça e cultura, “discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influência social, de herança cultural e de meio”, porque, para o autor, compreender o Brasil requisita menos da ideia de raça, em seu sentido biológico, do que da constituição econômica do país, da sua cultura e da organização familiar.

A análise proposta por Freyre (2002) possibilitou uma leitura cordial e horizontal das relações raciais brasileiras e da composição racial de sua população. A discriminação, que aqui se mostrava mais moderada, deixaria de existir em pouco tempo, em virtude da miscigenação. Elogiava nossa pretensa unidade e lançava as bases de uma futura civilização da morenidade.

Francisco (2010) demonstra como essa ideologia, tal qual o branqueamento, foi utilizada pelo Estado, dessa vez como forma de eliminar os extremos antagônicos de classe, raça ou nacionalidade, deixando de ser uma simples interpretação do Brasil para se converter numa política nacional. Adverte, contudo, sobre seu real significado:

O ethos cultural que aliaria negros e brancos, através do mestiço e da miscigenação e que mitigaria os conflitos entre proprietários e expropriados – é o fundamento da democracia racial. Democracia racial não significa convivência harmônica de raças diferentes. Significa, ao contrário, predominância da raça e da classe ou elite branca e, primeiro luso-tropical e, contemporaneamente, euro-americana, que admite a miscigenação, assinala valores culturais das etnias social e racialmente inferiores (as de baixo) e tolera a mobilidade vertical e horizontal de mestiços ou de mulatos (técnica e intelectualmente preparados para exercer funções de direção), mas urge assinalar – não para o usufruto do poder (FRANCISCO, 2010, p. 135).

A partir de então, falar de racismo se torna um extremismo, já que no Brasil, numa nação mestiça, não haveria preconceito. Por outro lado, ao se afirmar uma democracia racial ao mesmo tempo em que se verifica a alocação de não brancos entre os mais po-

bres, a conclusão a que se chega é que sua condição se dá por suas próprias “deficiências”, o que Moura (1989) desmistifica, ao mostrar o peso do componente ideológico – do racismo – na conformação da classe operária brasileira, das desigualdades de oportunidades entre negras, negros e imigrantes sob o modelo de capitalismo dependente que substitui o escravismo.

A democracia racial brasileira passa a ser confrontada por volta de 1950, em virtude de um estudo realizado a pedido da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que revelou a perpetuação de uma situação desfavorável à população negra que permanecia ocupando as piores colocações em nossa estrutura social (MOURA, 1989).

A democracia racial brasileira apresentava-se como uma fina camada ideológica a cobrir a realidade de desigualdade vivenciada pela população negra e branca no Brasil, oportunamente explorada pela ditadura militar, como forma de se abafar conflitos e buscar consenso.

A partir do processo de redemocratização do país e da emergência do Movimento Negro Unificado (MNU), as questões raciais passam a adquirir algum destaque nos debates nacionais e na esfera acadêmica. Este movimento social adquire centralidade na denúncia do racismo, pautando a educação e o trabalho como espaços prioritários no seu enfrentamento (GOMES, 2017).

A partir da segunda metade dos anos 1990, as pautas de ordem étnico-racial são absorvidas pelo Estado brasileiro, no sentido da promoção da igualdade racial. De lá para cá algumas conquistas podem ser apontadas, dentre as quais a Lei de Cotas, a Lei 10.639, o Estatuto da Igualdade Racial. Com todos os limites que emanam da realidade concreta, vemos universidades mais coloridas (e os respectivos impactos no mercado de trabalho), livros infantis e projetos escolares mais diversos, mais representatividade nas várias mídias.

No Serviço Social brasileiro, verifica-se um movimento na mesma direção, que contempla desde a inclusão no Código de Ética Profissional de 1993, de princípio que apon-

ta o compromisso em torno da luta contra todas as formas de preconceito e discriminação; estudos; publicações diversas; chegando à Campanha de Gestão do Conjunto CFESS-CRESS 2017-2020, “Assistentes sociais no combate ao racismo”, que deflagrou uma série de eventos, espaços de discussões e outras iniciativas no interior da categoria.

Contudo, assistimos também uma reação conservadora no país, que ganha força no contexto do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, e às questões históricas e estruturais somam-se novos discursos e práticas desmobilizadoras. Isso em meio à exposição crescente de casos de racismo e injúria na mídia; da violência policial nas comunidades; da intolerância religiosa voltada às religiões de matriz africana; e mais recentemente, de pesquisas que indicam a população negra como a mais vitimada pela Covid-19.

## O lugar do Serviço Social na luta antirracista e as possibilidades e limites do trabalho da e do assistente social no atendimento à população negra

Por essas razões que entendemos que *não basta não ser racista, é necessário ser antirracista*<sup>4</sup>, no sentido que espectadoras e espectadores passivos, ainda que bem intencionados, não transformam nada, não contribuem com nada. No Serviço Social, esse chamamento implica na adoção da temática racial desde a formação, na conformação de programas e projetos sob a coordenação de assistentes sociais, na ponta dos serviços diretamente voltados para a população, entre as discussões, eventos e publicações das entidades representativas da categoria.

Entendemos, dessa forma, que no modo de produção capitalista, a manutenção da desigualdade social é mediada pelo racismo. O antirracismo passa a compor o conjunto dos compromissos ético-políticos das e dos assistentes sociais, dando concretude aos princípios norteadores da profissão, ao mesmo tempo em que coloca o problema da humanização das negras e dos negros brasileiros como fundamental no Serviço Social.

<sup>4</sup> A frase ficou conhecida na voz da ativista e pesquisadora Angela Davis.

Ao defendermos esse ponto de vista não entendemos abrir nenhuma controvérsia ou oposição às pautas de ordem classista, às lutas mais fundamentais da classe trabalhadora, da qual participamos. Pelo contrário, adicionamos qualificadores para que possamos alcançar a complexidade que a envolve, sob o aparente, escamoteada sob um discurso restrito e homogeneizante.

Grande parte da classe trabalhadora brasileira é negra, sobretudo sua parcela mais precarizada, maioria também entre os “sobrantes”. Isto porque o racismo, como mostra Moura (1989), foi um componente fundamental na história de sua constituição. Contudo, a reprodução dessa classe no contexto atual também não escapa a essa lógica. A persistência do racismo entre nossas relações e intuições implica na manutenção daquilo que Mbembe (2019) chama de vínculo social de sujeição e extração, que coloca sobre o corpo negro o maior potencial de exploração e rendimento. A mais valia e o racismo acabam por guardar uma relação íntima.

O que pretendemos demonstrar é que o racismo compõe a totalidade<sup>5</sup>, não é algo separado, o qual se pode ignorar em nome da defesa da unidade da classe trabalhadora, o que alguns colegas vêm fazendo. O que está em pauta é nossa habilidade de leitura do real e a necessidade de reavivar as categorias marxistas fundamentais, tendo em vista os movimentos e demandas que emergem da realidade concreta.

Fanon (2008) cunhou um conceito que expressa a tentativa de mitigação da responsabilidade pela situação colonial por parte dos brancos, a repartição racial da culpa. Embora a sociedade imponha dificuldades reais às negras e aos negros, utiliza-se de uma série de recursos (entre os quais a linguagem, os mitos) para que acolham aquela realidade de forma naturalizada. O universalismo abstrato apenas fortalece essa desresponsabilização na medida em que deslegitima a luta antirracista. Somos classe trabalhadora, mas não somos uma massa homogênea. Nosso desafio é articular o parcial e o singular às determinações mais gerais e complexas. O Serviço Social não pode abrir mão disso.

Eurico (2018) nos lembra que os sujeitos que acessam as políticas públicas, nas quais as e os assistentes sociais desenvolvem seu trabalho profissional, compõem-se de múltiplas dimensões (pertencimento étnico-racial, sexo, idade, identidade de gênero, orientação sexual, classe social). Dimensões “interdependentes, as quais, compreendidas em sua totalidade, ampliam as possibilidades de um fazer profissional pautado na ética e no respeito aos direitos humanos” (EURICO, 2018, p.527).

Consoante a esse entendimento e a uma direção em prol da promoção da igualdade racial, observável na sociedade brasileira (sobretudo no contexto da redemocratização e do protagonismo do Movimento Negro brasileiro, a partir de fins da década de 1970) verifica-se na categoria uma maior visibilidade da temática étnico-racial.

Algumas iniciativas, nesse sentido, precisam ser lembradas, como o nosso código de ética de 1993, que celebra o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a não discriminação; O grupo temático de pesquisa: Serviço Social, Relações de Exploração/ Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, criado em dezembro de 2010 durante o XII Enpess; A Campanha de Gestão do Conjunto CFESS-CRESS 2017-2020, Assistentes sociais no combate ao racismo; Publicações como os Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social (ABEPSS) e os cadernos da série O que é Preconceito (CFESS); além da produção teórica, ainda que modesta, de inúmeras profissionais, em eventos e periódicos voltados para a categoria.

Essa tomada de consciência, no que se refere à questão racial brasileira, tem implicações diretas sobre o fazer profissional e no papel que a/= e o assistente social tem como formadora e formador da cultura.

Desempenhamos historicamente uma função educativa importante junto à população usuária, cuja direção política varia consideravelmente a depender da conjuntura e das forças em disputa no interior da

<sup>5</sup>Totalidade é a categoria marxista que exprime a complexidade da realidade social, como um todo cujos recortes, também totalidades em si, parciais em relação à totalidade social, mantêm-se conectados. “A ‘totalidade social’ existe por e nessas mediações multiformes, por meio das quais os complexos específicos – isto é, ‘totalidades parciais’ – se ligam uns aos outros em um complexo dinâmico e geral que se altera e modifica o tempo todo” (MÉSZÁROS, 2013, p.58).

própria profissão. Nosso fazer profissional pode, dessa forma, aliar-se a uma pedagogia subalternizante, em acordo com um projeto profissional tradicional ou a uma pedagogia emancipatória, de que é consignatário o projeto político profissional cunhado nos anos 1980 (ABREU, 2011)

A luta antirracista, no ponto em que denuncia a desumanização de negras e negros no Brasil e força novos olhares sobre a realidade do país, inaugura, em termos gramscianos, um dever-ser, que é também concreção, porque é consciência que impele a ação sobre o mundo. Assistentes sociais antirracistas podem contribuir para politização da questão racial nos espaços em que trabalham, nos grupos que coordenam, nas equipes multiprofissionais de que participam, junto aos sujeitos que atendem. Uma pedagogia emancipatória, numa sociedade racista, não se faz sem esse enfretamento.

Embora tenhamos ciência dos limites impostos ao profissional, no que se refere ao desenvolvimento de uma pedagogia emancipatória (sobretudo em virtude de sua condição assalariada), razão da crítica de Yamamoto (2011) quanto àquela, as maiores dificuldades para o trato da questão racial pelas e pelos assistentes sociais parece vir ainda de certo despreparo e/ou falta de entendimento quanto à relevância da temática.

É o que demonstra Eurico (2013), ao investigar as percepções da categoria profissional acerca da questão racial, dos desdobramentos das ações institucionais no cotidiano da população negra e sobre quais mecanismos poderiam ser utilizados pela e pelo profissional no sentido de modificar tais relações. A autora revela algumas distorções nos discursos analisados, a persistência de práticas conservadoras, autoritárias e carregadas de estereótipos no cotidiano profissional.

Nossa hipótese vai ao encontro da percepção de Rocha (2009), que aponta uma lacuna existente na formação, no que se refere ao debate racial. Isso explicaria algumas carências persistentes no trato da questão racial pelas e pelos assistentes sociais, mesmo que avanços significativos também sejam notados. Sua análise demonstra riscos e possíveis comprometimentos das capacitações teórico-metodológica e ético-política no cotidiano do trabalho profissional, quando na formação não se deparam com a discussão.

Entendemos que esse conhecimento pode se desdobrar em análises mais consistentes, com tratamento adequado dos dados coletados nos diversos instrumentais de que fazem uso as e os assistentes sociais; Encaminhamentos melhor direcionados; uma escuta qualificada; além de melhores e mais possibilidades de politização da questão racial nos respectivos espaços sócio-ocupacionais, no exercício de nossa função pedagógica.

Neste sentido, o lugar que a formação ocupa nesse cenário é, nesse sentido, estratégico. É importante que os cursos de Serviço Social ofereçam disciplina obrigatória sobre as relações raciais no Brasil, bem como uma visão ampliada e transversal nas demais disciplinas que compõem o currículo, incluindo a pós-graduação. Necessário ainda que mantenham um canal aberto com os Movimentos Sociais, em especial o Movimento Negro, pois como afirma Gomes (2017, p. 16), “são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade”.

É estratégica também, a ação das entidades representativas da categoria profissional, assim como das e dos estudantes de Serviço Social, que através de campanhas, eventos e publicações diversas têm informado e fomentado a importância do debate racial para a profissão, fortalecendo uma direção que alia a pauta antirracista à pauta anticapitalista.

## Considerações finais

Embora seja consensual a afirmação de que raças humanas não são uma realidade biológica, o conceito de raça permanece vivo no imaginário e na representação coletiva das diversas populações. Da mesma forma, o racismo permanece como elemento estrutural e estruturante das sociedades, operando o privilégio e agindo sobre as instituições e indivíduos.

As análises sobre a realidade brasileira que não consideram o componente étnico-racial não dão conta de apreender sua complexidade. No cotidiano do trabalho da e do assistente social essa não observância incorre no risco de uma abordagem inadequada ou



insuficiente, pela não compreensão das demandas e dificuldades apresentadas pela população negra; leitura distorcida de dados e indicadores; reprodução de estereótipos e senso comum.

Em se assumindo o antirracismo como compromisso ético e político em prol da emancipação humana, a categoria assume o desafio de aprofundar os estudos sobre a realidade racial do país, as implicações da escravidão, as conexões com as demais formas de exploração e opressão, sobretudo as dimensões de classe e de gênero.

Por sua vez, esse conhecimento é o que possibilitará um engajamento crítico e uma prática qualificada no atendimento à população negra, com uma direção política delimitada – antirracista, ao que nos somamos às lutas e resistências históricas do povo negro no Brasil.

## Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

ANDERSON, Kevin B. **Marx nas Margens**: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais/ Tradução ALLAN, M. Hillani; Pedro Davoglio- São Paulo: Boitempo, 2019.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo/ Tradução de Roberto Raposo**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

BENTO, Maria Aparecida. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida (orgs). *Psicologia Social do Racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

COSTA, Eliane Silvia. **Racismo, política pública e modos de subjetivação em um Quilombo do Vale Ribeira**. São Paulo, 2012.

EURICO, Márcia. **A Percepção do Assistente Social acerca do Racismo Institucional**. In. *Serviço Social e Sociedade*; São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Luta contra as Explorações/Opressões, o Debate Étnico- Racial e o Trabalho do Assistente Social**. In. *Serviço Social e Sociedade*; São Paulo, 2018.

FRANCISCO, Dalmir. **Comunicação, Identidade Cultural e Racismo**. In: FONSECA, Maria Naz-

areth Soares (org). *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte: autêntica Editora, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 46<sup>o</sup> Ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra/ Tradução de Sebastião Nascimento**. São Paulo: N-1 edições, 2019.

MÉSZÁROS, Istvan. **O Conceito de Dialética em Lukács**. Tradução de Rogério Bettoni, São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Palestra proferida no 3<sup>o</sup> Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB- RJ, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Questão Étnico- Racial no Processo de Formação em Serviço Social**. In. *Serviço Social e Sociedade*; São Paulo, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo “à brasileira”**. In: Heloísa B. A.; José S. (Orgs.). *Diferenças, desigualdades. Apresentação da coleção Sociedade em foco*. São Paulo: Câmara Brasileira do livro, 2009.

SEPÚLVEDA, Bárbara T; MARTINS, Luci Helena. **Existir, Resistir, Exigir!** Aspectos da Construção Histórico- Ideológica do Racismo Brasileiro e o Lugar do Movimento Negro na Luta a Favor da Sua Desconstrução. In. *Práxis*; Nova Hamburgo, 2019.

SEYFERTH, Giralda. **O Beneplácito da Desigualdade**: breve digressão sobre racismo. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002.

# EDUCAÇÃO PERMANENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA E A ATUAÇÃO DO CRESS-MG

Yasmine Soares Ferreira<sup>1</sup>

## Apresentação

Este artigo é fruto da ação desenvolvida pela Seccional Uberlândia do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG) intitulada Curso Práxis e Serviço Social, realizado do dia 03 de agosto ao dia 13 de outubro de 2020, gratuitamente, com aulas semanais através da plataforma digital “Zoom”, e aberto a toda e todo assistente social com registro no conselho.

A atividade foi pensada a partir dos desafios colocados ao Conselho para atuar no contexto de pandemia, cumprindo todas as orientações dos órgãos de saúde, sem deixar de atender às e aos assistentes sociais que também enfrentam, mais que nunca, grandes desafios cotidianos na atuação profissional. Aliado ao contexto de isolamento social, também existia a demanda da categoria profissional por formação continuada, espaços de discussão sobre a profissão e as políticas públicas, que são uma das bases de sustentação funcional-ocupacional da categoria.



## Curso Práxis e Serviço Social: qualificação e fortalecimento profissional

O curso foi pensado pela diretoria da Seccional Uberlândia como proposta de qualificação do trabalho profissional e fortalecimento das e dos assistentes sociais, considerando as inúmeras demandas que chegam ao CRESS-MG para formação continuada, dúvidas sobre o cotidiano de trabalho e as dimensões do Serviço Social, além de questões que se confundem entre a matéria de Serviço Social e Políticas Públicas.

O desafio da aproximação do Conselho com a categoria profissional e a qualificação do trabalho já estava dado e agora se intensifica. Estamos vivendo uma pandemia e a realidade nos impõe a necessidade de criar alternativas para nos fortalecermos. Para garantir a reprodução de nossa vida, somos forçadas a manter o isolamento social, mas nem todas possuem esse privilégio, e nossa profissão é demandada a atuar na linha de frente no enfrentamento à Covid-19 e no atendimento ao segmento da classe trabalhadora mais vulnerabilizado. Portanto, nesse momento é imperativo nosso fortalecimento e reforço ao nosso posicionamento ético e político.

Em um momento no qual os conselhos de profissão já estavam sofrendo ataques e tendo sua existência ameaçada, o Serviço Social e o Conjunto do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS-CRESS) são alvos constantes, devido aos seus fortes posicionamentos políticos. Sabemos ainda que nosso projeto ético e político é hegemônico, mas não é o

<sup>1</sup>Assistente social graduada na Universidade Estadual Paulista (Unesp/Franca), atua no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) da Prefeitura Municipal de Uberlândia, coordenadora da Seccional Uberlândia na Gestão “Unidade na luta para resistir e avançar” (2020-2023).

único projeto que permeia nossa categoria, portanto, é imprescindível que o CRESS-MG pense em alternativas que contribuam para a educação permanente e fortaleça o nosso posicionamento crítico e comprometido com a classe trabalhadora. Só assim conseguiremos resistir e avançar em um cenário tão desafiador, que está apenas iniciando, pois, ainda teremos grande trabalho com os impactos sociais no período pós pandemia.

Na gestão 2017-2020, a Seccional Uberlândia realizou uma pesquisa no primeiro semestre de 2018 com profissionais de sua área de abrangência, objetivando conhecer melhor a realidade e as demandas locais e, assim, planejar as ações da Comissão de Segurança Social da Seccional. Obteve-se 117 respostas e é também com base nesses dados, que a proposta do curso Práxis e Serviço Social foi elaborada.

Foram considerados, ainda, os dados do Setor de Orientação e Fiscalização (Sofi) do Conselho, trazidos pelas agentes fiscais nas reuniões da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi), as manifestações da categoria nos momentos de atividades políticas desenvolvidas pelo Conjunto CFESS-CRESS, além da percepção e da leitura da realidade da própria gestão.

Todas essas informações apontaram para a necessidade da educação permanente das e dos profissionais. Na referida pesquisa, 48% das e dos participantes disseram que sua capacitação técnico-operativa para atender as demandas do cotidiano profissional é parcialmente suficiente, seguidos de 32 % que sinalizaram ser suficiente, 16% consideraram suficientemente bom, 3% totalmente insuficiente e apenas 1% considerou sua capacitação totalmente suficiente.

A formação profissional, cada vez mais é precarizada, inclusive a pública, que nos últimos anos tem sido alvo de grande ataque da ofensiva ultraneoliberal, com falta de recursos – que já não eram suficientes, programas com objetivos explícitos de privatização da educação, além do grande avanço do ensino a distância e, neste momento pandêmico, o ensino remoto emergencial.

Com o fortalecimento da perspectiva político pedagógica das ações do Sofi, as e os profissionais têm demandado do CRESS, continuamente, espaços para capacitação permanente. Essa demanda chega através das agentes fiscais, das solicitações à dire-

toria e, na pesquisa realizada, apareceram 39 sugestões para promoção de capacitação profissional, ações descentralizadas e a aproximação do CRESS com a categoria.

No exercício profissional e na militância, através do Conjunto CFESS-CRESS, observa-se ainda a grande falácia do discurso de uma parte expressiva da categoria sobre a dicotomia entre teoria e prática profissional. Uma série de fatores pode levar a e o assistente social a reproduzir a lógica opressiva quando opera as políticas públicas em que atua, perdendo a capacidade de fazer a leitura crítica da realidade.

O fator central é a insuficiência de uma formação de qualidade, comprometida criticamente com os rumos da profissão, da classe trabalhadora e com o projeto ético e político do Serviço Social. Soma-se ainda a falta de condições objetivas de trabalho e a não permissão dos órgãos empregadores para participação em espaços de formação no horário de trabalho. Na pesquisa supracitada, ainda foram apontadas a ausência de conhecimento de como e onde se capacitar e a falta de recursos financeiros.

Há uma grande dificuldade de parte significativa da categoria com a apropriação das dimensões do Serviço Social e das categorias classe, raça e gênero as quais devem ser consideradas para qualquer análise que vislumbre uma prática qualificada e comprometida ética e politicamente com nossos princípios. Essa dificuldade não permite a compreensão da práxis profissional e a realização da mediação com a realidade apresentada nas expressões da questão social que atendemos cotidianamente. Incorrendo em uma prática rasa, descomprometida com a classe trabalhadora, que não considera a base material a qual constitui nossa socialidade, atuação que culpabiliza o sujeito e, muitas vezes, contribui para manutenção da ordem repressiva do capital a que tanto nos colocamos contrárias.

Investir na promoção de espaços de reflexão e formação política com foco na análise crítica de conjuntura e dimensão pedagógica da profissão foi uma das propostas da atual gestão do CRESS-MG e o curso foi uma das formas de concretizar essa ação. Ainda que estejamos vivendo um momento de grandes dificuldades e recriando estratégias de trabalho no Conselho, a atual diretoria reaf-

irmou seu compromisso com a categoria e não mediu esforços para dar cumprimento ao planejamento proposto para esse triênio (2020–2023), sendo o curso apenas uma dessas expressões.

## **Práxis: afinal, na prática será mesmo que a teoria é outra?**

Para atingir os objetivos do Curso Práxis e Serviço Social foi imprescindível o resgate das principais categorias de análise e suas mediações com o Serviço Social e as Políticas Públicas de forma objetiva, demonstrando às e aos profissionais como estas categorias se manifestam nas expressões da questão social e se materializam nas situações atendidas nos espaços sócio-ocupacionais.

O conteúdo foi organizado em dois módulos, sendo o primeiro “Serviço Social e categorias de análise” composto por quatro eixos: classe, raça, gênero e dimensões do Serviço Social. O segundo módulo, “Seguridade Social e políticas públicas” contou com seis eixos: Seguridade Social e orçamento público, Política de Saúde, Política de Assistência Social, Política Educacional, Política de Previdência Social e Organização política da categoria e o Conjunto CFESS-CRESS.

A metodologia utilizada possibilitou a transversalidade de todos os eixos, demonstrando a práxis profissional e como cada problemática, relacionada às categorias, se manifesta nas situações apresentadas pelas famílias e indivíduos atendidos nas políticas públicas. O formato ainda permitiu grandes reflexões, trocas de experiência e contribuições de todas e todos que participaram. Importante destacar que as aulas foram ministradas por professoras, professores e profissionais comprometidas e comprometidos com a profissão e que ofereceram seu tempo como atividade de sua militância no Serviço Social.

A estruturação do curso foi toda pensada e fundamentada através da práxis profissional. A práxis como categoria dialética é fundamental para uma atuação comprometida com a uma ação transformadora. Sua compreensão é essencial para o entendimento do marxismo, pois a realidade está em constante movimento e contradição, precisa-

mos, portanto, aprendê-la além dos fatos que se apresentam, para atuarmos de forma transformadora e revolucionária.

A partir do pensamento marxista, práxis é uma ação consciente. O sujeito é histórico, se constitui a partir das relações sociais e materiais, portanto o real é objetivo, por sua vez é apreendido pelo ser através da sua subjetividade e consciência. É a partir do concreto e imediato que inicia o processo de desvelamento da realidade, que se desenvolve no processo dialético através de constantes aproximações, até se alcançar a apreensão de sua essência. Em “A ideologia alemã” encontra-se:

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos) ( MARX e ENGELS, 1845, p. 42)

Então, é na prática que o sujeito age objetivamente. Pensar é pressuposto para ação, valendo-se da capacidade teleológica do ser humano, porém, apenas a teoria e o pensamento não se traduzem em mudança de realidade. É através da práxis consciente que geramos transformação no concreto a partir da sociabilidade e do momento histórico vivido.

Segundo Kosik (1976), o mundo se apresenta através da pseudoconcreticidade, na qual os fenômenos se mostram em sua imediatividade, nesse primeiro momento o que se revela não é a verdade. Para conhecer a verdade e chegar à essência da realidade, é necessário ultrapassar o imediato e o superficial, conhecendo o momento histórico, os conflitos, a cultura, os valores, os sujeitos, a partir de um olhar crítico negar o imediato e desvelá-lo. Para Kosik, somente o método dialético é capaz de proporcionar essa análise. (KOSIK, 1976, apud Silva e Gomes, 2018, p.8)

A compreensão do fenômeno dá-se quando a essência é atingida, através da “relação dialética entre essência e aparência”. O movimento dialético é o “método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico” (KOSIK, 1976, p. 32, apud Silva e Gomes, 2018, p.8).

A realidade está em constante movimento, portanto a verdade não é permanente. O sujeito é histórico, que se constrói e reconstrói-se através das relações sociais. É nesse processo de transformação humana que se dá a construção da verdade. É necessário romper com a pseudoconcreticidade para interpretar a realidade em sua essência e totalidade, sendo que esse processo somente é possível através da ação consciente, crítica e dialética. Em suas Teses sobre Feuerbach, Marx traz que:

“A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objectiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o carácter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica.” (MARX, 1982)

Assim, temos a práxis como ação concreta e objetiva do sujeito, que implica na transformação social revolucionária, quando se considera a atividade consciente, histórica e social.

O conhecimento e a teoria por si só não modificam a realidade, assim como a prática sem consciência, criticidade e antecipação do resultado tampouco atinge a transformação. Portanto, a teoria só contribui quando aplicada na atividade concreta, objetivando a modificação da realidade, assim temos a práxis revolucionária, para a transformação da sociedade, em sua mais conhecida tese, Marx afirma: *“Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”*. (MARX, 1982)

O Serviço Social tem em seu bojo a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, compromisso com a construção de uma outra ordem societária”, por isso, não poderia ter outra forma de intervir na realidade, senão através da práxis. (CFESS, 2011)

Para as e os assistentes sociais atuarem nas políticas públicas, enfrentando cotidianamente as expressões da questão social, é imprescindível que a atuação profissional perpassasse pelas três dimensões do Serviço Social: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A dimensão teórico-metodológica qualifica a prática profissional e é a partir desse conhecimento que a atuação não se tornará tecnicista e/ou de senso comum. A dimensão técnico-operativa, por sua vez, deve ultrapassar meros instrumentais e técnicas de trabalho em si, e ser fundada no método com ações materiais e objetivos nítidos. Já a dimensão ético-política é o apontamento de nossa direção e compromisso com a população usuária, se relacionando com os valores e princípios do Código de Ética Profissional. As dimensões articuladas através da ação profissional consciente e crítica expressam o que chamamos de projeto ético e político do Serviço Social.

No primeiro módulo do curso, “Serviço Social e categorias de análise”, além do eixo sobre as Dimensões do Serviço Social, foram ministrados os eixos de Classe, Raça e Gênero, categorias fundamentais para análise e apreensão da realidade na qual estamos inseridas e inseridos, atuamos profissionalmente e que são pressupostos para um fazer coerente ao marxismo. Após esse conteúdo denso, imprescindível e fundante para a profissão, adentramos nas particularidades de cada política social, fazendo as mediações com a realidade concreta que se apresenta no cotidiano de trabalho, nos diversos espaços sócio-ocupacionais onde as assistentes sociais atuam.



## A importância da educação permanente, da organização política e os desafios do CRESS-MG em tempos de pandemia

Vivemos em tempos sombrios e desafiadores, postos muito antes da pandemia da Covid-19 aprofundar a crise do sistema neoliberal no mundo todo, e especialmente em nosso país. A crise pandêmica escancarou ainda mais a crise já existente, que assola a classe trabalhadora brasileira e precariza ou lhe retira os poucos direitos conquistados, com as contrarreformas promovidas com o objetivo de atender aos interesses do grande capital.

A crescente taxa de desemprego, a precarização do trabalho através das flexibilizações das leis trabalhistas, terceirizações, subemprego, a precarização das políticas públicas a exemplo do Sistema Único de Saúde com fins à sua privatização, aumento desenfreado da violência, especialmente contra a mulher e a população negra, desmonte da seguridade social, constantes ofensivas às organizações das trabalhadoras e dos trabalhadores, como sindicatos e conselhos profissionais, nos fazem inferir que vivemos um período de inúmeros e expressivos ataques à classe trabalhadora.

A intensificação da desigualdade social somada à calamidade pública pela qual estamos passando, agravou as expressões da questão social, impondo às e aos assistentes sociais a necessidade de repensar a forma de atuação, traçando novas estratégias de trabalho para atender as demandas da população atendida.

Em uma conjuntura de “desgoverno” que negou e minimizou a gravidade de uma pandemia, não adotando as medidas de segurança necessárias para saúde da população, as e os profissionais se viram na contradição entre preservar sua vida e de seus familiares e ocupar a linha de frente no atendimento à população.

As demandas da categoria profissional ao CRESS foram diversas, desde solicitações para informar ao órgão empregador a impossibilidade de trabalhar, orientações sobre como atuar nesse contexto, inúmeras denúncias de falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), dúvidas sobre estágio supervisionado e procedimentos nas políticas públicas. Entre tantas outras demandas e desafios, a atual gestão do CRESS-MG, empossada em

maio, no auge do isolamento social, também precisou elaborar novas formas de atendimento à categoria profissional, sem deixar de proteger a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores do Conselho, além de concretizar diversas formas de orientações, fiscalizações, capacitações e momentos de reflexões, por meio de um incansável e incessante trabalho coletivo de integrantes da gestão e equipe de trabalho tanto na Sede, em Belo Horizonte, como nas Seccionais Juiz de Fora, Uberlândia e Montes Claros.

O Conjunto CFESS-CRESS traz, em sua trajetória, o compromisso com a classe trabalhadora e além de toda a elaboração das normativas da profissão, também se dedica a construir um plano de lutas na defesa do nosso projeto profissional vinculado ao projeto de construção de uma nova ordem societária. Com o posicionamento contrário à mercantilização da educação, a formação permanente é uma estratégia com função política para qualificação e organização profissional.

As transformações sociais exigem um constante aprimoramento das e dos assistentes sociais, visto que somos profissionais interventivos. Assim, a educação permanente é uma necessidade que se coloca diante da realidade complexa vivenciada neste momento, dada suas constantes modificações, e nos demandam análises e respostas cada vez mais ágeis, pois trata-se de vidas humanas que estão sendo massacradas pelo capital.

A educação permanente pelo Conjunto não é trazida como ensino, mas como prática social com a função de contribuir para a transformação dos sujeitos políticos a fim de que possam modificar a realidade. Nosso compromisso profissional é com a superação de toda forma de exploração, opressão e violência, a favor da vida, da liberdade e da emancipação humana, é nessa perspectiva que nos somamos na luta. (CFESS, 2012, p. 10)

O curso foi uma contribuição para educação permanente e também um espaço para promover a reflexão da importância de nosso fortalecimento, não apenas como categoria profissional, mas como classe trabalhadora – que somos. Ultrapassar nossa consciência de classe em si para atingirmos a consciência de classe para si, saindo dos muros do Serviço Social e nos comprometendo com as lutas universalizantes de forma crítica e revolucionária. Esta reflexão foi abordada,



no primeiro modelo do curso, pela professora Leslieane Caputi, de maneira brilhante e próxima de nosso cotidiano.

Para viabilização do curso no contexto de pandemia, a diretoria da Seccional Uberlândia passou por diversos desafios. Inicialmente o número de inscritos foi imensamente superior à capacidade de oferta proposta de forma a garantir a qualidade do curso, pois ainda que através de plataforma digital, todo o conteúdo e formato foi pensado para que a participação fosse ativa com diálogo, debates e trocas de experiências. Foi necessário, em seguida, pensar estratégias de operacionalizar as ferramentas virtuais para que todo o material pudesse ser disponibilizado posteriormente à toda a categoria profissional, por meio das gravações das aulas e disponibilização dos textos e slides utilizados.

Além dos grandes desafios colocados a todas e todos nós em um contexto de pandemia, a gestão também enfrentou pequenos desafios cotidianos durante o segundo semestre de 2020. Por mais que o CRESS-MG já desenvolvesse ações através de mídias digitais, como as transmissões ao vivo pelo Facebook, a operacionalização das plataformas digitais exigiu da diretoria da Seccional grande dedicação, capacidade organizativa, além de diversos testes e momentos de capacitação com a Assessoria de Comunicação do Conselho para que o curso pudesse ser oferecido com qualidade, sem que houvesse qualquer intercorrência.

É importante pontuar que toda a direção do Conjunto CFESS-CRESS é composta por profissionais militantes, ou seja, que dedicam seu tempo de vida e trabalho sem nenhuma remuneração e/ou qualquer outro benefício e com frequência, não têm liberação de seus locais de trabalho para compor os conselhos profissionais, sendo preciso repor as horas faltosas para participarem de atividades demandadas pelo Conselho. Portanto, foi desafiador promover um curso com aulas semanais em um contexto de pandemia, em que a preocupação com a manutenção da vida é latente e a sobrecarga de trabalho cada vez maior.

A realização do curso através da plataforma Zoom proporcionou um espaço que trouxe proximidade. Por ser na modalidade online, profissionais de diversas cidades do estado de Minas Gerais estiveram presentes e esse foi um ponto muito destacado na avaliação

do curso. Foi uma oportunidade para que as e os profissionais se aproximassem do CRESS e também foi possível perceber o estreitamento das relações profissionais, atingindo um dos objetivos do curso.

Nas avaliações realizadas ao final de cada encontro, quem participou avaliou como “ótimo” todos os eixos. Elogiaram, ainda, a iniciativa da gestão, destacaram a qualidade das discussões e as contribuições relevantes para a qualificação profissional e até como contribuição no desenvolvimento pessoal. Também tivemos pedidos para continuação do curso e destaques para as e os ministrantes que cumpriram com excelência o objetivo proposto.

Como pontos desfavoráveis, os destaques foram sobre a modalidade online e suas intercorrências, como tempo de intervalo, áudio baixo e pouco tempo de duração das aulas considerando a relevância dos temas. Mesmo com diversos desafios, a atividade cumpriu com os objetivos de contribuir com a qualificação profissional, com análise crítica do Serviço Social e também de potencializar a práxis no exercício profissional, proporcionando maior materialidade ao projeto ético e político. A iniciativa também foi importante para aproximação com a categoria e a interiorização das ações propostas pelo CRESS-MG, tendo profissionais que ao final do curso ingressaram na Comissão de Seguridade Social da Seccional Uberlândia, além de participarem de outras atividades promovidas pelo Conjunto.

## Considerações finais

Sabe-se que a realidade atual é complexa e dinâmica, transformando-se rapidamente; as questões que se apresentam exigem análises e intervenções também ágeis, logo a educação permanente é uma necessidade para qualquer espaço de atuação, não só de assistentes sociais, mas de qualquer outro profissional comprometido com a qualidade do trabalho.

A práxis é atividade consciente e concreta capaz de transformar a realidade objetiva e os sujeitos, desde que fundamentada na teoria, reflexão e método crítico; por meio dessa dialética onde teoria e prática não se dicotimizam, mas complementam e se modificam. O

curso realizado é um exemplo de práxis e está em consonância com a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.

Em articulação com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), o CRESS MG desenvolve diversas atividades e espaços de discussão para promover a educação permanente. O objetivo desses espaços vai além da qualificação profissional, são pensados e realizados para proporcionar debates que alcancem a dimensão política e organizativa da categoria.

Em acordo com as diretrizes, objetivos e estratégias da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, o curso Práxis e Serviço Social foi um processo de construção coletiva com as entidades do conjunto, parceria com as Unidades de Formação Acadêmica e profissionais militantes de outros movimentos sociais. Juntas e juntos promovemos ações que buscam levar reflexões teóricas, técnicas, éticas e políticas para a categoria.

Todas as atividades promovidas possuem o compromisso com a defesa da qualidade dos serviços prestados à população e também como forma de potencializar a capacidade organizativa das e dos profissionais. A educação permanente é uma ferramenta estratégica de luta política para o fortalecimento profissional e consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

A estratégia do momento vem sendo utilizar as plataformas e meios digitais. Sabemos não ser o ideal, por isso, é preciso explicitar que o nosso compromisso com o ensino presencial, público, laico, de qualidade e gratuito permanece. Neste ano atípico já sentimos os efeitos do trabalho remoto e das demais atividades online, causando sobrecarga, principalmente para as mulheres, considerando a sociedade machista e patriarcal em que vivemos; adoecimento, confusões entre o espaço de trabalho e doméstico, falta de acesso à internet e equipamentos adequados por muitos profissionais, além da dificuldade de operacionalizar as ferramentas digitais.

Vivemos um período em que construímos coletivamente estratégias a partir da realidade imposta, e, ainda que em meio ao caos, afirmamos nosso compromisso com a categoria profissional e toda a classe trabalha-

dora. Mesmo que com novas roupagens, o processo de educação permanente é estratégia necessária e urgente, pois essa se constitui como uma das formas de defender e lutar pelo efetivação do nosso projeto ético e político e com as nossas lutas sociais comprometidas com a construção de uma sociedade livre e emancipada. Aproveito a ocasião para agradecer a parceria das demais assistentes sociais diretoras e diretores da Seccional Uberlândia na realização desse curso que certamente é um marco em nosso mandato. Obrigada, Rodrigo Valadares, Renato Mateus de Santana, Priscila Sampaio, Kelly Rufino e Warles Rodrigues.

## Referências

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

\_\_\_\_\_. **Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília: CFESS, 2018.

\_\_\_\_\_. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília: CFESS, 2012.

CRESS/6ª Região. **Diagnóstico de Área: Comissão de Seguridade Social/ Seccional Uberlândia**. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. In Seminário Latino-americano de Escuelas de Trabajo Social, XVIII, 2004, San José, Costa Rica.

Marx, K. e Engels, F. **A Ideologia Alemã - Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Pollyana L.M.; GOMES, Jenifer M.S. **Para uma Práxis Dialética: Análises Teórico-Práticas**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, XVI, 2018, Vitória.

SILVA, Victor Leandro da. Karel kosik: **Diálogos com a Filosofia Kantiana**. Somanlu, ano 10, n. 1, p.(13,28) jan./jun. 2010.